



**Prática de Ensino Supervisionada em Ensino do 1.º e do 2.º Ciclo
do Ensino Básico**

Ana Luisa Miranda Pombo

**Relatório de Estágio apresentado à Escola Superior de Educação de
Bragança para a obtenção do Grau de Mestre em Ensino do 1.º e do 2.º
Ciclo do Ensino Básico**

Orientado por

Professora Doutora Maria José Afonso Magalhães Rodrigues

Bragança

2011

Agradecimentos

Não podemos achar que quando nos propomos a um trabalho deste género, vamos conseguir fazê-lo sozinhos. Não poderia, nesta ocasião, deixar de agradecer a todos aqueles que, pelo apoio e estímulo, tornaram possível a realização deste trabalho.

À Doutora Maria José, que aceitou orientar este trabalho, a quem agradeço o apoio e a disponibilidade, bem como as imprescindíveis observações.

Às minhas filhas, Ana e Maria que estiveram sempre ao meu lado, apoiando-me em todos os momentos, com um optimismo que só elas sabem transmitir.

À minha mãe, sempre atenta, perdoe a falta de disponibilidade e o tempo que deixei de lhe dedicar.

A todos os professores cooperantes e supervisores pelo contributo indispensável para este trabalho.

A todos quantos, directa ou indirectamente, com a sua ajuda e boa vontade, tornaram possível este trabalho.

Resumo

Este relatório visa caracterizar e reflectir sobre a Educação Sexual em Meio Escolar, porque a escola deve assumir um papel decisivo na Educação Sexual, tendo como função potenciar conhecimentos e competências.

Na primeira parte do presente relatório, integra-se a fase de revisão de literatura para dar a conhecer trabalhos realizados por outros autores sobre esta temática e a importância da mesma ser trabalhada em situação de sala de aula. Esta revisão da literatura tornou-se uma mais-valia, pelos conhecimentos e leituras variadas sobre o assunto, para a nossa futura leccionação.

Procedemos a um estudo quantitativo com respostas fechadas, numa escola do distrito de Bragança. Realizámos este estudo inquirindo por questionário anónimo, uma amostra de 22 pais e de 18 professores, da turma/escola onde estagiámos, apresentando os resultados e as conclusões desse estudo.

Na segunda parte deste relatório e no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada apresentamos reflexões de Experiências de Ensino/Aprendizagem, onde descrevemos e reflectimos sobre actividades desenvolvidas com a turma nas várias disciplinas em que estagiámos.

Palavras-chave: Educação Sexual; Experiências de Ensino/Aprendizagem.

Abstract

This report seeks to characterize and reflect on Sex Education in School, because the school must take a decisive role in sexual education, and enhance the function of knowledge and skills.

In the first part of this report is the phase of literature review to disclose work done by other authors on this subject and the importance of being worked in the same situation in the classroom. This literature review has become a great asset, by the knowledge and varied readings on the subject, for our future teaching.

We conducted a quantitative study with closed answers, at a school district of Bragança. We conducted this study by interviewing anonymous questionnaire, a sample of 22 parents and 18 teachers, the class / school where we had the supervised teaching practice, presenting the results and conclusions of this study.

In the second part of this report and in the present Supervised Teaching Practice Reflections of Experiences in Teaching and Learning, where we describe and reflect, about the class activities that we developed in various disciplines in which we had the supervised teaching practice.

Keywords: Sex Education, Experiences of Teaching and Learning.

Índice

Resumo.....	I
Abstract	II
Introdução	1
Parte I – Apresentação da Investigação “A Educação Sexual em Contexto Escolar”	3
1. A Educação Sexual em Contexto Escolar	4
1.1 Conceito de Sexualidade	4
1.2 Enquadramento Legal da Educação Sexual	6
1.2.1 Áreas Curriculares Não Disciplinares	11
1.3 A Escola e a Educação Sexual	12
1.4 Articulação Escola/Família na Implementação da Educação Sexual em Meio Escolar.....	15
1.5 Os Professores e a Educação Sexual	22
1.5.1 Estratégia para Abordar a Educação Sexual.....	23
2. Metodologia	25
2.1 Questões Orientadoras para o Estudo.....	25
2.2 Natureza do Estudo	25
2.3 Caracterização da Amostra.....	26
2.4 Instrumento de Recolha dos Dados	26
2.5 Apresentação e Tratamento dos Dados	28
3. Apresentação e Discussão dos Resultados Obtidos nos Questionários.....	28
3.1 Questionário dos Pais	29
3.2 Questionários dos Professores.....	37
3.3 Discussão dos Dados.....	46
4. Conclusão.....	47
4.1 Limitação Estudo.....	48
4.2 Implicações do Estudo	49
Parte II – Experiências de Ensino - aprendizagem realizadas ao longo da Prática de Ensino Supervisionada	50
5. Experiências de Ensino - aprendizagem.....	51
5.1 A importância da Prática de Ensino Supervisionada.....	51

5.2 Análise contextual da prática de ensino supervisionada	52
5.2.1 Caracterização do Meio.....	52
5.2.2 Caracterização da Escola.....	53
5.2.3 Caracterização da Turma.....	54
5.4 Experiência de Aprendizagem em Prática de Ensino Supervisionada de Matemática (Anexo 4)	61
5.5 Experiência de Aprendizagem em Prática de Ensino Supervisionada de Língua Portuguesa (Anexo 5)	69
5.6 Experiência de Aprendizagem em Prática de Ensino Supervisionada de História e Geografia de Portugal (Anexo 6).....	76
5.7 Experiência de Aprendizagem em Prática de Ensino Supervisionada de Ciências da Natureza (Anexo 7)	83
5.8 Conclusão.....	89
Referências Bibliográficas	90
Legislação Consultada.....	94
Anexos.....	96

Índice de Quadros

Quadro 1 - Identificação dos pais quanto ao sexo.....	29
Quadro 2 - Identificação dos pais quanto à idade.....	29
Quadro 3 - Habilitações literárias dos pais.....	29
Quadro 4 - Profissão dos pais.....	30
Quadro 5 - Opinião dos pais se já tinham ouvido falar de Educação Sexual.....	30
Quadro 6 - Opinião dos pais acerca da contribuição da Educação Sexual nas escolas para uma vivência mais informada e responsável da sexualidade juvenil	31
Quadro 7 - Opinião dos pais face à informação que os agentes educativos têm para agir de forma adequada e coerente face às dúvidas e manifestações das crianças/adolescentes na área da sua evolução sexual	31
Quadro 8 - Opinião dos pais em relação ao ter ouvido falar de Educação Sexual	32

Quadro 9 - Opinião dos pais quanto à influência da Educação Sexual na escola, face à taxa de gravidez precoce	32
Quadro 10 - Opinião dos pais acerca da Educação Sexual na escola vir a contribuir para a prevenção das	33
Quadro 11 - Opinião dos pais sobre quem deveria abordar o tema da sexualidade	33
Quadro 12 - Opinião dos pais face à abordagem da Educação Sexual em casa.....	34
Quadro 13 - Opinião dos pais face ao tema do aborto ser discutido no programa de Educação Sexual	35
Quadro 14 - Opinião dos pais quanto à homossexualidade ser abordada no programa de Educação Sexual.....	35
Quadro 15 - Opinião dos pais quanto às turmas serem mistas para a realização do programa de Educação Sexual.....	36
Quadro 16 - Opinião dos pais sobre quem deveria abordar a Educação Sexual	36
Quadro 17 - Opinião dos pais sobre a inclusão da Educação Sexual.....	36
Quadro 18 - Identificação dos professores quanto ao sexo	37
Quadro 19 - Identificação dos professores quanto à idade.....	37
Quadro 20 - Habilitações literárias dos professores	38
Quadro 21 - Situação contratual dos professores	38
Quadro 22 - Tempo de serviço dos professores	38
Quadro 23 - Área geográfica de residência dos professores	39
Quadro 24 - Opinião dos professores em relação ao ter ouvido falar de Educação Sexual ...	39
Quadro 25 - Opinião dos professores acerca da contribuição da Educação Sexual nas escolas para uma vivência mais informada e responsável da sexualidade juvenil.....	40
Quadro 26 - Opinião dos professores face à informação que os agentes educativos têm para agir de forma adequada e coerente face às dúvidas e manifestações das crianças/adolescentes na área da sua evolução sexual	40
Quadro 27 - Opinião dos professores, se a Educação Sexual nas escolas tem influência na diminuição da taxa etária de iniciação sexual	41
Quadro 28 - Opinião dos professores quanto à influência da Educação Sexual na escola, face à taxa de gravidez precoce	41

Quadro 29 - Opinião dos professores acerca da Educação Sexual na escola vir a contribuir para a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis.....	41
Quadro 30 - Opinião dos pais sobre quem deveria abordar o tema da sexualidade	42
Quadro 31 - Opinião dos professores face à abordagem da Educação Sexual em casa	43
Quadro 32 - Opinião dos professores face ao tema do aborto ser discutido no programa de Educação Sexual	44
Quadro 33 - Opinião dos professores quanto à homossexualidade ser abordada no programa de Educação Sexual	44
Quadro 34 - Opinião dos professores quanto às turmas serem mistas para a realização do programa de Educação Sexual.....	44
Quadro 35 - Opinião dos pais sobre quem deveria abordar a Educação Sexual	45
Quadro 36 - Opinião dos pais sobre a inclusão da Educação Sexual	45

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Opinião dos pais quanto aos temas a serem abordados no âmbito da Educação Sexual ...	34
Gráfico 2 - Opinião dos professores quanto aos temas a serem abordados no âmbito da Educação Sexual	42

Introdução

O Relatório Final, que aqui se apresenta, foi realizado no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada do Mestrado do 1.º e do 2º Ciclo do Ensino Básico.

Inclui um estudo para um melhor entendimento da problemática “Educação Sexual em contexto escolar”. A escolha deste tema para o estudo surgiu após reuniões com a equipa da Educação para a Promoção da Saúde, nas quais se discutiram as dificuldades sentidas pela escola na implementação da Educação Sexual.

Sabendo que o objectivo da Educação Sexual é o de contribuir para uma vivência mais informada, mais gratificante e mais autónoma e responsável da sexualidade. A Educação Sexual não se pode considerar como uma simples informação. Deve implicar sentimentos, atitudes e comportamentos e deve incluir conceitos e valores relacionados com a comunicação humana. Entendemos a Educação Sexual como um “conceito global abrangente de sexualidade que inclui a identidade sexual (masculino/feminino), o corpo, as expressões da sexualidade, os afectos, a reprodução e a promoção da saúde sexual e reprodutiva” (Frade, Marques, Alverca & Vilar, 1996, p. 15).

Os conteúdos da Educação Sexual, tal como os seus objectivos, variam conforme a etapa de desenvolvimento psicosssexual dos educandos. Na verdade, a nossa sexualidade está presente desde que nascemos até à nossa morte. Para cada idade há diferentes formas de manifestação sexual sendo todas igualmente importantes.

A Escola Promotora de Saúde terá de adoptar como estratégia a participação de todos os elementos da comunidade educativa, pois é necessária uma colaboração entre os sectores da educação e outros, nomeadamente da saúde.

A saúde deve estar integrada na rotina diária da escola, devendo o currículo das várias disciplinas ser posto em prática de modo a permitir aos alunos assimilar aspectos da saúde de maneiras variadas e inovadoras através do seu trajecto escolar.

Na primeira parte deste trabalho, integra-se a fase de revisão de literatura, onde são apresentados aspectos teóricos de especial interesse para a investigação sobre o tema da Educação Sexual em contexto escolar. Incide-se nesta revisão, particularmente, na legislação e agentes intervenientes neste processo: professores, pais, profissionais de saúde. Acreditamos na importância destes agentes trabalharem em parceria. Através desta pesquisa encontraremos

fundamentação para suportar a nossa opinião e ao mesmo tempo para a integração da Educação Sexual em meio escolar. Esta parte integra, ainda, o estudo empírico apresentando a explanação das questões orientadoras do estudo, caracterização da amostra do estudo, instrumentos de recolha de dados, apresentação e interpretação dos dados obtidos.

Finalmente apresenta-se a conclusão com algumas implicações e sugestões para próximas investigações sobre o mesmo tema.

Na segunda parte, apresentam-se reflexões críticas acerca de Experiências de Ensino/Aprendizagem realizadas ao longo da Prática de Ensino Supervisionada. Estas experiências tentam ser o reflexo das actividades e processos metodológicos que foram desenvolvidos ao longo da Prática de Ensino Supervisionada, mais concretamente numa experiência de ensino/aprendizagem na disciplina da Matemática; Língua Portuguesa; História e Geografia de Portugal; Ciências da Natureza. Houve oportunidade para reflectir sobre aspectos positivos e menos positivos ocorridos no decorrer desta prática.

Parte I – Apresentação da Investigação “A Educação Sexual em Contexto Escolar”

1. A Educação Sexual em Contexto Escolar

1.1 Conceito de Sexualidade

O conceito de Educação Sexual tem sido objecto de múltiplas interpretações, uma vez que a própria legislação é vaga neste aspecto. A sexualidade tem sido vista como uma área cercada por problemas de desinformação, mitos e tabus. É necessária uma desmistificação do tema, concorrendo para tal a regulamentação da tutela, que salvaguardará a efectiva abordagem da sexualidade.

A sexualidade no seu todo, não se restringe apenas ao sexo, sistema reprodutor, mas também ao pensar, sentir e agir, à linguagem corporal, maneira de vestir, em suma deve facilitar a realização do homem como um ser sexual, por isso:

falar de sexualidade é muito mais do que ensinar a simples descrição fisiológica dos aparelhos genitais e dos mecanismos de reprodução humana despidos de todo o contexto relacional que são condição normal da nossa humanidade. Falar assim da sexualidade é reduzir o corpo a um mero instrumento o que é de algum modo falar de um corpo instrumentalizado. (Biscaia, 2002, p. 55).

A sexualidade é muito mais abrangente, não se limita à reprodução que é uma das componentes dos programas de Educação Sexual. Como refere a Organização Mundial de Saúde (OMS) sexualidade “é uma energia que encontra a sua expressão física, psicológica e social no desejo de contacto, ternura e às vezes amor” (Santos & Moita, 1993, p. 1).

Segundo a Organização Mundial de Saúde: A sexualidade é também uma forma de comunicação entre as pessoas, sendo influenciada pela educação recebida e pelas experiências vividas durante a infância e a adolescência. Nesse sentido, são importantes as experiências positivas que acompanham o crescimento, tais como os cuidados com o corpo, o relacionamento de carinho com os pais e a aceitação do próprio corpo. Acima de tudo, o ser humano é social por excelência e o processo de relação realiza-se fortemente através da sexualidade.

A sexualidade aparece como uma prática pessoal, elementar na construção do sujeito. Ela é “uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura, intimidade (...) por isso, influencia também a nossa saúde física e mental” (Pereira, 2006, p. 15).

A sexualidade precisa de ser entendida numa abordagem mais ampla, como qualidade de todo o ser humano e, por esta razão, como componente das relações que este estabelece consigo mesmo e com os outros, entendendo que:

A sexualidade, quando inserida nas circunstâncias de vida de uma pessoa, participa do seu processo de desenvolvimento, e é um instrumento que propicia experiências indispensáveis ao crescimento pessoal, à autonomia e ao desenvolvimento da individualidade. (Moraes, 2006, p. 20).

Assim percebe-se que se estabelecem vínculos entre a sexualidade e a cidadania, a construção desta será também mais plena se aquela for vivida saudável e plenamente.

A escola tem um papel preponderante na formação dos jovens e a Educação Sexual em meio escolar torna-se então fundamental, uma vez que a sexualidade é uma dimensão muito importante na vida humana. Por este facto não deve ser posta de parte nas aprendizagens escolares. Então:

Os educadores, quer queiram quer não, têm uma pesada responsabilidade à qual não se podem furtar: têm de reflectir, de se preparar para criarem as condições necessárias a que as crianças cresçam em toda a sua plenitude e encarem de uma maneira sã tudo aquilo que diz respeito ao sexo, para que se sintam bem consigo próprias, para que vão criando critérios e valores que lhes permitam viver uma vida com qualidade. (Cortesão, Silva & Torres, 1989, p. 41).

A Educação Sexual assume, assim, o papel de preparar os indivíduos para a liberdade de pensamento, amizade, afecto, sentimentos, atitudes e comportamentos.

1.2 Enquadramento Legal da Educação Sexual

Após o 25 de Abril de 1974, surgem grupos e pessoas a defender a necessidade de educação sexual escolar, mas foi somente em 1984 que a Assembleia da República aprovou um conjunto de legislação, documentos orientadores e normativos que, de forma mais ou menos explícita, enquadravam a Educação Sexual em meio escolar.

De entre a legislação publicada nos últimos anos, merecem destaque vários diplomas. O primeiro diploma legal publicado sobre Educação Sexual nas escolas foi a Lei nº 3/84 de 24 de Março sobre “ Educação sexual e planeamento familiar”. No artigo 1º, esta Lei define o papel do Estado português garantindo o direito à Educação Sexual. E o Artigo 2.º (Lei nº 3/84, p. 981) especifica este papel e afirma que:

1 – O dever fundamental de proteger a família e o desempenho da incumbência de cooperar com os pais na educação dos filhos cometem ao Estado a garantia da Educação Sexual dos jovens através da escola, das organizações sanitárias e dos meios de comunicação social.

2 – Os programas escolares incluirão, de acordo com os diferentes níveis de ensino, conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humanas, devendo contribuir para a superação das discriminações em razão de sexo e da divisão tradicional de funções entre homem e mulher.

3 – Será dispensada particular atenção à formação inicial e permanente dos docentes, de forma a dotá-los do conhecimento e da compreensão da problemática da Educação Sexual, em particular no que diz respeito aos jovens.

4 – Serão ainda criadas também condições adequadas de apoio aos pais no que diz respeito à Educação Sexual dos filhos.

Como esta Lei não foi regulamentada para as escolas, só os profissionais de saúde iam desenvolvendo algumas actividades no âmbito da educação sexual, através dos centros de saúde.

Em Agosto de 1999, a Assembleia da Republica aprovou nova legislação a Lei nº 120/99, de 11 de Agosto, que reafirma a necessidade das escolas integrarem programas de educação sexual e que afirma e reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva. Define ainda que seja implementado nos estabelecimentos dos ensinos básicos e secundário:

um programa para a promoção da saúde e da sexualidade humana, no qual será proporcionada adequada informação sobre sexualidade humana, o aparelho reprodutivo e a fisiologia da reprodução, doenças sexualmente transmissíveis (DTS) como por ex: SIDA, os métodos contraceptivos e o planeamento da família, as relações interpessoais, a partilha de responsabilidades e a igualdade entre os géneros. (Lei nº 120/99, p. 40).

Esta abordagem não está atribuída unicamente aos docentes, pelo que deverá ter a colaboração dos serviços e profissionais de saúde e dos encarregados de educação.

Aponta-se a integração de programas de Educação Sexual nas diversas disciplinas e nas áreas curriculares não disciplinares: área - escola e formação para a cidadania, actualmente chamadas área de projecto e formação cívica. Consequentemente, foi publicado o Decreto-Lei n.º 259/2000, de 17 de Outubro, com o objectivo de regulamentar a aplicação das medidas previstas na referida lei.

Este Decreto-Lei agrupa matérias pertencentes à organização da vida escolar, particularmente no que respeita ao envolvimento dos alunos, encarregados de educação, bem como à formação dos docentes. Este diploma determina no Artigo 1º (pp. 5784-5785):

1 — A organização curricular do ensino básico e secundário contempla obrigatoriamente a abordagem da promoção da saúde sexual e da sexualidade humana, quer numa perspectiva interdisciplinar, quer integrada em disciplinas curriculares cujos programas incluem a temática.

2 — O projecto educativo de cada escola, a elaborar nos termos do artigo nº3 do regime de autonomia, administração e gestão das escolas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115 A/98, de 4 de Maio, deve integrar estratégias de promoção da saúde sexual, tanto no desenvolvimento do currículo, como na organização de actividades de enriquecimento curricular, favorecendo a articulação escola - família, fomentar a participação da comunidade escolar e dinamizar parcerias com entidades externas à escola, nomeadamente com o centro de saúde da respectiva área, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 2.º da Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto.

3 — O plano de trabalho de turma, a elaborar nos termos do artigo nº 36 do regime de autonomia, administração e gestão das escolas referido no número anterior, deve ser harmonizado com os objectivos do projecto educativo de escola e compreender uma abordagem interdisciplinar da promoção da saúde sexual, de forma a garantir uma intervenção educativa integrada.

Esta legislação inclui a educação sexual nos currículos do ensino básico e secundário, integrada na área da Educação para a Promoção da Saúde.

A Educação para a Saúde tem, pois, como objectivos centrais a transmissão de informação, a consciencialização de cada pessoa acerca da sua própria saúde e a aquisição de competências que a habilitem para uma progressiva auto-responsabilização.

Existe a necessidade de tornar realidade a Educação Sexual em contexto escolar, conferindo-lhe um carácter obrigatório numa perspectiva interdisciplinar, devendo os programas contemplar esta temática.

A Educação Sexual foi integrada por Lei na Educação e Promoção para a Saúde, esta inclui ainda a educação alimentar, a actividade física, a prevenção de consumos nocivos e a prevenção da violência em meio escolar. (Despacho nº 19737/05).

O Despacho n.º 25995/2005, de 16 de Dezembro, estabeleceu a obrigatoriedade de as escolas incluírem no seu projecto educativo a área da educação para a saúde, combinando a transversalidade disciplinar com inclusão temática na área curricular não disciplinar, considerando:

que o currículo nacional do ensino básico integra a educação para a cidadania, a formação cívica, o aprender a viver em conjunto, a educação para a sexualidade e para os afectos, numa dinâmica curricular que visa a promoção da saúde física, psicológica e social. (p. 17515).

Esta lei prevê um trabalho conjunto na elaboração e dinamização de projectos entre professores e profissionais de saúde, nomeando, na escola, o coordenador da saúde escolar e um técnico da área da saúde.

Os conteúdos da Educação Sexual devem ser ministrados nas áreas curriculares não disciplinares e o artigo nº 10 do Despacho nº 19308/2008 de 21 de Julho define que “ ao longo

do ensino básico, em área de projecto e em formação cívica devem ser desenvolvidas competências nos seguintes domínios: a) Educação para a saúde e sexualidade de acordo com as orientações dos despachos n.º 25 995/2005, de 28 de Novembro, e 2506/2007, de 23 de Janeiro,” (p. 32171).

Em 6 de Agosto de 2009 foi publicada a Lei nº 60/2009, reconhecendo que a Educação Sexual é uma das dimensões da educação para a saúde, aprovando, assim um conjunto de princípios e regras, em matéria de educação sexual, prevendo a organização funcional da educação sexual nas escolas; conferindo-lhe o estatuto e obrigatoriedade, com uma carga horária adaptada e repartida por cada nível de ensino. No Artigo 1º (pp. 5097-5098), refere:

1 — A presente lei estabelece a aplicação da educação sexual nos estabelecimentos do ensino básico e do ensino secundário.

2 — A presente lei aplica-se a todos os estabelecimentos da rede pública, bem como aos estabelecimentos da rede privada e cooperativa com contrato de associação, de todo o território nacional.

Estabeleceu, ainda, que a Educação Sexual deve ser desenvolvida pela escola e pela família, numa parceria; impõe a necessidade do funcionamento de gabinetes de informação e apoio ao aluno. Determina a carga horária nos diferentes ciclos, devendo ser de seis horas para o 1º e 2º ciclos do ensino básico, e doze horas para o 3º ciclo do ensino básico e secundário, distribuídas de forma equilibrada pelos diversos períodos do ano lectivo.

Recentemente foi publicada a Portaria nº 196-A/2010 e no Artigo 1º procede-se à regulamentação da Lei nº 60/2009, de 6 de Agosto que define, estabelece e orienta a Educação Sexual nos estabelecimentos de ensino básico e secundário, nos seus diferentes níveis de ensino.

Esta Portaria determina os objectivos mínimos da área de Educação Sexual, estes devem contemplar conteúdos que podem ser abordados nas áreas disciplinares ou nas áreas curriculares não disciplinares.

De acordo com o mesmo documento, as linhas orientadoras para a implementação da Educação Sexual são as seguintes:

1.º Ciclo (1.º ao 4.º ano)

Noção de corpo;

O corpo em harmonia com a Natureza e o seu ambiente social e cultural;
Noção de família;
Diferenças entre rapazes e raparigas;
Protecção do corpo e noção dos limites, dizendo não às aproximações abusivas.

2.º Ano

Para além das rubricas incluídas nos programas de meio físico, o professor deve esclarecer os alunos sobre questões e dúvidas que surjam naturalmente, respondendo de forma simples e clara.

3.º e 4.º ano

Para além das rubricas incluídas nos programas de meio físico, o professor poderá desenvolver temas que levem os alunos a compreender a necessidade de proteger o próprio corpo, de se defender de eventuais aproximações abusivas, aconselhando que, caso se deparem com dúvidas ou problemas de identidade de género, se sintam no direito de pedir ajuda às pessoas em quem confiam na família ou na escola.

2.º Ciclo (5.º e 6.º ano)

Puberdade — aspectos biológicos e emocionais;

O corpo em transformação;

Caracteres sexuais secundários;

Normalidade, importância e frequência das suas variantes biopsicológicas;

Diversidade e respeito;

Sexualidade e género;

Reprodução humana e crescimento; contracepção e planeamento familiar;

Compreensão do ciclo menstrual e ovulatório;

Prevenção dos maus-tratos e das aproximações abusivas;

Dimensão ética da sexualidade humana.

Para além das áreas curriculares disciplinares, as áreas curriculares não disciplinares adquirem especial importância na abordagem da Educação Sexual em meio escolar.

1.2.1 Áreas Curriculares Não Disciplinares

Conforme abordado anteriormente, em Outubro de 2000, foi publicado o Decreto-lei nº 259/2000, que visa regulamentar a aplicação das medidas previstas na Lei nº 120/99. O diploma incorpora matérias referentes à organização da vida escolar, com especial relevância para a intervenção dos serviços especializados de apoio educativo às Escolas, à organização curricular, favorecendo uma abordagem integrada e transversal da Educação Sexual, ao envolvimento dos alunos, dos encarregados de educação e das respectivas associações e à formação de professores.

A Promoção da Educação Sexual nas escolas é justificada, no referido documento, pela necessidade de uma abordagem integrada desta temática, enquanto dimensão essencial do percurso educativo e formativo dos jovens.

Segundo o Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro, os estudantes do 2º/3º ciclo – terão mais três áreas curriculares não disciplinares: Área de projecto, Estudo acompanhado e Formação cívica. Referindo no Artigo nº 1 “ a organização curricular dos ensinos básicos e secundário contempla obrigatoriamente a abordagem da promoção da saúde sexual e da sexualidade humana, quer numa perspectiva interdisciplinar, quer integrada em disciplinas curriculares cujos programas incluem a temática.” (p. 5784).

O Decreto-lei nº18/2011, de 2 de Fevereiro, procede a revogações, alterações e aditamentos, ao Decreto-Lei nº 6/2001. Assim, no Artigo nº 5, são áreas curriculares não disciplinares as seguintes:

- a) Estudo acompanhado, orientada para a criação de métodos de estudo e de trabalho que promovam a autonomia da aprendizagem e a melhoria dos resultados escolares;
- b) Formação cívica, orientada para o desenvolvimento da educação para a cidadania, para a saúde e sexualidade. (p. 660)

Neste contexto a educação para a saúde (de que a educação para a sexualidade é parte intrínseca), teve a sua operacionalidade facilitada pela legislação que define as áreas curriculares não disciplinares, no âmbito da formação pessoal e social, desde o primeiro ao décimo segundo ano de escolaridade.

1.3 A Escola e a Educação Sexual

De acordo com a actual legislação, a Educação Sexual é de inclusão obrigatória no Projecto Educativo de Escola, nos moldes definidos pelo Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, depois de ouvidas as associações de pais, associações de estudantes e os professores.

A escola não pode deixar de fazer uma abordagem formal, estruturada, intencional e adequada, de um conjunto de questões relacionadas com a sexualidade humana. A educação sexual em meio escolar deverá ser:

abordada pela maioria dos professores, porque é um tema abrangente e multidisciplinar. Por isso este tema deverá ser tratado de uma forma interdisciplinar com um contributo próprio de cada professor, focando os temas mais solicitados pelos alunos, sem se perder a objectividade necessária a um tema tão polémico. (Alcobia, Mendes & Serôdio, 2004, p. 97).

Compreender a sexualidade como um facto da vida e parte inseparável do ser será a missão primordial da escola no intuito de procurar compreender a pessoa como um todo com todas as suas dimensões e facetas.

A sexualidade é das características humanas mais determinadas e moldadas pelo processo de socialização. Nas linhas orientadoras do Ministério da Educação (2000) lê-se:

O que somos, pensamos, fantasiemos, desejamos e fazemos ao nível sexual é resultado de um processo contínuo de aprendizagens, interacções e reflexões, realizado em todos os círculos de vida e actividades humanas, como o contexto familiar, as relações entre os pares e os contextos sociais de aprendizagem formal por exemplo a escola (p. 23)

A Educação Sexual foi integrada por lei na educação para a saúde precisamente por obedecer ao mesmo conceito de abordagem com vista à promoção da saúde física, psicológica e social tendo como objectivos centrais a informação e a consciencialização de cada pessoa acerca da sua própria saúde e a aquisição de competências que a habilitem para uma progressiva auto-responsabilização, podemos então referir que:

A educação para a saúde na escola tem por finalidade promover a aquisição de conhecimentos, desenvolver atitudes e hábitos

saudáveis nos alunos para que favoreçam o seu crescimento, desenvolvimento, bem-estar e ajudem à prevenção de doenças evitáveis na sua idade. (Precioso, 2001, p.13).

A Educação Sexual é um processo contínuo. A escola, enquanto espaço de grande importância na socialização das crianças e dos jovens, é um lugar de construção de saberes, que suscita vivências ao nível afectivo-sexual pelas iniciativas desenvolvidas a nível curricular e extracurricular.

A vertente curricular, numa Escola Promotora de Saúde, consiste no trabalho que torne os alunos e professores conscientes de que tudo o que se aprende nas diferentes disciplinas interessa para a vida. Para isso há que trabalhar a informação a partir das necessidades vividas ou sentidas, no âmbito da saúde, do ambiente e dos comportamentos, ou seja, estabelecendo deste modo a relação entre os currículos e a vida dos alunos. De acordo com esta vertente:

recorre-se a metodologias activas e participativas. As situações a estudar deverão ter origem no trabalho conjunto de situações comuns da vida, do meio, da Escola ou dos alunos e reconhecidas por estes últimos como importantes para a reflexão sobre as razões porque existem os problemas e como os resolver/tratar. (Rodrigues, 2001, p. 41)

À escola é-lhe atribuída a função de suscitar o ensaio de competências essenciais ao pleno desenvolvimento da pessoa, já que é um espaço de grande permanência temporal, nas idades em que se realiza uma boa parte das aprendizagens básicas de todos os indivíduos. Deve procurar responsabilizar os alunos pela sua própria Saúde e “prepará-los para que, ao sair da escola e incorporar-se na comunidade, adoptem um regime, um estilo de vida o mais saudável possível” (Precioso, 2001, p. 13).

Como foi dito, a legislação existente enquadra a necessidade de desenvolvimento de acções de educação sexual, nas escolas, a nível disciplinar, interdisciplinar e extracurricular. A educação sexual deve estar explícita no projecto educativo da escola.

Quase todas as disciplinas permitem abordar os diversos temas de educação sexual. Algumas incluem explicitamente esse tema de educação sexual nos seus programas, por exemplo, o estudo do meio, ciências naturais, a biologia, a psicologia e a educação moral e religiosa.

A exploração deste tema será tanto melhor quanto mais articulação e interdisciplinaridade houver entre os diferentes professores e outros agentes educativos, podendo e devendo o mesmo ser tratado em parcerias com outras instituições, como por exemplo com os centros de saúde (enfermeiros, médicos, psicólogos).

No entanto esta exploração pressupõe a existência de um coordenador responsável perante os órgãos de gestão e pedagógicos da escola. Este propõe, coordena e planifica as actividades relacionadas com a educação sexual em meio escolar. Segundo Cortesão, Silva & torres (1989), os objectivos fundamentais da Educação Sexual são:

- a) Adquirir informação sobre sexualidade humana;
- b) Promover atitudes e valores positivos em termos de sexualidade;
- c) Capacitar para a comunicação interpessoal sobre sexualidade;
- d) Desenvolver comportamentos sexuais responsáveis” (p. 81).

Concordando com Dias (2002), pensamos que:

O principal objectivo da Educação Sexual é ajudar e apoiar os jovens ao longo de todo o seu desenvolvimento físico, emocional, cultural, moral e espiritual, proporcionando-lhes um clima de confiança e discernimento que lhes facilite a transição da infância para a adolescência e desta para a idade adulta (...). Procura-se ainda que os jovens adquiram aptidões de autonomia e comportamentos responsáveis que lhes permitam ultrapassar com confiança e sucesso as dificuldades com que se deparem. Só assim estarão preparados para corresponder às oportunidades, responsabilidades e experiências da vida adulta. (p. 28).

Em suma, a Educação Sexual é um processo pelo qual se obtém informação e se formam atitudes acerca da sexualidade e do comportamento sexual.

O espaço e o ambiente da escola representam para o aluno uma referência muito forte. O adolescente sente despertar em si o interesse por novas descobertas e pelo aprofundamento de certas questões: gosta de aprender porque relaciona os conteúdos com a realidade, costuma pedir que o professor trate de temas mais referentes à sua situação, a questões polémicas do país, a assuntos morais e também aos relacionados com a sexualidade.

No âmbito escolar, o adolescente encontra amizade e amor, relaciona-se com adultos diferentes dos pais e com pessoas da sua idade, que estão em igual situação, envolvidas nas mesmas tarefas e passando por problemas parecidos. Assim, “(...)poderíamos apontar como grande objectivo da Educação Sexual Escolar o de contribuir (ainda que parcialmente) para uma vivência mais informada, mais gratificante e mais autónoma, logo, mais responsável da sexualidade” (Frade, Marques, Alverca, & Vilar, 2001, p. 19).

Mesmo assim, a Educação Sexual nas escolas não substitui o papel nem a responsabilidade das famílias. A formação dos jovens realiza-se em contextos diferentes, dos quais a escola e a família são dos mais importantes, embora não exclusivos.

1.4 Articulação Escola/Família na Implementação da Educação Sexual em Meio Escolar

A articulação escola/família é amplamente defendida e justificada no domínio da educação sexual, uma vez que estas se complementam no processo educativo.

Os principais agentes educativos que influenciam a Educação Sexual são os pais, os pares e os *media*.

Para os filhos, a figura dos pais serve-lhes de identificação, já que eles são simultaneamente pares e modelos. Estes são fundamentais neste processo, pois é com os pais que a criança se familiariza com as características do género feminino e masculino.

Neste processo, adquire especial importância a relação com os pais. Como refere Salgueiro (2000), “se a criança tiver como modelo um casal, um pai e uma mãe em quem possa confiar, melhor e mais naturalmente poderá decorrer o seu desenvolvimento sexual” (p. 31); alertando que quanto mais se afastar desse modelo, maior será o risco de existirem perturbações nesse processo.

É da forma como foram vividas as primeiras relações afectivas, como por exemplo, as atitudes e expressões afectivas com o pai, a estabilidade da vinculação com a mãe e a relação entre as figuras de apego, que vai depender a segurança emocional e a capacidade

de comunicação íntima, nas relações estabelecidas com as outras pessoas ao longo da vida.

Assim:

Os pais são, portanto, a fonte de influência mais precoce e prevalecente no desenvolvimento do ser sexuado, tanto mais que são também determinantes, especialmente nos primeiros anos de vida, da influência dos outros agentes educativos, mesmo que de forma não intencional (...) o contacto com pares e outros adultos depende do seu estilo de vida, em particular a nível social. Os pais controlam ainda, ou têm essa possibilidade, o acesso a livros, a programas de TV, que abordam de forma mais ou menos reducionista a sexualidade humana. Poderão também relativizar os critérios dominantes (poder económico e prestígio social) que determinam os modelos de sucesso, dignos de imitação. (Vaz, 1996, p. 18).

No entanto, segundo Lima (2001), a família fica à margem da sexualidade, devido a valores e critérios morais. É importante, portanto, que a família tenha clareza do que sente e do que espera dos seus membros.

Para que as informações sexuais que os pais transmitem aos seus filhos, sejam realmente formativas têm que promover condutas saudáveis e ser acompanhada de juízos críticos que apelem a princípios e valores.

Grande número de pais

“está consciente que, de uma forma explícita, é sua responsabilidade dar informação e debater questões ligadas à sexualidade, mas sentem-se com dificuldades várias para o fazer. O facto de não terem tido este modelo na sua infância, fá-los sentir esta função parental como nova e, portanto, menos vivenciada”. (Cortesão, Silva & Torres, 1989).

Pensamos que os pais são muito importantes na educação dos filhos e não devem abdicar de um assunto tão sério como este.

Estudos efectuados revelam que muitos problemas ligados à vivência da sexualidade têm a sua origem na falta de informação e na ansiedade daí gerada. Da mesma forma, a ignorância sobre estes assuntos poderá resultar numa baixa de auto-estima, promover um

desenvolvimento não harmonioso, desencadear situações de culpa ou de medo. (Olshaker,s.d.).

Sabendo que as crianças e jovens tem outras fontes de informação e, sendo a escola um espaço de Educação Sexual formal, ela tem o papel de trabalhar os aspectos biológicos da sexualidade enquanto a família tem o papel de trabalhar os aspectos emocionais e afectivos. Não quer isto dizer que sejam trabalhados de forma separada, mas sim holisticamente, devendo haver uma parceria real entre a escola e a família, no tratamento da Educação Sexual.

Então, os pais devem ser chamados a embrenhar-se, em todos os assuntos que dizem respeito aos seus educandos, nomeadamente os relacionados com a Educação Sexual em Meio Escolar, já que a articulação escola-família na abordagem deste tema é necessária. No entanto:

É conveniente, antes de mais, sublinhar que alguns factores costumam interferir na adesão dos pais e encarregados de educação às actividades desenvolvidas na escola, como por exemplo: a dificuldade dos pais e encarregados de educação em conjugar as actividades profissionais com aquelas que se desenvolvem na escola; a novidade relativa da conceptualização da escola como um espaço de partilha, aberto a toda a comunidade escolar; entendimento de que a responsabilidade dos pais no domínio educativo se exerce unicamente no foro doméstico, sendo competência da escola actuar na sua área específica; a percepção do senso comum e ainda vulgar, da escola como um espaço dos professores, no qual o peso simbólico e institucional inibe a participação dos pais e encarregados de educação. (Ferreira, 1999, p. 28)

A educação sexual é antes de tudo educação e, como educação, tem o papel de provocar mudanças, seguindo o pensamento de Rui Grácio citado por Cortesão (1989) a “educação é uma oficina da humanidade” (p. 40). Alunos, professores, educadores e principalmente pais/encarregados de educação podem, juntos, construir um conhecimento sobre a sexualidade humana para darem, ou não, novos significados às suas vivências.

Segundo Miguel (1984) citado pela Associação para o Planeamento da Família (2008), a transmissão dos valores morais deverá ser feita pela família. Todavia defensores

da educação sexual nas escolas apresentam os pais como demasiado envolvidos emocionalmente para serem capazes de fazer a educação sexual dos seus filhos e pensam ainda que o sexo e a sexualidade são demasiado complexos para serem tratados apenas pelos pais, pois estes, na sua maioria, não estão preparados para essa responsabilidade.

No entanto, a família é "uma estância social com o papel mais determinante no desenvolvimento e na educação da sexualidade da criança, quer pela importância dos vínculos afectivos entre filhos e pais, quer pela influência destes como modelos de observação quotidiana, nomeadamente enquanto casal" (Ministério da Educação & Ministério da Saúde, 2000, p. 65).

No que se refere a este tema, entre a família e a escola tem que haver uma estreita relação e colaboração. Efectivamente, cabe à família um papel fundamental na Educação Sexual, na construção da personalidade e na construção do futuro da criança. A escola, como local de socialização, tem que assumir o papel complementar da família, tendo, por vezes, de complementar o já iniciado no ambiente familiar. Assim sendo, ela terá, muito frequentemente, de empenhar-se em corrigir atitudes e erros cometidos ou terá de suprir uma total ausência de informação. A criança passa a maior parte do tempo da sua vida na escola. Por isso, esta tem um papel preponderante já que contribui para a formação da criança como pessoa nesta fase crucial da sua vida.

Na comunidade escolar, a criança adquire novos conhecimentos, novos amigos, novos grupos, novas solicitações que a podem ajudar a ultrapassar, a desdramatizar e desmistificar situações de conflito. Sendo assim, não podemos esquecer que a escola é por vezes um local de estabelecimento de inter-relações com parceiros da mesma faixa etária e também um local privilegiado de socialização e de construção da personalidade

Os pais são, como atrás referido, modelos reais, contudo, falamos também nesta etapa da vida interpares, pois eles são uma influência muito grande no que se refere a esta temática, são as principais fontes de informação.

A influência dos pares pode ser considerada positiva e negativa. Positiva na medida em que numa relação entre pares existe reciprocidade, o que pode ser benéfica. O oposto também pode acontecer, porque a informação entre pares é muito frequentemente imprecisa, visto que o riso acompanha regularmente os conteúdos sexuais, através de anedotas que distorcem as realidades da sexualidade. Estes modelos não substituem o "papel que cabe aos profissionais e técnicos adultos. Os pares podem ser, assim, um

recurso importante em educação sexual, desde que sejam formados e supervisionados de modo adequado” (Ministério da Educação & Ministério da Saúde, 2000, p. 35).

A influência do grupo, no sentido de experimentação é outro aspecto negativo, levando também à descoberta da sexualidade por vezes sem preparação e desrespeitando o ritmo pessoal. É neste quadro que se verificam os comportamentos de risco a nível da sexualidade, como por exemplo o aumento de doenças transmissíveis e a não utilização e adopção de medidas preventivas na adolescência, levando à gravidez precoce. Em concordância com o que se transmitiu anteriormente, podemos considerar que :

Desde meados dos anos oitenta, a educação pelos pares tem vindo a ser utilizada como estratégia de promoção e educação para a saúde, em contextos escolares e não escolares, nomeadamente em actividades de educação sexual e de prevenção da SIDA, das toxicodependências e da violência. Os líderes de pares, dada a sua capacidade de induzir formas de pensar e comportamentos nos outros, podem contribuir de forma particular para o processo educativo. É possível reforçar competências de medição nestes jovens que lhes permitam ajudar outros colegas a aprender, recorrendo a estratégias de encorajamento e de apoio na tomada de decisões e nos comportamentos. (Ministério da Educação & Ministério da Saúde, 2000, p. 34).

Devemos considerar ainda os media, principalmente a televisão, como uma influência negativa, quando transmite, de forma comercial e estereotipada, conteúdos de Educação Sexual. É o caso da publicidade e da programação em geral que muitas vezes transmite comportamentos sexuais violentos, perversos e sem contexto afectivo.

De acordo com Vaz (1996, pp. 17-18), quando nos cita Lopez Sanches (1990), referimos que os comportamentos sexuais são:

essencialmente susceptíveis à aprendizagem por imitação, pois [...] aparecem continuamente nos meios de comunicação e estão presentes em todos os modelos, e portanto também nos mais valorizados pelas crianças, porque todos os seres humanos e comportamentos são sexuais. (p. 58).

O mesmo autor salienta que a aprendizagem da sexualidade é muitas vezes feita por observação do comportamento sexual, personificado em modelos reais ou fictícios, mediatizados ou revelados pelos meios de comunicação.

Para que os projectos de Educação Sexual na escola sejam realizados, é preciso eleger o interlocutor principal. A grande maioria dos projectos desenvolvidos em escolas aponta o professor como o melhor mediador. A este propósito temos que abordar este tema da forma mais “natural “ possível, discutir o assunto o mais abertamente na sala de aula, pois só desta forma vamos:

Desdramatizar situações e abrir caminhos para aprender a ser homem ou mulher. Ao contrário do que muitas vezes se pensa, o esclarecimento dos jovens no domínio da sexualidade não conduz à prática de uma educação sexual prematura. Estudos realizados demonstram que os jovens que tiverem educação sexual formal iniciaram mais tarde a actividade sexual, são menos propensos a gravidezes indesejadas e a contrair doenças venéreas. (Cortesão, 1989, p. 40).

Ainda nesta perspectiva, verificamos que ao abordar esta temática com mais à vontade e firmeza em contexto de sala de aula, vai fazer com que muitos comportamentos agressivos e desajustados se evitem ou pelo menos se modifiquem.

Verificamos assim que a relação entre professor e aluno se estabelece de forma mais sensata, conduzindo a uma posterior e benéfica relação com os pais.

A sexualidade é uma das características humanas mais determinadas e moldadas no processo da socialização. Todo este processo é resultado de contínuas aprendizagens, interacções e reflexões realizadas durante a actividade humana, como por exemplo em contexto familiar, nas relações entre pares e ainda nos contextos sociais de aprendizagem formal (é o caso da escola) e em contextos informais (sociedade em que vivemos).

Assim podemos concluir, segundo a opinião de Ministério da Educação & Ministério da Saúde (2000), que tanto a escola como a sociedade têm um importante papel a desempenhar, no que concerne à educação sexual:

Todas as sociedades, com os seus recursos e instrumentos de socialização, procuram, de uma maneira formal ou informal,

transmitir os seus valores fundamentais e as suas regras de conduta no campo da sexualidade. A escola enquanto espaço de uma grande importância na socialização das crianças e dos jovens, tem, portanto, um papel a desempenhar neste campo. (p. 23).

É também no domínio da Educação Sexual que a escola/família exerce um papel preponderante, já que elas se completam mutuamente no processo educativo. A sua articulação produz vantagens suficientemente comprovadas, a diversos níveis, nomeadamente no rendimento escolar dos alunos, na sua inserção escolar e social.

É neste campo, onde existe uma real possibilidade de fomentar uma maior comunicação entre a escola e a família, no âmbito da Educação Sexual reforçando a necessidade, de a adequar a cada realidade. Não quer isto dizer que haja invasão do espaço da família por parte da escola, mas sim a sugestão de actividades em conjunto com os seus filhos e educandos.

Nesta dinâmica criança – família - sociedade a escola é muito importante na Educação Sexual e torna-se um espaço imprescindível para a construção da cidadania:

Daí que o diálogo entre a família e escola, fundamental em todo o processo educativo, adquira uma importância muito especial no âmbito mais específico da educação sexual, quer pela ajuda que a escola pode dar aos pais na realização dos seus papéis, quer pela necessidade de uma cooperação saudável e coerente entre as famílias e a escola para que o desenvolvimento da sexualidade das crianças possa ser integrado de forma harmoniosa, preparando-as para uma vivência positiva das transformações da puberdade. (Vilar & Carriço 1999, p. 66)

Em suma, para que o projecto de orientação sexual nas escolas, que é uma questão de cidadania, seja eficaz, é preciso que haja objectivos claros a serem alcançados. Portanto, a escola deve traçar uma metodologia que abarque e implique todos os parceiros e em especial os pais/encarregados de educação.

1.5 Os Professores e a Educação Sexual

O papel do professor em Educação Sexual não difere muito do que se lhe atribui noutras áreas do processo educativo, tornando-se necessário, no entanto, um apoio técnico que lhe permita reflectir sobre os seus valores e atitudes face à sexualidade. Este apoio poderá chegar, por exemplo, com acções de formação. Estas devem abranger “conhecimentos de base que abarquem a multiplicidade de aspectos da sexualidade – designadamente o biológico, o psicológico, o histórico, o sociológico” (Henry, 1974, citado por Rocha, 1996, p. 135).

Para Went (1985) citado por Ministério da Educação & Ministério da Saúde, (2000) o perfil do professor que queira desenvolver acções de Educação Sexual pressupõe capacidades como:

Genuína preocupação com o bem-estar físico e psicológico dos outros; aceitação confortável da sua sexualidade e da dos outros; respeito pelas opiniões das outras pessoas; atitude favorável ao envolvimento dos pais e encarregados de educação outros agentes de educação; compromisso de confidencialidade sobre informações pessoais que possam ser explicitadas pelos alunos; capacidade para reconhecer as situações que requerem a intervenção de outros profissionais/técnicos para além dos professores (p. 41).

Outros autores consideram que, no desenvolvimento de acções de Educação Sexual, o professor terá sucesso quando:

Não atribuir “certos” e errados”. Proporcionar a exploração de valores pessoais (criando um clima aberto e não constrangedor) (...) Não emitir juízos de valor. Ser tão neutro quanto possível. Permitir que se façam escolhas (...) Disponibilizar material de apoio. Desempenhar um papel positivo de adulto: mostrar interesse e respeito. Reconhecer a aprendizagem cognitiva, bem como a afectiva (a aprendizagem ocorre através das relações interpessoais). Ver a importância do processo e dos conteúdos. Mostrar confiança. (Sanders & Swinden, 1995, p. 40)

Os docentes estão informados do seu papel no que respeita à abordagem da temática, integrando a mesma no decurso educacional, contudo, não se vêem sozinhos

neste desafio, recorrendo à articulação com outras parcerias, nomeadamente com os profissionais de saúde, os pais e os auxiliares de acção educativa, não há dúvida que é fundamental que também estes últimos estejam em sintonia com os docentes e que sejam alvo de formação específica nesta área.

A abordagem da Educação Sexual em meio escolar exige do professor uma grande diversidade de estratégias e material, no sentido de, ao mesmo tempo sendo rigoroso e profissional, cativar e motivar os alunos para o tratamento do tema.

1.5.1 Estratégia para Abordar a Educação Sexual

O tratamento de um tema em Educação Sexual implica a definição das estratégias a utilizar, na perspectiva da participação dos alunos no processo educativo, e preparação dos recursos e materiais pedagógicos necessários. Estas destinam-se à partilha de informação; clarificação de valores e atitudes; treino de competências específicas, devendo os profissionais envolvidos na Educação Sexual adaptá-las às diferentes fases de desenvolvimento das crianças e jovens.

As metodologias participativas expressam-se na utilização de um conjunto muito amplo de estratégias. Não sendo o nosso propósito descrevê-las exaustivamente, parece-nos, importante abordar algumas das mais frequentemente utilizadas, adaptadas do Guia para Professores, Formadores e Educadores, (2001, p. 20):

- Trabalho de pesquisa

O trabalho de pesquisa ajuda o aluno a clarificar ideias, levando-o a interrogar-se sobre os diferentes aspectos do tema em estudo. A pesquisa de informação pode ser feita com base em inúmeras e diversificadas fontes: livros, revistas, jornais, Internet.

- *Brainstorming* ou Tempestade de ideias

Consiste em listar, sem a preocupação de discutir num primeiro momento, todas as sugestões que o grupo ou a turma fazem sobre determinada questão ou problema. A lista deve ser constituída por palavras ou frases simples.

Após as sugestões dos alunos deve-se aprofundar a discussão e esclarecer as dúvidas e as ideias erradas.

- Resolução de problemas

Mediante a utilização de histórias, casos reais, incentiva-se a discussão para a resolução de problemas comuns com os quais os alunos podem vir a ser confrontados.

- Jogos de clarificação de valores

Consiste em promover o debate entre posições diferentes, através da utilização de pequenas frases que sejam opinativas e polémicas.

- Utilização de questionários

Os questionários são utilizados para recolher conhecimentos e opiniões existentes.

-Role play ou dramatização

Consiste na simulação de pequenos casos ou histórias em que intervêm o número de personagens desejadas. Funciona bem quando são os próprios alunos, em grupo, a elaborarem o texto dramático.

O role play pode ser aproveitado para desenvolver o relacionamento interpessoal ou saber expressar sentimentos.

-Visita externa

Pode aproveitar-se a visita de um especialista num determinado assunto, havendo uma recolha de questões que a turma desejaria colocar.

- Produção de cartazes

É uma forma de organizar a informação recolhida (textos, fotografia, gráficos, esquemas, etc.). Pode ser apresentada ao grande grupo, ou pode ser uma forma de fomentar a discussão à volta de um tema.

- Caixa de perguntas

Consiste na recolha prévia e anónima de perguntas sobre temas de interesse da turma ou de levantamento de necessidades. É muito importante que o professor responda a todas as perguntas de forma clara e com correcção científica.

- Fichas de trabalho

Facilitam o desenvolvimento dos trabalhos, e devem ser construídas de acordo com os objectivos a alcançar.

- Exploração de vídeos e outros meios audiovisuais

Todos os materiais e estratégias referidas anteriormente, sendo alvo de uma utilização responsável e organizada dentro da sala de aula, podem converter-se em instrumentos válidos na abordagem da Educação Sexual.

2. Metodologia

Finalizada a fundamentação teórica relacionada com a implementação da educação sexual nas escolas.

O presente estudo visa conhecer as concepções dos pais de uma turma de 6º ano na qual estagiámos e professores do Agrupamento de Escolas onde essa turma está inserida, mais especificamente no Agrupamento de Escolas de Sendim, sobre a Educação Sexual Em Contexto Escolar.

Será indicada a amostra de estudo, reveladas as questões de investigação que estiveram na origem do nosso estudo, natureza do estudo, caracterização da amostra, instrumentos de recolha dos dados, tratamento dos dados e analisaremos os resultados obtidos, com posterior conclusão.

2.1 Questões Orientadoras para o Estudo

Para este estudo definimos as seguintes questões:

- Qual a opinião dos pais e dos docentes face à implementação da Educação Sexual em contexto escolar?
- Na opinião dos pais e dos docentes, quais os profissionais mais habilitados para a abordagem da Educação Sexual em meio escolar?
- Quais os assuntos, no âmbito da sexualidade, que os pais e os docentes desejam ver esclarecidos?

2.2 Natureza do Estudo

A nossa investigação reveste-se de um cariz quantitativo, já que os dados foram recolhidos através de questionários estruturados, com perguntas claras e objectivas, de forma a garantir a uniformidade de entendimento dos inquiridos pelo que a nossa finalidade é apurar e interpretar opiniões dos inquiridos.

Como salienta Fernandes (1991), a investigação dita quantitativa tem sido o paradigma dominante da investigação em educação. Pode afirmar-se que muitos dos

resultados mais relevantes que influenciam a forma como ensinamos ou aprendemos foram obtidos através de estudos tipicamente quantitativos. (Noesis (18), p. 64)

Reconhecendo que o tipo de estudo “ constitui uma parte determinante para encontrar a resposta correcta ao problema levantado” (Pardo & Cedeño, 1997, p. 118), pensamos que, com este tipo de estudo, podemos dar a conhecer as concepções dos pais e professores no âmbito da Educação Sexual e da sua implementação em contexto escolar.

2.3 Caracterização da Amostra

A razão para a escolha desta população está relacionada com o facto de termos realizado a nossa prática pedagógica no Agrupamento, conhecer a sua realidade e o trabalho que lá tem sido realizado na Promoção da Saúde, nomeadamente em Educação Sexual, e, ainda, com a facilidade existente no contacto com os professores e pais da referida escola.

Este estudo envolveu dezoito docentes do Agrupamento. Neste grupo incluem-se os professores da turma e outros professores de outros ciclos. Assim, o grupo dos professores era constituído por docentes do primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino básico. A razão de escolhermos professores dos outros ciclos deve-se ao número reduzido de professores de segundo ciclo, gerando uma amostra muito reduzida em termos de estudo. Este grupo de professores foi escolhido de forma aleatória.

A turma em que estagiámos era constituída por vinte e cinco alunos como tal o inquérito foi aplicado a vinte e cinco pais/encarregados de educação, três não entregaram o questionário. Assim, o número de respondentes foi de vinte e dois pais.

2.4 Instrumento de Recolha dos Dados

Para a pesquisa foram realizados dois questionários (ver anexo 1 e 2), cuja organização foi conduzida pela leitura de obras utilizadas na fundamentação teórica. Assim, elaborou-se um questionário para aplicar aos pais e um segundo para aplicar aos professores.

Ao longo da nossa investigação tivemos a preocupação de respeitar os direitos dos inquiridos. Deste modo:

(...) num processo investigativo existem determinados direitos humanos que devem ser respeitados pelos investigadores: direito à

autodeterminação, à intimidade, ao anonimato e à confidencialidade, à protecção contra o desconforto e o prejuízo e ao direito a um tratamento justo e equitativo. (Fortin, 1999, p. 128).

Quanto aos direitos dos inquiridos, respeitou-se se queriam participar ou não no estudo, respeitou-se também a confidencialidade dos questionários garantindo o anonimato dos inquiridos, esclarecemos os inquiridos acerca da finalidade da investigação, assim como os métodos utilizados no estudo.

Procedemos à selecção do instrumento de recolha de informação: inquérito por questionário. Este consiste em:

colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores. (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 188).

De acordo com Gil (1999), o questionário é definido, “como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objectivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”. (p. 128)

Os questionários foram elaborados com questões primeiro no âmbito da caracterização pessoal e profissional dos inquiridos; em segundo procurou-se analisar que concepções tinham os inquiridos sobre os contributos da implementação da Educação Sexual nas escolas, os temas que deveriam ser abordados no âmbito desta temática e por quem deveriam ser abordados.

Depois de elaborados os questionários foram submetidos à apreciação por parte de dois docentes, dois pais e duas mestres da educação para a saúde, que não fazem parte dos sujeitos deste estudo. Resultou assim a necessidade de se realizarem alterações, no âmbito da clarificação de algumas questões, com vista a melhorar a formulação e sentido das mesmas, bem como a introdução de novas questões tendo presente os objectivos definidos para este estudo.

Escolhemos o questionário para conseguir as informações desejadas, já que outro tipo de instrumento de recolha como a entrevista seria impensável em termos de tempo, e do número de indivíduos a inquirir. O questionário permite-nos obter resultados mais concretos e conseqüentemente, menos passíveis de erros de interpretação. Os questionários foram aplicados em Janeiro de 2011. Os dos pais foram entregues aos alunos. Estes levaram-os para casa trazendo-os posteriormente; os questionários dos professores foram entregues pessoalmente, definindo a data para a sua recolha, que seria passado sensivelmente oito dias.

Uma vez reunidos os questionários preenchidos passámos para a observação das respostas e análise estatística.

2.5 Apresentação e Tratamento dos Dados

Uma vez reunidos os questionários preenchidos, procedemos ao devido tratamento dos dados. Foram utilizadas técnicas de análise quantitativa, atendendo ao teor das questões que estavam contempladas nos questionários. Desta forma, recorreremos ao programa estatístico **SPSS – Win** (Statistical Package for Social Sciences)

No que se refere às questões introduziu-se a informação directamente na folha do programa SPSS, calculando frequências absolutas que nos revela o número de respostas e frequências relativas que nos dá as percentagens.

Para esta apresentação recorreremos a quadros e gráficos.

3. Apresentação e Discussão dos Resultados Obtidos nos Questionários

Elaborámos esta apresentação em duas partes: primeiramente serão expostos os resultados obtidos através dos questionários referentes aos pais. Na segunda parte serão apresentados os resultados obtidos através dos questionários referentes aos professores, evidenciando as concepções que pais e professores têm acerca da Educação Sexual em Contexto Escolar.

3.1 Questionário dos Pais

Caracterização pessoal – profissional

Relativamente ao género dos pais, apresentam-se os dados no quadro 1.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Feminino	15	68,2
Masculino	7	31,8
Total	22	100,0

Quadro 1 - Identificação dos pais quanto ao sexo

Pela leitura do quadro verificamos que vinte e dois pais que fazem parte da amostra quinze (68,2%) são do sexo feminino e sete (31,8%) do sexo masculino.

Relativamente à idade dos pais, mostra os resultados no quadro 2.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Entre 26 e 35	3	13,6
Entre 36 e 45	12	54,5
Entre 46e 55	5	22,7
Maior de 55	2	9,1
Total	22	100,0

Quadro 2 - Identificação dos pais quanto à idade

No que respeita à idade dos pais, constata-se que o intervalo varia entre os 26 e 55 anos, excepto dois com mais de 55 anos. A maior percentagem dos pais tem entre os 36 e 45 anos.

Quanto às habilitações literárias dos pais, expõem-se os resultados no quadro 3.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
1º Ciclo	4	18,2
2º Ciclo	3	13,6
3º Ciclo	6	27,3
Secundário	7	31,8
Licenciatura	2	9,1
Total	22	100,0

Quadro 3 - Habilitações literárias dos pais.

Relativamente às habilitações literárias, quatro (18,2%) pais têm o primeiro ciclo, três (13,6%) o segundo ciclo, seis (27,3%) o terceiro ciclo, sete (31,8%) o secundário e dois (9,1%) licenciatura.

O quadro 4 ilustra as respostas dos pais relativamente à sua profissão.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Trabalhador rural	1	4,5
Tarefas domésticas	7	31,8
Funcionário público	4	18,2
Trabalhador por conta própria	4	18,2
Desempregado	1	4,5
Por conta de outrem	5	22,7
Total	22	100,0

Quadro 4 - Profissão dos pais

A profissão desempenhada pelos pais: um é trabalhador rural, sete pais desempenham tarefas domésticas, quatro são funcionários públicos, quatro trabalham por conta própria, um está desempregado e cinco trabalham por conta de outrem.

Concepção sobre a Educação Sexual em Meio Escolar

Quanto à questão sobre se “já ouviu falar de Educação Sexual”, os pais responderam de acordo com os dados que se apresentam no quadro 5.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Sim	20	90,9
Não	1	4,5
Talvez	1	4,5
Total	22	100,0

Quadro 5 - Opinião dos pais se já tinham ouvido falar de Educação Sexual

Dos pais inquiridos vinte já ouviram falar de Educação sexual, um não tinha conhecimento e outro respondeu talvez já tenha ouvido falar de Educação Sexual.

No que respeita à contribuição da Educação Sexual nas escolas para uma vivência mais informada e responsável da sexualidade juvenil, os pais responderam segundo os dados apresentados no quadro 6.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Sim	14	63,6
Não	2	9,1
Talvez	6	27,3
Total	22	100,0

Quadro 6 - Opinião dos pais acerca da contribuição da Educação Sexual nas escolas para uma vivência mais informada e responsável da sexualidade juvenil

A maioria dos pais responderam afirmativamente, dois não estão de acordo com a contribuição da educação sexual nas escolas e seis pais responderam talvez, podemos então, inferir que para estes ainda existem dúvidas.

Relativamente, à opinião dos pais face à informação que os agentes educativos têm para agir de forma adequada e coerente face às dúvidas e manifestações das crianças/adolescentes na área da sua evolução sexual, apresentamos os dados no quadro 7.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Sim	9	40,9
Não	5	18,2
Talvez	8	36,4
Total	22	100,0

Quadro 7 - Opinião dos pais face à informação que os agentes educativos têm para agir de forma adequada e coerente face às dúvidas e manifestações das crianças/adolescentes na área da sua evolução sexual

Nove pais (40,9%) responderam afirmativamente, cinco (18,2%) responderam não, e oito (36,4%) talvez, no que se refere à sua opinião se os agentes educativos têm informação para agir de forma adequada face às dúvidas das crianças/adolescentes na área da sua evolução sexual.

Relativamente, à opinião dos pais em considerar que a Educação Sexual nas

escolas tem efeito na taxa etária de iniciação sexual, expõem-se os dados no quadro 8.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Sim	10	45,5
Não	4	18,2
Talvez	8	36,4
Total	22	100,0

Quadro 8 - Opinião dos pais em relação à Educação Sexual nas escolas ter efeito na taxa etária de iniciação sexual

Dos pais dez (45,5%) responderam que sim, quatro (18,2%) responderam negativamente e oito (36,4%) responderam de forma indecisa, em acreditar que a taxa etária de iniciação sexual diminui com a Educação Sexual nas escolas.

Relativamente à influência da Educação Sexual na escola na ocorrência de gravidez precoce, a opinião dos pais é a que se regista no quadro 9.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Sim	12	54,5
Não	4	18,2
Talvez	6	27,3
Total	22	100,0

Quadro 9 - Opinião dos pais quanto à influência da Educação Sexual na escola, face à taxa de gravidez precoce

Na resposta a esta questão doze (54,5%) pais responderam afirmativamente ou seja, que a taxa de gravidez precoce tende a baixar se a Educação sexual for abordada na escola. Quatro (18,2%) pais pensam que não haverá alteração e seis (27,3%) pais mostram-se indecisos.

Os pais manifestaram, também, a sua opinião acerca da Educação Sexual na escola vir a contribuir para a prevenção das DST (doenças sexualmente transmissíveis), como consta no quadro 10.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Porcentagem (%)
Sim	16	72,7
Não	2	9,1
Talvez	4	18,2
Total	22	100,0

Quadro 10 - Opinião dos pais acerca da Educação Sexual na escola vir a contribuir para a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis

Nesta questão dezasseis (72,7%) pais acreditam que haverá diminuição das DST, seguida de 18,2% que mostra indecisão nas respostas, e com duas (9,1%) respostas não acreditam que haverá diminuição das DST com a Educação Sexual nas escolas.

No que respeita à opinião sobre quem é que os pais pensam que deveria abordar o tema da sexualidade, apresentam-se as respostas que se evidenciam no quadro 11.

Tipo de resposta	Sexualidade _abordado_ escola_7	Sexualida de_aborda do_pais_7	Sexualidade_ abordado_o_f familiares_7	Sexualidade _abordado_ medico_7	Sexualidade _abordado_ amigos_7	Sexualidade _abordado_ outros_7
Nº de respostas	6	3	2	8	2	1

Quadro 11 - Opinião dos pais sobre quem deveria abordar o tema da sexualidade

A resposta a esta questão evidencia diferentes intervenientes para abordar a sexualidade, em que oito dos pais responderam que o tema da sexualidade deveria ser abordado pelos médicos, seis afirmam que deve ser a escola a tratar o tema, três responderam que devem ser os pais a falar do assunto, dois têm a opinião que deveriam ser familiares a abordar o tema, dois referem que deveriam ser os amigos e um por outras pessoas.

Relativamente aos temas que deveriam ser abordados no programa de Educação Sexual na escola, a opinião dos pais é apresentada no gráfico 1.

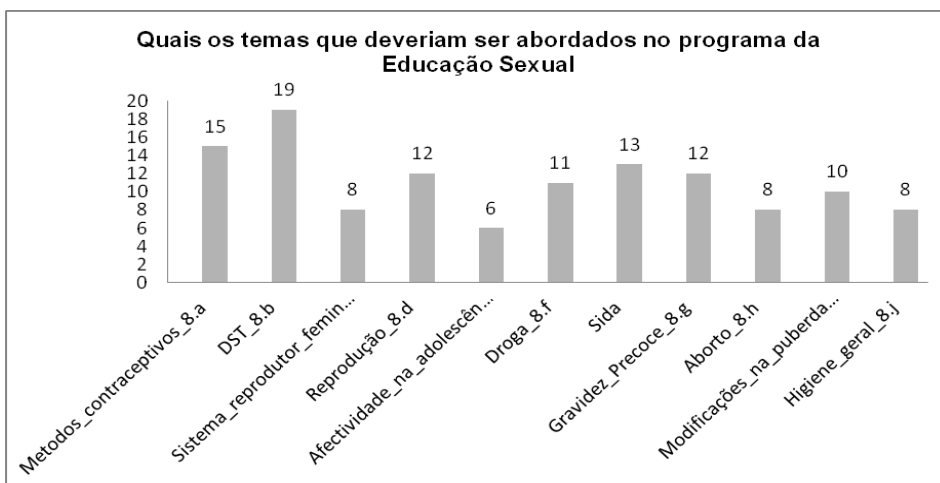


Gráfico 1 - Opinião dos pais quanto aos temas a serem abordados no âmbito da Educação Sexual

No que concerne aos temas/conteúdos que devem ser abordados no âmbito da Educação Sexual, pudemos observar, nas respostas dos inquiridos, dezanove responderam as doenças sexualmente transmissíveis (DTS), quinze os métodos contraceptivos, treze a Sida, doze a reprodução, doze a gravidez precoce, onze a droga, dez modificações na puberdade, oito sistema reprodutor feminino e masculino, oito o aborto, oito a higiene e seis a afectividade na adolescência.

Em relação à abordagem da Educação Sexual em casa, os pais apresentam os dados que constam no quadro 12.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Aborda francamente as questões da sexualidade com os seus filhos	7	45,5
Aborda de uma forma simples e passageira a questão da sexualidade	3	13,6
Aborda apenas esta questão quando questionado pelos seus filhos	10	31,8
Não aborda esta questão	2	9,1
Total	22	100,0

Quadro 12 - Opinião dos pais face à abordagem da Educação Sexual em casa

Dez pais afirmam que abordam este assunto, apenas quando questionados pelos filhos, só sete afirmam que falam da Educação Sexual abertamente, três referiram que abordam esta temática de uma forma simples e dois pais responderam que não falam deste tema.

Assim, podemos verificar que os pais nem todos têm facilidade e se sentem à vontade para abordar este tema com os filhos.

Relativamente ao tema do aborto ser discutido no programa de Educação Sexual, a opinião dos pais é a que está apresentada no quadro 13.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Sim	20	90,9
Não	1	4,5
Talvez	1	4,5
Total	22	100,0

Quadro 13 - Opinião dos pais face ao tema do aborto ser discutido no programa de Educação Sexual

A maioria dos pais 90,9%, concordam que a questão do aborto deve ser abordada no programa de Educação Sexual, somente um pai não concorda e outro responde que talvez deva ser abordada.

Quanto à possibilidade do tema da homossexualidade ser abordado pela Educação Sexual, a opinião dos pais consta no quadro 14.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Sim	13	59,1
Não	5	22,7
Talvez	4	18,2
Total	22	100,0

Quadro 14 - Opinião dos pais quanto à homossexualidade ser abordada no programa de Educação Sexual

Nesta questão, os pais inquiridos treze (59,1%) respondem que a homossexualidade deve ser abordada no programa de Educação Sexual, cinco (22,7%) respondem que não se deve abordar e quatro (18,2%) estão indecisos quanto à questão.

Sobre se as turmas devem ou não ser mistas para a realização do programa de Educação Sexual, os pais manifestaram as opiniões de acordo com as respostas apresentadas no quadro 15.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Sim	19	86,4
Não	2	9,1
Talvez	1	4,5
Total	22	100,0

Quadro 15 - Opinião dos pais quanto às turmas serem mistas para a realização do programa de Educação Sexual

Dos pais inquiridos dezanove (86,4%) prefere que as turmas sejam mistas mesmo num programa de Educação Sexual, embora ainda haja dois (9,1%) pais que não aprova esta situação e um (4,5%) que não tem opinião formada.

Sobre a questão, quem deveria abordar a Educação Sexual, as respostas dos pais são as que constam no quadro 16.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Pelos professores	8	36,4
Por outros técnicos	14	63,6
Total	22	100,0

Quadro 16 - Opinião dos pais sobre quem deveria abordar a Educação Sexual

A maioria dos pais, catorze (63,6%) afirma que o programa de Educação Sexual deveria se abordado por outros técnicos e não pelos professores, oito (36,4%) dos pais é da opinião que devia ser abordada pelos professores.

Por último, relativamente à inclusão da Educação Sexual na escola, apresentam-se as respostas no quadro 17.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Num programa / disciplina específico	18	81,8
Nas aulas regulares com as disciplinas já existentes	4	18,2
Total	22	100,0

Quadro 17 - Opinião dos pais sobre a inclusão da Educação Sexual

Dezoito (81,8%) dos inquiridos respondem que a Educação Sexual nas escolas deveria ser aplicada num programa ou disciplina específica e não nas aulas regulares, quatro (18,2%) respondem que deveria ser incluída nas disciplinas já existentes.

3.2 Questionários dos Professores

Caracterização pessoal – profissional

Relativamente ao género dos professores, apresentam-se os dados no quadro 18.

Sexo		
Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Feminino	12	66,7
Masculino	6	33,3
Total	18	100,0

Quadro 18 - Identificação dos professores quanto ao sexo

A respeito do género dos inquiridos constata-se que seis (66,7%) inquiridos são do sexo masculino e doze (33,3%) do sexo feminino.

Relativamente à idade dos professores, mostra os resultados no quadro 19.

Idade		
Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Entre 26 e 35	1	5,6
Entre 36 e 45	7	38,9
Entre 46 e 55	6	33,3
Maior de 55	4	22,2
Total	18	100,0

Quadro 19 - Identificação dos professores quanto à idade

No que respeita à idade, constata-se que o intervalo varia entre os 26 anos e 55 anos excepto quatro que têm mais de 55 anos.

Quanto às habilitações literárias dos professores, expõem-se os resultados no quadro 20.

Habilitações

Tipo de resposta	Nº de respostas	Porcentagem (%)
Bacharelato	2	11,1
Licenciado	14	77,8
Mestrado	1	5,6
Doutoramento	1	5,6
Total	18	100,0

Quadro 20 - Habilitações literárias dos professores

Pela leitura do quadro 20, verifica-se que dos inquiridos dois têm o bacharelato, um tem o mestrado, catorze (77,8%) são licenciados e um tem o doutoramento.

Relativamente à situação contratual dos professores expõem-se os dados no quadro 21.

Situação contratual

Tipo de resposta	Nº de respostas	Porcentagem (%)
Quadro de escola	12	66,7
Quadro de zona pedagógica	1	5,6
Contratado	5	27,8
Total	18	100,0

Quadro 21 - Situação contratual dos professores

Constata-se, pela leitura do quadro anterior, que dos inquiridos doze pertencem ao quadro de escola, um ao quadro de zona pedagógica e cinco são contratados.

Quanto ao tempo de serviço dos professores, apresentam-se os dados no quadro 22.

Tempo de serviço

Tipo de resposta	Nº de respostas	Porcentagem (%)
Menos de 5 anos	1	5,6
Entre 6 e 10 anos	1	5,6
Entre 11 e 15 anos	3	16,7
Entre 21 e 25 anos	4	22,2
Entre 26 e 30 anos	3	16,7
Mais de 30 anos	6	33,3
Total	18	100,0

Quadro 22 - Tempo de serviço dos professores

Podemos também verificar que da totalidade da amostra, um (5,6%) professor tem menos de cinco anos de serviço, um (5,6%) entre seis e dez anos, três (16,7%) entre onze e quinze anos, quatro (22,2%) entre vinte e um e vinte e cinco anos, três (16,7%) entre vinte e seis e trinta anos e seis (33,3%) docentes possuem mais de trinta anos em termos de tempo de serviço.

No que respeita à área geográfica de residência, apresentam-se os dados no quadro 23.

Área geográfica de residência

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Sendim	5	27,8
Miranda do Douro	7	38,9
Mogadouro	4	22,2
Bragança	2	11,1
Total	18	100,0

Quadro 23 - Área geográfica de residência dos professores

Dos docentes da amostra cinco vivem em Sendim, sete em Miranda do Douro, quatro em Mogadouro e dois em Bragança.

Concepção sobre a Educação Sexual em Meio Escolar

Quanto à questão sobre se “já ouviu falar de Educação Sexual”, os professores responderam de acordo com os dados que se apresentam no quadro 24.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Sim	18	100,0

Quadro 24 - Opinião dos professores em relação ao ter ouvido falar de Educação Sexual

A totalidade dos docentes responderam que já tinham ouvido falar de Educação Sexual.

No que respeita à contribuição da Educação Sexual nas escolas para uma vivência mais informada e responsável da sexualidade juvenil, os professores responderam segundo os dados apresentados no quadro 25.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Porcentagem (%)
Sim	17	94,4
Talvez	1	5,6
Total	18	100,0

Quadro 25 - Opinião dos professores acerca da contribuição da Educação Sexual nas escolas para uma vivência mais informada e responsável da sexualidade juvenil

Face a esta questão, a maioria dos docentes concorda que a Educação Sexual em contexto escolar contribuirá para uma vivência mais informada e responsável da sexualidade juvenil, já que dezassete (94,4%) inquiridos respondem sim. Apenas um inquirido responde à pergunta com talvez.

Relativamente à opinião dos professores face à informação que os agentes educativos têm para agir de forma adequada e coerente face às dúvidas e manifestações das crianças/adolescentes na área da sua evolução sexual, apresentamos os dados no quadro 26.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Porcentagem (%)
Sim	4	22,2
Não	2	11,1
Talvez	12	66,7
Total	18	100,0

Quadro 26 - Opinião dos professores face à informação que os agentes educativos têm para agir de forma adequada e coerente face às dúvidas e manifestações das crianças/adolescentes na área da sua evolução sexual

Dos dezoito docentes da nossa amostra, a maioria (66,7%) responderam que talvez os agentes educativos estejam aptos para agir de forma adequada face às dúvidas dos alunos. Há ainda quatro inquiridos que responderam sim e dois afirmam que não.

No que respeita à opinião dos professores em considerar que a Educação Sexual, nas escolas, tem efeito na taxa etária de iniciação sexual, evidenciam-se os resultados no quadro 27.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Porcentagem (%)
Sim	3	16,7
Não	7	38,9
Talvez	8	44,4
Total	18	100,0

Quadro 27 - Opinião dos professores, se a Educação Sexual nas escolas tem influência na diminuição da taxa etária de iniciação sexual

Dos docentes inquiridos só 16,7% responderam que sim, 38,9% responderam negativamente e 44,4% de forma indecisa, em acreditar que a taxa etária de iniciação sexual diminui com a Educação Sexual nas escolas.

Relativamente à influência da Educação Sexual na escola, na ocorrência de gravidez precoce, a opinião dos professores é a que se regista no quadro 28.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Porcentagem (%)
Sim	11	61,1
Não	4	22,2
Talvez	3	16,7
Total	18	100,0

Quadro 28 - Opinião dos professores quanto à influência da Educação Sexual na escola, face à taxa de gravidez precoce

Na resposta a esta questão, 61,1% dos docentes responderam afirmativamente acreditando que a taxa de gravidez precoce tende a baixar se a Educação sexual for abordada na escola; quatro docentes pensam que não haverá alteração e três docentes responderam talvez.

Os professores manifestaram, também a sua opinião acerca da Educação Sexual na escola contribuir para a prevenção das DST (doenças sexualmente transmissíveis), como consta no quadro 29.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Porcentagem (%)
Sim	16	88,9
Não	1	5,6
Talvez	1	5,6
Total	18	100,0

Quadro 29 - Opinião dos professores acerca da Educação Sexual na escola vir a contribuir para a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis

Nesta questão dezasseis (88,9%) docentes acreditam que haverá diminuição das DST, seguida de um que respondeu talvez e um respondeu não acreditar que haverá diminuição das DST com a Educação Sexual nas escolas.

Relativamente aos intervenientes que deveriam abordar o tema da sexualidade apresentam-se as respostas no quadro 30.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Escola	7	38,9
Pais/familiares	9	50,0
Médico	2	11,1
Total	18	100,0

Quadro 30 - Opinião dos professores sobre quem deveria abordar o tema da sexualidade

Pela leitura do quadro verifica-se que dois dos docentes responderam que o tema da sexualidade deveria ser abordado pelos médicos, sete afirmam que deve ser a escola a tratar o tema e nove responderam que devem ser os pais a falar sobre assunto.

Relativamente aos temas que deveriam ser abordados no programa de Educação Sexual na escola, a opinião dos professores é a apresentada no gráfico 2.

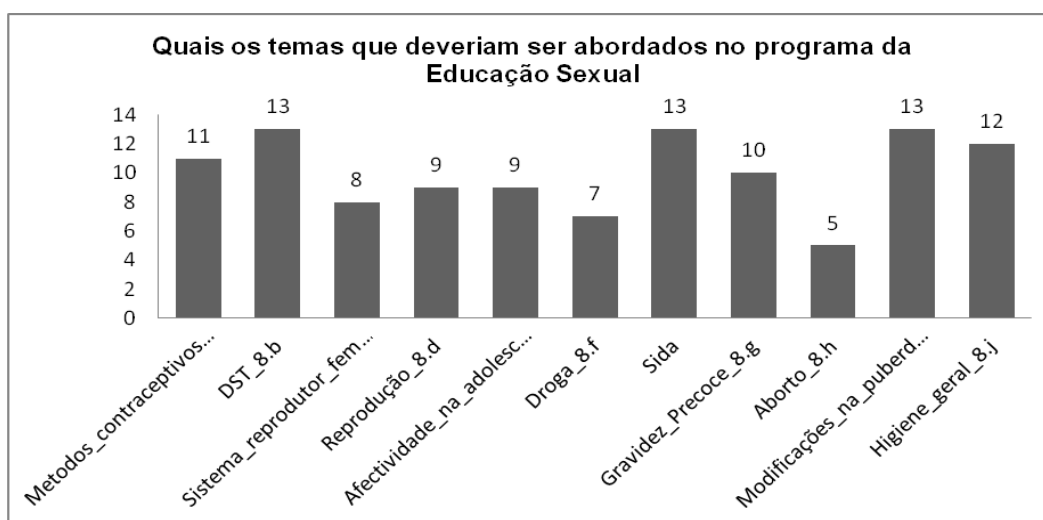


Gráfico 2 - Opinião dos professores quanto aos temas a serem abordados no âmbito da Educação Sexual

No que concerne aos temas/conteúdos que devem ser abordados no âmbito da Educação Sexual, pudemos observar nas respostas dos inquiridos, treze responderam as doenças sexualmente transmissíveis (DST), onze os métodos contraceptivos, treze a Sida, nove a reprodução, dez a gravidez precoce, sete a droga, treze modificações na puberdade, oito sistema reprodutor feminino e masculino, cinco o aborto, doze a higiene e nove a afectividade na adolescência.

Em relação à abordagem da Educação Sexual em casa, os professores apresentam as suas respostas de acordo com os dados expressos no quadro 31.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Aborda francamente as questões da sexualidade com os seus filhos	7	38,9
Aborda de uma forma simples e passageira a questão da sexualidade	5	27,8
Aborda apenas esta questão quando questionado pelos seus filhos	4	22,2
Não aborda esta questão	2	11,1
Total	18	100,0

Quadro 31 - Opinião dos professores face à abordagem da Educação Sexual em casa

Dos inquiridos sete abordam francamente as questões da sexualidade com os filhos, cinco de uma forma passageira, quatro só quando questionados e dois não abordam esse tema.

Relativamente ao tema do aborto ser discutido no programa de Educação Sexual, a opinião dos professores é a que se apresenta no quadro 32.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Porcentagem (%)
Sim	12	66,7
Não	3	16,7
Talvez	3	16,7
Total	18	100,0

Quadro 32 - Opinião dos professores face ao tema do aborto ser discutido no programa de Educação Sexual

Nesta questão doze (66,7%) docentes concordam que o aborto deve ser discutido no programa de Educação Sexual, três (16,7%) não concordam e igual 16,7% mostrou indecisão e respondem talvez.

Quanto à possibilidade do tema da homossexualidade ser abordado pela Educação Sexual, a opinião dos professores consta do quadro 33.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Porcentagem (%)
Sim	14	77,8
Não	4	22,2
Total	18	100,0

Quadro 33 - Opinião dos professores quanto à homossexualidade ser abordada no programa de Educação Sexual

Catorze docentes (77,8%) concordam que a homossexualidade deve ser abordada no programa e quatro (22,2%) responderam que não.

Sobre se as turmas devem ou não ser mistas para a realização do programa de Educação Sexual, os professores manifestaram as opiniões de acordo com os resultados que se apresentam no quadro 34.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Porcentagem (%)
Sim	17	94,4
Não	1	5,6
Total	18	100,0

Quadro 34 - Opinião dos professores quanto às turmas serem mistas para a realização do programa de Educação Sexual

A maioria dos professores inquiridos 94,4%, responderam que as turmas devem ser mistas na abordagem do programa de Educação Sexual e apenas um assinalou que não.

Sobre a questão, quem deveria abordar a Educação Sexual, as respostas dos professores são as que constam do quadro 35.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Pelos professores	7	38,9
Por outros técnicos	11	61,1
Total	18	100,0

Quadro 35 - Opinião dos professores sobre quem deveria abordar a Educação Sexual

Dos inquiridos onze assinalaram que a Educação Sexual deveria ser abordada por outros técnicos e sete responderam pelos professores.

Por último, relativamente à inclusão da Educação Sexual na escola, apresentam-se as respostas no quadro 36.

Tipo de resposta	Nº de respostas	Percentagem (%)
Num programa/disciplina específico	11	61,1
Nas aulas regulares com as disciplinas já existentes	6	33,3
Total	17	94,4
Não respondeu	1	5,6
Total	18	100,0

Quadro 36 - Opinião dos professores sobre a inclusão da Educação Sexual

Nos resultados evidenciados no quadro 36, destaca-se a opção da abordagem da Educação Sexual apenas numa disciplina específica, defendida por onze inquiridos. Seis dos inquiridos responderam que a abordagem da temática deveria ser feita nas disciplinas já existentes e um não respondeu.

3.3 Discussão dos Dados

Os resultados obtidos através dos questionários mostram uma amostra equilibrada em relação ao género. As idades variam dos 26 aos 55 dos pais e professores. O tempo de serviço dos docentes é na maioria superior a 10 anos de serviço. As habilitações literárias dos pais vão desde o 1º ciclo à licenciatura, as dos professores do bacharelato ao doutoramento.

Os professores e pais inquiridos já ouviram falar de Educação Sexual e estão de acordo em afirmar que a Educação Sexual nas escolas irá contribuir para uma vivência mais informada e responsável.

Quanto à questão se os agentes educativos têm informação adequada para responderem às dúvidas dos adolescentes, tivemos respostas variadas nove dos pais pensa que sim e só quatro professores tem a mesma opinião. Podemos então evidenciar que, com a nossa amostra, os docentes encontram-se confusos e indecisos quanto a terem informações necessárias para leccionarem este tema.

Os professores também não concordam ou revelam dúvidas que, com a Educação Sexual na escola, a taxa etária de iniciação sexual tenda a diminuir. Já um maior número de pais tem uma opinião diferente, achando que isso pode acontecer.

Em relação às questões, se com a Educação Sexual na escola a gravidez precoce diminui e, se haverá uma maior contribuição para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, os inquiridos estão de acordo, as respostas dos pais e professores foram muito idênticas.

Quanto à questão quem deveria abordar o tema da sexualidade, os pais consideram que o tema da sexualidade deveria ser abordado pelos médicos e só depois pelos pais. Por outro lado, os professores acham que o tema da sexualidade deveria ser abordado pelos pais e só depois pela escola. É de salientar que nesta questão os pais não seleccionaram a escola para abordar o tema da sexualidade.

Relativamente à forma como se aborda a Educação Sexual em casa, sete dos professores afirma abordar francamente a questão, por outro lado, dez pais, afirmam abordar esta questão apenas quando questionados. Podemos verificar que ainda existe uma certa “timidez” por parte da amostra em abordar esse tema. Através destes resultados

pensamos que, nos dias de hoje, continuam a existir vários tabus relacionados com a Educação Sexual.

Os inquiridos (pais/professores) estão de acordo com a selecção dos temas a serem abordados. São da opinião que a questão do aborto e da homossexualidade, também, deva ser abordada num programa de Educação Sexual.

Relativamente a tratar a Educação Sexual na escola, os inquiridos deste estudo acreditam que este tema deva ser introduzido na escola como um programa ou disciplina independente, mas com uma abordagem feita essencialmente por outros técnicos e não por professores.

Quanto à questão da organização das turmas para serem mistas ou separadas, a maioria dos inquiridos, acha por bem, as turmas serem mistas.

De uma forma geral, verifica-se que, apesar de toda a importância atribuída à temática “Educação Sexual”, os docentes e os pais procuram distanciar-se deste desafio, embora considerem que a Educação Sexual é extremamente importante nos dias de hoje, pois relaciona-se com a pessoa no seu todo.

Em síntese a Educação Sexual, inclui diversos aspectos da sexualidade e das relações que se estabelecem com os outros e conosco, a escola e os pais podem contribuir para o desenvolvimento da personalidade e para um melhor relacionamento com os outros.

4. Conclusão

A legislação mais recente apela à necessidade de abordar a Educação Sexual, numa perspectiva interdisciplinar e nas áreas curriculares não disciplinares, nomeadamente na formação cívica. A mesma, indica as estratégias de implementação da Promoção da Saúde. Estas devem fazer parte do Projecto Educativo da escola.

É no contexto da Escola Promotora de saúde/ educação para a saúde que se insere a Educação Sexual. A escola surge como um local adequado para o desenvolvimento de actividades relacionadas com a Educação Sexual.

Para orientarmos o nosso estudo elaborámos questões orientadoras, às quais tentamos dar resposta com a nossa investigação. Em relação à primeira questão - “ Qual a opinião dos docentes e pais face à implementação da Educação Sexual em contexto

escolar?” -, ficámos a conhecer as concepções dos pais e professores. Verifica-se que os pais têm uma maior expectativa na implementação da Educação Sexual em relação aos professores.

Em relação à segunda questão - “quem são os profissionais mais habilitados para a abordagem da Educação Sexual, em meio escolar” -, os pais e professores pensam que devem ser outros técnicos a abordar este tema, salientando a escola em segundo lugar.

Apesar da legislação já ter apontado a necessidade de se implementar a Educação Sexual nas escolas, Lei nº 3/84, os pais e os professores continuam a considerar como agentes para a sua implementação outros técnicos, o que demonstra que o tratamento deste tema ainda causa algum constrangimento.

Em relação à terceira questão, - “Quais os assuntos, no âmbito da sexualidade, que os docentes/pais desejam ver esclarecidos?” -, são vários os assuntos que pais e professores querem ver esclarecidos com a abordagem da Educação Sexual na escola, como exemplo: o aborto, homossexualidade, métodos contraceptivos, SIDA, doenças sexualmente transmissíveis.

São vários os agentes que podem intervir na implementação da Educação Sexual, família, escola, mass media, serviços de saúde, devendo cada um assumir o seu papel neste processo, complementando-se mutuamente.

Pensamos que com a realização de acções de formação, para a comunidade educativa (professores/pais/auxiliares de educação), todos podem assumir o seu papel, devidamente informados e esclarecidos, porque todos são parceiros importantes na Educação Sexual em Meio Escolar.

Com as parcerias entre todos os intervenientes contribui-se para a vivência, mais informada, mais gratificante, mais autónoma e mais responsável da sexualidade, o que virá contribuir para a formação do cidadão pleno e responsável.

4.1 Limitação Estudo

Uma das limitações do estudo ocorre no que diz respeito à amostra dos pais e professores inquiridos, já que o limite de tempo para a realização desta investigação restringiu a possibilidade de se trabalhar com um número maior de inquiridos.

A percepção da importância desta temática tem vindo aumentar a cooperação entre a escola e a família; No entanto, no levantamento dos dados através do preenchimento do

questionário pelos pais, tivemos dificuldade para a recolha dos mesmos já que eles iam adiando a sua entrega, atrasando o seu tratamento.

4.2 Implicações do Estudo

Após as conclusões formuladas com este estudo, quanto à Educação Sexual na escola, é necessário que cada um dos intervenientes, pais e professores, assumam a Educação Sexual como uma necessidade de formação para os jovens.

À escola compete integrá-la no seu Projecto Educativo. Aos pais compete-lhe intervir e envolver-se cada vez mais nos projectos de Educação Sexual na escola. A parceria pais/professores é imprescindível para o desenvolvimento desta temática.

Para concluir, apresentamos algumas propostas, que consideramos serem prementes para aperfeiçoar o trabalho da Educação Sexual em contexto escolar:

- Promover acções de formação no âmbito da Educação sexual para pais, docentes e pessoal não docente.
- Auscultação e participação dos encarregados de educação na planificação das actividades de Educação Sexual.
- Ter em conta as técnicas utilizadas e as diferentes idades e maturidade dos jovens.
- Promover uma maior articulação entre os estabelecimentos de ensino e serviços de Saúde.

Parte II – Experiências de Ensino - aprendizagem realizadas ao longo da Prática de Ensino Supervisionada

5. Experiências de Ensino - aprendizagem

5.1 A importância da Prática de Ensino Supervisionada

Sendo a prática de ensino supervisionada uma componente de formação integradora, que visa o desenvolvimento pessoal e profissional do futuro docente, concordamos que a formação de professores seja entendida como:

uma prática acompanhada, interactiva, colaborativa e reflexiva que tem como objectivo contribuir para desenvolver no candidato a professor, o quadro de valores, de atitudes, de conhecimento, bem como as capacidades e as competências que lhe permitam com progressivo sucesso as condições únicas de cada acto educativo.
(Sá-Chaves, 1999, p. 150).

Segundo a autora supracitada, a supervisão é “um processo mediador nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento do formando e do supervisor, podendo de acordo com a natureza da interacção criada, ser facilitado ou inibido” (Sá-Chaves, 2007, p. 75).

Assim, a prática de ensino supervisionada proporciona experiências de planificação, ensino e avaliação de acordo com as competências e funções do docente dentro e fora da sala de aula, promovendo “o crescimento e desenvolvimento individual” (Tracy, 2002, p. 33).

Tavares & Alarcão (2003), definem a prática de ensino supervisionada “como um processo em que um professor, em princípio mais experiente e mais informado, orienta um outro professor ou candidato a professor no seu desenvolvimento humano e profissional” (p. 16).

Uma vez que supervisão e a atitude supervisiva nos permitem observar e analisar situações que possam vir a ser alvo de melhoria, ambas:

Pressupõem um atento e abrangente olhar que contemple e atente ao perto e ao longe, ao dito e ao não dito, ao passado e às hipóteses de futuro, aos factos e às suas interpretações possíveis, aos sentidos sociais e culturais, à manifestação do desejo e à possibilidade/impossibilidade da sua concretização, ao ser e à circunstância, à pessoa e ao seu próprio devir. (Sá-Chaves, 2007, p. 119).

No nosso entender, com a prática de ensino supervisionada, promove-se uma atitude crítica e reflexiva em relação ao desempenho do quotidiano profissional.

5.2 Análise contextual da prática de ensino supervisionada

O nosso estágio realizou-se no Agrupamento de Escolas de Sendim, numa turma com vinte e cinco alunos, de sexto ano de escolaridade.

Estagiámos nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, História e Geografia de Portugal e Ciências da Natureza, de acordo com o regulamento da Prática de Ensino Supervisionada, dos Cursos do Mestrado que conferem habilitação profissional para a docência na Educação Pré-Escolar e Ensino Básico, e fomos dispensados da realização da prática pedagógica do primeiro ciclo de acordo com o regulamento supracitado, no seu artigo 3º, ponto 4 que refere o seguinte:

A Comissão Científica do mestrado pode dispensar da realização da Prática de Ensino Supervisionada num nível de educação ou ciclo de ensino e disciplina os alunos que já a tenham realizado em estágio profissionalizante ou que tenham cinco ou mais anos de experiência de ensino nesse nível de educação ou ciclo de ensino e disciplina.

5.2.1 Caracterização do Meio

Sendim é uma vila transmontana localizada numa pequena região fronteiriça do Nordeste Transmontano. A nível administrativo coincide com a sede de freguesia que toma a mesma designação e está integrado no concelho de Miranda do Douro, distrito de Bragança. Seguindo pela estrada nacional n.º 221, que liga as localidades de Mogadouro e Miranda do Douro, sensivelmente a meio do percurso, encontra-se uma placa que saúda o viajante, afirmando com hospitalidade “BIEN BENIDO A LA BILA DE SENDIN”. Esta placa existe desde 1989, data em que os sendineses assistiram à elevação da sua aldeia a vila.

Sendim é uma vila do nordeste transmontano, a que correspondem as terras mais altas – montanhas e planaltos elevados – um clima agreste, com um Inverno muito frio que contrasta com o Verão muito quente. Aí dominam as espécies arbóreas como o carvalho negral, o castanheiro, o freixo e o zimbro. As culturas dominantes são: cereais, vinha e oliveira. Integrada na zona agrária do Planalto Mirandês situa-se na parte sul de Terras de Miranda e em Pleno Parque Natural do Douro Internacional.

Os limites desta pequena área geográfica coincidem com a área geográfica onde era e é falada a Língua Mirandesa, que muito tem contribuído para a definição como unidade sociolinguística particular.

O artesanato continua a produzir peças de rara beleza, as colchas, os tapetes de lã e em linho tecidos no tear, as peças de burel picado, os trajes tradicionais, os trabalhos magníficos em madeira e latão e os sapateiros.

5.2.2 Caracterização da Escola

A Área Pedagógica do Agrupamento de Escolas de Sendim abrange localidades pertencentes ao Concelho de Mogadouro: Travanca e Bemposta e localidades que pertencem ao Concelho de Miranda do Douro: Sendim, Picote, Fonte da Aldeia, Águas Vivas, Palaçoulo, Prado Gatão e Atenor.

A área pedagógica deste agrupamento possui um património cultural de elevado interesse artístico e cultural do que se destaca a sua língua materna. Por unanimidade, em 1999 a Assembleia da República votou a Lei n.º 7/99 a qual reconhece a Língua Mirandesa como língua oficial. O agrupamento de escolas de Sendim, dentro do seu papel educativo, assume plenamente essa herança secular que urge preservar.

O corpo docente deste agrupamento de escolas é constituído por 42 docentes. Quanto ao número de Auxiliares da Acção Educativa, que se distribuem pelo Agrupamento de Escolas, são cerca de 25.

Os alunos que fazem parte da Escola E B 2,3 de Sendim, 2º e 3º ciclo são aproximadamente 129. No que concerne ao 1º Ciclo do Ensino Básico o total de alunos é de 80 e nos Jardins de Infância o total de crianças é de 40.

As crianças reflectem o carácter social dos pais, os quais vivem, de certo modo, desafogadamente, salvo algumas excepções.

Os alunos são bastante vivos e receptivos a situações novas, na escola frequentam as actividades lectivas assim como os Clubes, e o Desporto Escolar.

A vila não tem Biblioteca, nem actividades de ocupação dos tempos livres, por isso as crianças apenas são motivadas e apoiadas pela escola.

5.2.3 Caracterização da Turma

A turma tem vinte e cinco alunos, matriculados; fazem parte desta turma quinze alunos do sexo masculino e dez do sexo feminino. As idades variam entre os onze e os doze anos; catorze rapazes com onze anos, um com doze e dez raparigas com onze anos. Não há na turma alunos fora da escolaridade obrigatória. Desta turma, só quatro alunos não frequentaram o ensino pré-escolar.

Dos 25 alunos 19 dizem ter ajuda em casa na realização dos trabalhos de casa, por parte do pai ou da mãe. Alguns também referem ter ajuda por parte de irmãos mais velhos, tios e primos.

Nas disciplinas de opção, dos vinte e cinco alunos, treze frequentam a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e quinze alunos a disciplina de Língua e Cultura Mirandesa. Os alunos da turma frequentam o 6º Ano pela primeira vez, exceptuando um.

O aproveitamento da turma é considerado Bom, destacando-se um grupo de alunos que assimilam facilmente os conteúdos e esforçam-se por perceber as matérias abordadas. São alunos bastante participativos.

5.3.Experiência de Aprendizagem em Prática de Ensino Supervisionada do 1º Ciclo (Anexo 3)

Escola Superior de Educação de Bragança Escola EB1 de Sendim
Plano de Aula
Unidade Didáctica: Números e Operações
Ano: 1º Data: 16/11/10
Professora Cooperante: Lília Quintas
Professora Estagiária: Ana Luísa Miranda Pombo

Conteúdos:

- **Números Naturais**
 - Noção de número natural.
 - Relações numéricas.
- **Operações com números naturais**
 - Adição

Competência

- Realizar contagens progressivas e regressivas, representando os números envolvidos.
- Desenvolver a contagem.
- Compor e decompor o número seis.
- Identificar e dar exemplos de diferentes representações para o mesmo número.
- Usar o sinal de (+), na representação horizontal do cálculo.
- Representar informação e ideias matemáticas de diversas formas.
- Expressar ideias e processos matemáticos, oralmente e por escrito, usando a notação, simbologia e vocabulário próprios.
- Discutir resultados, processos e ideias matemáticas.

Desenvolvimento da Aula:

A aula foi iniciada com a apresentação de um cartão que contém pintas, correspondentes a uma mesma quantidade (seis). Convidamos as crianças a contarem as pintas e a exemplificarem como o fizeram.

Posteriormente são-lhe mostrados cartões com números de pintas inferiores a seis, pedimos a um aluno que escolha um dos cartões, venha à frente e o mostre aos seus colegas, sucessivamente chamou-se outro aluno para fazer o mesmo, mas apresentando um cartão diferente do anterior.

De seguida, são-lhe mostrados cartões com o mesmo número de pintas, mas disposição diferente, levando os alunos a verbalizarem sobre as semelhanças e diferenças que encontram ao visualizarem os dois cartões (ex: ambos representam o número seis, mas a disposição das pintas é diferente).

A docente pede a um destes elementos que exemplifique como contou as pintas do seu cartão e registe em linguagem matemática a forma como pensou.

Depois de exemplificar, solicita que todos façam o mesmo, com a ajuda do seu colega, registando na folha formas de ver o número seis. Este registo será feito a pares, numa folha A_3 .

Finalmente o trabalho colectivo em turma para partilha, discussão de ideias e observação de formas de representar uma mesma quantidade: cada par traz um cartão, coloca-o no cartaz e diz como pensou aquele número seis, efectuando o registo em linguagem matemática no quadro registando a respectiva decomposição do número 6.

Recursos:

- Cartões pequenos com pintas padronizadas e não padronizadas, representantes do número seis, distribuídos seis por cada grupo.

- Ficha de tamanho A_3 para registo.
- Cartaz para afixar na sala, no qual os alunos colocam o cartão que vêm apresentar, registando a respectiva decomposição do número seis.

Avaliação:

- Observação directa do comportamento e participação dos alunos, através do registo em grelha de observação.

Reflexão

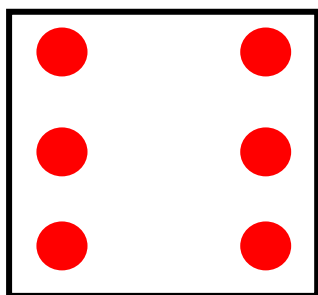
“Através da matemática a criança aprende, jogando, descobrindo, construindo e interagindo com os objectos.” Dárda, (2000, p.139)

No dia da aula, e sem haver qualquer preparação prévia do tema, tentamos justificar a nossa presença na sala, procurando enquadrar a nossa actividade

A actividade desenvolvida teve como objectivo. Levar os alunos a reconhecerem visualmente as quantidades representadas nos cartões de pintas (número seis) e identificarem as diferentes maneiras de decompor essas quantidades. Utilizando diferentes estratégias e material manipulável e partindo do princípio que:

Todos os alunos devem adquirir uma compreensão global do número e das operações a par da capacidade de usar essa compreensão de maneira flexível para fazer julgamentos matemáticos e desenvolver estratégias úteis de manipulação dos números e das operações. Este sentido do número - com diversos autores lhe chamam – não é algo que se aprenda de uma vez por todas numa dada fase do percurso escolar dos alunos mas sim uma competência genérica que se desenvolve ao longo de todo o ensino obrigatório e não obrigatório e mesmo ao longo de toda a vida. (Ministério da Educação, 2001, p. 46).

Assim, no intuito de desenvolver a manipulação dos números e operações, apresentou-se um cartão com pintas padronizadas até “6” e foi pedido aos alunos que identificassem a quantidade do cartão.



- Quantas pintas conseguem ver no cartão?

- Explica como contaste?

Alguns alunos não mostraram dificuldade em identificar a quantidade daquele padrão. Aqui demos uma pequena ajuda e exemplificámos, indicando a possibilidade $2+2+2$, registamos este procedimento no quadro, rodeando os grupos de pintas. De seguida, foi solicitado a alguns alunos para virem ao quadro mostrar como organizaram os seus padrões, no sentido de verificar que tipo de conhecimento os mesmos haviam mobilizado, isto porque:

muitas das experiências das crianças e dos jovens envolvem o conhecimento intuitivo do número e das relações numéricas e é com base nestas experiências que os alunos vão construindo os diferentes significados do número e, deste modo, desenvolvendo o sentido do número. Este processo implica um trabalho prolongado que procure ligar as intuições das crianças e a sua linguagem informal às quatro operações e à linguagem matemática, nomeadamente, aos símbolos usados para cada operação. (Ministério da Educação, 2001, p.46).

As respostas foram muitas e diferentes, os alunos explicaram: “Contei $2+2+2$; Contei $1+1+1+1+1+1$; Contei $4+2$ ”.

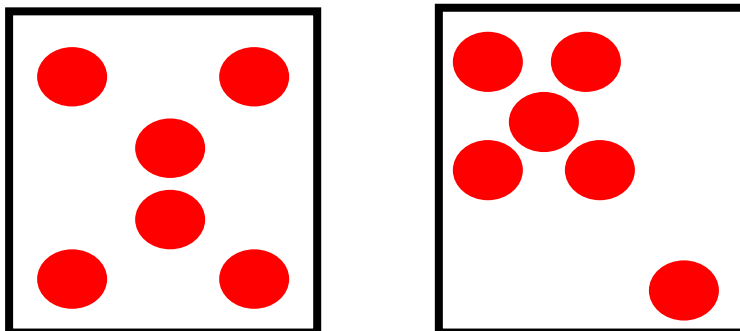
Este último também foi questionado como fez a contagem do “6”? Ele respondeu que olhou e viu que era essa a quantidade. É de referir que este grupo de alunos aparenta ter bastante facilidade em fazer estas contagens.

Julgamos que quanto maior for o número de relações que as crianças construam nas suas mentes para um número em particular (neste caso o seis), mais vasto será o seu conceito de número, ou melhor será o seu sentido de número, entendendo que o:

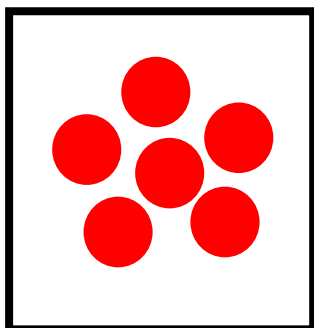
O raciocínio informal e intuitivo deve ser privilegiado nos primeiros anos de escolaridade e sempre que um conceito se alarga, porque ajuda os alunos a atribuírem significado à matemática. Materiais manipuláveis e modelos de representação contribuem para a integração dos processos na rede conceptual, isto é, para uma compreensão consistente. Além disso, facilitam a comunicação, ao permitir que os alunos falem de objectos concretos quando explicam os seus raciocínios. (Ministério da Educação, 2001, p.46).

Outros cartões se seguiram com quantidades menores que o “6” notando-se alguma facilidade em fazer as contagens e adoptando os alunos diferentes estratégias de contagem de cartão, para cartão.

No momento em que mostramos dois cartões com a mesma quantidade de pintas, mas com disposição diferente, houve uma aluna que referiu não serem iguais porque as pintas não estavam na mesma ordem.



Por fim exibimos, novamente o cartão do “6” mas com padrão muito diferente dos anteriores e surgiram muitas dificuldades, pois a disposição das pintas levou a muita confusão.



Um aluno que parece ter facilidade nesta área disse: – “são sete”.

-Então diz como fizeste a contagem!

-“Contei $2+2+2+1$ ”.

Outros se seguiram e não conseguiram identificar a quantidade, pois as respostas foram dadas ao acaso, o que levou a contagens erradas. Ou seja, a disposição das pintas pode dificultar as contagens.

O grupo esteve sempre muito interessado e motivado. Notou-se facilidade nos alunos em decompor os números ou seja são capazes de associar o número à quantidade e de o aplicar, em diferentes contextos.

Nesta fase da aula, notou-se alguma dificuldade em se organizarem. Contudo reagiram muito bem e participaram com entusiasmo nos exercícios que se seguiram.

Seguidamente, distribuímos uma folha A₃ por cada dois alunos, para fazerem os registos gráficos das diversas formas de representar quantidades trabalhadas. Aqui sentimos falha da nossa parte, pois não demos qualquer orientação aos alunos e aqueles que não têm dificuldades acharam fácil, outros alunos demoraram mais tempo na execução da tarefa.

Após uma análise aos trabalhos escritos dos alunos, é de referir que a mesma quantidade foi representada de diversas formas, utilizando estratégias de contagem.

Através dos cartões de pintas, pretendemos, por um lado, que os alunos encontrassem diferentes possibilidades de estruturar e relacionar os números, que construíssem imagens mentais de diferentes quantidades e de uma mesma quantidade. Procuramos também que os alunos realizassem contagens progressivas, neste caso o número seis; que adquirissem mais confiança, segurança e destreza, ou seja, que conseguissem uma aprendizagem mais aprofundada das “decomposições”, valorizando-se o cálculo numérico na representação horizontal.

Pretendemos também que os alunos exprimissem por palavras as suas formas de pensar e representar, de acordo com a visualização das pintas nos cartões.

Notámos também que os alunos ainda não trabalhavam bem em grupo e que faziam as tarefas individualmente, apesar de terem de partilhar a mesma folha.

Esta tarefa proporcionou-nos uma boa experiência de ensino. Aprendemos que este tipo de actividade deve ser aplicado regularmente pois é uma boa forma de desenvolver a destreza na contagem e o gosto de raciocinar, que pode ser concretizado com alunos de qualquer ano de escolaridade, de uma forma lúdica.

5.4 Experiência de Aprendizagem em Prática de Ensino Supervisionada de Matemática (Anexo 4)

Escola Superior de Educação de Bragança		
Agrupamento de Escolas de Sendim		
Plano de Aula		
Área Curricular: Matemática		
Unidade Didáctica: Estatística		
Ano: 6.º	Turma: A	Data: 23/04/2010
Tempo Lectivo: 90 minutos		
Professora Supervisora: Prof. Doutora Maria Arminda Fidalgo Maia		
Professora Cooperante: Dra. Lúcia Pires		
Professora Estagiária: Ana Luísa Miranda Pombo		

Conteúdos:

- Moda
- Média aritmética

Competências:

- Definir moda e média aritmética
- Interpretar a média aritmética num dado contexto
- Aplicar a média e a moda na resolução de problemas
- Participar activamente nas actividades
- Intervir por iniciativa própria ou quando solicitado

Desenvolvimento da Aula:

- A aula tem início com a escrita do sumário.
- Como motivação haverá um pequeno diálogo com os alunos relacionado com as aprendizagens da aula anterior e as que vão trabalhar.
- Distribuição de uma ficha de trabalho com exercícios sobre Estatística.
- Resolução do 1.º exercício e à medida que os alunos vão resolvendo, vai sendo realizada a correcção das questões da ficha de trabalho no quadro. Correcção essa que é feita pelos mesmos.
- Discussão dos resultados obtidos (apresentar o cálculo da média).
- Elaboração de uma pequena síntese sobre o processo de cálculo da média aritmética.
- Esta definição é apresentada num diapositivo (PowerPoint).
- Resolução do exercício 2 da 1.ª parte da ficha de trabalho para consolidação do processo de cálculo da média aritmética.
- Perguntar o significado da média aritmética nas situações propostas.
- Resolução do 1.º exercício da 2.ª parte da ficha.
- Elaborar uma pequena síntese referindo o que é a moda de um conjunto de dados estatísticos.
- Resolução do 2.º exercício e registo da respectiva conclusão.
- Questionar os alunos sobre a possibilidade de um conjunto de dados não ter moda.
- A definição de moda é apresentada através de um PowerPoint.
- Solicitar aos alunos a resolução dos problemas da página 17 do manual como aplicação da média e da moda. As questões que ficarem por resolver na aula serão resolvidas como trabalho de casa.

Recursos:

- Computador
- Data show
- Ficha de trabalho
- PowerPoint
- Manual do aluno
- Caderno diário

Avaliação:

- Observação directa do comportamento e participação dos alunos.
- Respeito pelas normas de trabalho.
- Interesse e empenho.

Reflexão

Este estágio esteve repleto de momentos únicos e irrepetíveis. Como sempre, na primeira aula estávamos um pouco apreensivos; queríamos tornar o conteúdo tão apelativo quanto possível, para os alunos aprenderem e, ao mesmo tempo, gostarem da aula. Mas, como não existem “fórmulas mágicas”, tivemos de criar motivações e actividades adequadas à assimilação dos conteúdos, pois acreditamos que “ a maneira como cada um de nós ensina está directamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercemos o ensino”(Nóvoa, 1992, p. 17).

Assim sendo, propusemo-nos realizar uma interacção dinâmica, desencadeada por uma forte determinação do conhecimento e envolvimento, de modo a proporcionar aos alunos suportes fundamentais para a compreensão dos conteúdos.

Nas relações pedagógicas, comunicação e clima na sala de aula, foi promovida interacção com os alunos. Os alunos foram, com frequência, incentivados a participar tanto no desenvolvimento dos conteúdos como nas actividades de aplicação e consolidação de conhecimentos. As suas intervenções eram valorizadas e várias vezes aproveitadas para gerar discussão o que conferia dinâmica às aulas tornando-as agradáveis e motivadoras para os alunos.

A turma tinha alunos com diferentes ritmos de aprendizagem e tivemos sempre a preocupação de conseguir que todos fizessem aprendizagens e adquirissem alguns conhecimentos. Assim os alunos que revelavam mais dificuldades eram solicitados directamente a intervir, uma vez que espontaneamente não o faziam. O ambiente de aula pautou-se pelo respeito mútuo, pelo cumprimento das regras da sala de aula sendo contudo necessária a atenção do professor no sentido de desencorajar as intervenções inoportunas de alguns alunos.

Quanto às planificações, visando um maior rendimento dos alunos, elaborámos estratégias adequadas, explicitando os conteúdos e procedimentos metodológicos, com

base nas várias pesquisas que empreendemos em bibliotecas, na Internet e, como é evidente, consultando o currículo e o programa de matemática

Assim sendo e não nos poupando a esforços, elaborámos planificações pautadas pelo dinamismo, que favorecessem o envolvimento dos alunos no trabalho escolar e optámos pela:

flexibilidade na selecção e na organização dos conteúdos curriculares, flexibilidade na relação educativa, fomento da organização horizontal no grupo/classe, preocupação pela construção de estratégias activas de ensino e pela necessidade de respeitar os ritmos de aprendizagem e cada aluno na sua individualidade. (Barbeiro & Vieira, 1996, p. 149).

No que se refere à professora supervisora e à professora cooperante, empenharam-se na prestação de apoio, disponibilizando o seu tempo sempre que necessário. Foi realizado um trabalho colaborativo, dentro e fora da sala de aula, sempre com o intuito de beneficiar os alunos e tornar mais rentável o trabalho de ambas. Construámos uma relação harmoniosa, de colaboração, sempre assente no respeito mútuo.

Considerámos importante qualquer conselho ou opinião que elas sugeriram e valorizámos os nossos diálogos. Tanto mais que “ o diálogo com os professores é fundamental para consolidar saberes emergentes da prática profissional. Mas a criação de redes colectivas de trabalho constitui, também, um factor decisivo de socialização profissional e de afirmação de valores próprios da profissão docente” (Nóvoa, 1992, p. 26).

No desenvolvimento das aulas, demonstrámos segurança sobretudo na criação de um ambiente pedagógico favorável à realização das aprendizagens. No domínio dos conteúdos, sempre que nos surgia alguma dificuldade e necessitávamos de alguma ajuda, normalmente a propósito das intervenções dos alunos, a professora cooperante dava o seu apoio.

Em todas as aulas foram trabalhadas as competências transversais do currículo, raciocínio matemático, cálculo mental, resolução de problemas e comunicação com particular destaque para esta última dado que, com frequência, os alunos eram solicitados a explicitar oralmente os seus raciocínios, procedimentos e estratégias usadas.

Diversificámos o modo de organização do trabalho na sala de aula. Os alunos trabalharam individualmente, a pares, em grupos e em plenário essencialmente nas discussões e elaboração de sínteses.

Mas, sobretudo, foram aulas que nos enriqueceram, quer do ponto de vista pessoal quer profissional. Por isso, estamos convencidos de que:

o processo educativo se desenvolve em vários espaços e tempos, relações e experimentações de que a escola é apenas um, a família outro, o jogo outro, as viagens outro, as visitas outro, a rua outro. É aqui que aprendemos a representar o mundo de determinada forma, com base nas nossas vivências, no nosso percurso biográfico. Há espaços e tempos uma aprendizagem de saberes e de valores: uma aprendizagem cognitiva e uma formação pessoal e social. (Barbeiro & Vieira, 1996, p. 69).

Com o propósito de apresentar motivações eficazes, esforçámo-nos por adaptá-las ao nível de aprendizagem dos alunos, à faixa etária, aos seus interesses, às suas necessidades e preocupações, ajustando-as aos conteúdos e dimensionando-as de forma, a que tivessem continuidade constante para manter os alunos motivados ao longo da aula.

Conjugámos sempre as motivações com a experiência escolar e vivencial das crianças apresentando-as com naturalidade e delas partindo para a explanação dos conteúdos. Em suma, as actividades motivadoras são muito importantes para o êxito do ensino/aprendizagem.

Para além de uma boa motivação, também consideramos de extrema importância tudo o que se relaciona com os recursos e materiais usados. Foi bastante utilizado o manual escolar como suporte ao trabalho do aluno, na sala de aula e em casa, uma vez que tem actividades diversificadas evitando assim o recurso constante às fotocópias, pensando também na gestão de recursos financeiros da escola.

O computador e o Data show foram auxiliares preciosos no desenvolvimento das aulas essencialmente para captar a atenção dos alunos e na orientação do trabalho a realizar. Fichas de trabalho, caderno diário, máquina de calcular e materiais manipuláveis foram utilizados sempre que considerámos pertinente ou necessário.

Durante as aulas também demos especial atenção à nossa postura. Tentámos transmitir calma, confiança e à vontade.

Ao longo das práticas tivemos oportunidade de avaliar os alunos. Para tal, utilizámos grelhas de comportamento, de assiduidade, de postura, de motivação e de participação, baseando-nos nas fichas de trabalho elaboradas.

Conteúdos da aula: Moda / Média

Ao organizar esta aula, pretendemos que os alunos, seres activos, questionadores e dotados de uma fértil imaginação, se sintam cada vez mais motivados para a aprendizagem da matemática.

Iniciámos a aula fazendo a interligação com a aula anterior, assim fizemos um apanhado com os alunos do que havia sido falado na aula anterior.

Dando seguimento ao manual do aluno, dialogámos com os alunos, informando-os que iríamos iniciar um novo capítulo, que se chamava Estatística, nesta aula falaríamos de moda e média aritmética.

De seguida questionámos os alunos “ O que é a Moda?” – obtendo a resposta “moda é aquilo que se usa mais”, para que os alunos conseguissem compreender e identificar os conceitos. A docente começou por os envolver com situações do dia-a-dia, outros alunos deram o exemplo, “o roxo está na moda, por isso as pessoas usam mais essa cor, conclusão de alguns alunos então o roxo é a moda”, estas foram apenas alguns exemplos de respostas dos alunos.

De seguida, projectou-se a ficha de trabalho no quadro branco, mostrando a primeira parte da ficha, onde se pedia para os alunos resolverem o primeiro exercício, tentando chegar à definição de moda, após a resolução do exercício os alunos conseguiram dar a definição de moda, como o dado que se repetia mais vezes. Posteriormente, projectámos um diapositivo com a definição de moda, registando-a os alunos no caderno.

Interrogámos os alunos, para que fossem sempre eles a chegar às definições. As dúvidas foram esclarecidas, dando sempre tempo a que os alunos as ultrapassassem.

Solicitamos frequentemente a participação dos alunos para que respondessem às questões colocadas durante a aula, incentivando-os a raciocinar, a trabalhar e a progredir nas suas aprendizagens.

Tentámos criar um espaço, em que a matemática acontecesse tendo em conta o espírito de descoberta, em que os alunos praticassem tarefas em que fizessem um esforço de interpretação, formulação de estratégias, apresentando e argumentando estratégias.

Na resolução da segunda parte da ficha, iniciou-se com a interrogação “ O que entendem por média aritmética?” “Em que circunstância se aplica a média aritmética na turma?”

Os alunos deram algumas respostas, como por exemplo:

“ Utilizamos a média quando fazemos uma viagem, comparando o tempo que demoramos, com o de outra pessoa”

-“ Nas notas é que se aplica a média”.

Como anteriormente, tinham aprendido o que era a moda, e que esta pode ser indicada em dados qualitativos e em dados quantitativos, ao chegar à definição de média salientou-se que a média só pode ser calculada se os dados forem quantitativos.

Resolveu-se a segunda parte da ficha, na qual os alunos, através de algumas tentativas, chegaram à definição de média aritmética e posteriormente visualizaram a definição correcta no diapositivo, a qual registaram no caderno.

Continuou-se a resolver exercícios da 2ª parte da ficha de trabalho, para consolidação do processo de cálculo da média aritmética. Ao aplicar este método de ensino na sala de aula, verificámos uma grande motivação nos alunos e um enorme entusiasmo na execução das tarefas, o que se torna muito gratificante na medida em que é uma forma de aliciar os alunos para o “prazer” pela matemática.

Só assim a matemática se tornará aliciante e poderão as crianças continuar activas, questionadoras e imaginativas como é da sua natureza. Caberá por isso ao professor organizar os meios e criar o ambiente propício à concretização do programa, de modo a que a aprendizagem seja, na sala de aula, o reflexo do dinamismo dos alunos e do desafio que a própria matemática constitui para eles.

Para compreender esta informação é necessário que, desde cedo, os nossos alunos comecem a lidar com esses termos e representações e a desenvolver gradualmente a capacidade, não só de interpretar, como de seleccionar e criticar a informação que recebem. É por isso que considerámos que a discussão em grande grupo foi favorável e eficaz.

Os alunos foram buscar exemplos ao nosso dia-a-dia, já que lidamos com vários tipos e fontes de informação, em grande parte veiculada através dos meios de comunicação social. Muita dessa informação é apresentada na forma de gráficos, tabelas.

Foi objectivo desta aula demonstrar como pode ser aplicada uma metodologia de ensino que implica o aluno na construção do conhecimento, donde resulta uma permanente interacção professor - aluno e aluno - aluno.

Pensamos que os alunos atingiram os objectivos. A aula teve um bom rendimento e todos acompanharam com sucesso e gosto todas as questões. Os alunos com mais dificuldade na aquisição de conhecimentos foram apoiados individualmente na resolução dos exercícios.

Efectivamente, é com a prática e a reflexão sobre as aulas dadas que o professor vai criando as suas próprias teorias e desenvolvendo a capacidade de as adaptar adequadamente a diferentes contextos educativos. Os momentos de dificuldade demonstrados pelos alunos foram também objecto de reflexão, comentando e reflectindo sobre os efeitos de uma melhor actuação na aprendizagem dos alunos.

Sendo a matemática tão importante, cabe ao professor conseguir que os alunos, desde cedo, aprendam a gostar de matemática. Por isso, ao longo do ensino básico, devemos dar a oportunidade aos alunos de realizar experiências que envolvam a organização e tratamento de dados.

A escolha desta aula foi feita tendo em atenção o tema do nosso trabalho de investigação - “Educação Sexual em Contexto Escolar”, para que os alunos sintam que a matemática é o suporte de outras ciências e que qualquer estudo podia ficar inacabado sem o apoio desta disciplina, inclusivamente no âmbito da Educação para a Saúde concretamente na Educação Sexual. Com base num questionário, onde sejam colocadas questões, como por exemplo relacionados com o conhecimento sobre as transformações do corpo na adolescência, conhecimentos de casos de gravidez na adolescência, pode ser trabalhada a moda e a média aritmética.

Nesta aula, foram abordados os conteúdos programáticos da Média e da Moda, que poderão ser utilizados para o tratamento de dados relacionadas com a educação sexual, nas aulas de área de projecto e de formação cívica.

Por vezes pensa-se que a aula de matemática não é particularmente propensa ao tratamento desta temática, mas o importante é a visão ampla e de conjunto que a escola deve dar ao aluno, e para isso todas as disciplinas devem concorrer. Importa acentuar o aspecto lúdico desta aula, isto porque por vezes as aprendizagens significativas, principalmente no tema da educação sexual, são alcançadas desta forma.

5.5 Experiência de Aprendizagem em Prática de Ensino Supervisionada de Língua Portuguesa (Anexo 5)

Escola Superior de Educação de Bragança Agrupamento de Escolas de Sendim
Plano de aula
Área Curricular: Língua Portuguesa
Unidade Didáctica: A Carta
Ano: 6º Turma: A Data: 26/ 04/2010
Tempo Lectivo: 90 minutos -----
Professora Supervisora: Prof. Dra. Lurdes Cameirão
Professora Cooperante: Dra. Rosário Preto
Professora Estagiária: Ana Luísa Miranda Pombo

Conteúdos:

- Escrita para apropriação de técnicas e modelos - “ Carta”

Competências:

- Compreender o conceito de “carta”.
- Identificar os diferentes componentes formais de uma carta.
- Utilizar a escrita, multifuncionalmente e de forma correcta, em função do objectivo e das situações de comunicação.
- Experimentar situações que desenvolvam o gosto pela escrita.
- Seleccionar e reter a informação necessária a um determinado objectivo.
- Expressar sentimentos e afectos.

Desenvolvimento da aula:

- Inicia-se a aula com a escrita do sumário. De seguida projecta-se um texto - a canção “Postal dos Correios”, explorando-o até que os alunos chegam ao conceito de carta, quem a escreveu, para quem foi mandada, destacando as palavras usadas para deixar a “carta” mais bonita, conceitos que são explicados através de diapositivos.

Dialogamos com os alunos sobre o que é uma carta.

- Os alunos são questionados sobre o vocabulário a utilizar na redacção de uma carta vão sendo dados exemplos através de diapositivos, analisando os elementos que compõem a estrutura de uma carta, pedimos aos alunos para copiarem, estes dados para o caderno.

- Preenchimento do envelope, onde é pedido aos alunos para colocarem o remetente e o destinatário.

- Posteriormente, foi apresentado um diapositivo com a linguagem a usar numa carta assim como o significado de remetente, destinatário, saudação inicial e despedida, e exemplo de termos a utilizar.

- Solicita-se aos alunos para redigirem uma carta, a alguém de quem gostem.

- Leitura da carta; recolha da mesma para correcção.

Recursos:

- Computador.

- Data show.

- Ficha de trabalho.

- PowerPoint.

Avaliação:

- Observação directa do comportamento e participação dos alunos.

- Aplicação correcta dos conteúdos abordados na resolução da actividade proposta.

- Respeito pelas instruções relativas à estrutura da carta.

- Correcção da construção frásica e ortográfica da carta.

Reflexão

Para a realização das planificações orientamo-nos, essencialmente, pelo Currículo Nacional e pelo programa de língua portuguesa. Fizemos também algumas pesquisas em manuais que nos permitiram elucidar melhor aquilo que pretendemos transmitir. Assim:

planificar é o processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos. O acto de planificar é sempre um processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a acção; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações. (Padilha, 2001, p.30).

No que concerne às aulas que leccionámos, tivemos o cuidado de reflectir cuidadosamente sobre os conteúdos metodológicos. Para tal, fizemos várias pesquisas em bibliotecas e também na Internet. Respeitamos sempre as sugestões apresentadas quer pela professora cooperante quer pela professora supervisora.

Para a preparação das aulas tivemos o cuidado de atender aos aspectos que consideramos importantes, tais como, organização do espaço e do tempo, pois é fundamental que o docente procure criar um ambiente estimulante, aberto e participativo.

Outro assunto que consideramos de extrema relevância é o momento da motivação, pois, fazendo parte integrante das nossas aulas, tentamos dar-lhe o devido destaque. Sendo assim, ao planificarmos as aulas, a motivação foi um item ao qual devemos dar especial atenção, porque “o professor deve motivar os alunos para a aprendizagem, chamando-os à atenção para a importância dos conteúdos que irão ser leccionados ou apresentando um organizador prévio que forneça um quadro de referência para as matérias que se vão aprender” (Marques, 1998, p. 61).

Com certeza que uma aula corre bem quando se consegue captar toda a atenção dos alunos, motivando-os para a aprendizagem de novos conteúdos. Para que tal aconteça, não basta apenas propor tarefas interessantes e expor a matéria com vivacidade e entusiasmo, mas é também necessário recorrer ao uso dos meios audiovisuais. Esforçamo-nos por preparar e leccionar aulas dinâmicas sem, contudo, esquecer os pontos fulcrais como:

planificação, tempo, espaço, motivação, material didáctico, postura, colocação da voz, Tendo em conta que:

a educação deve ser reconhecida como um produto complexo de interacções, muitas das quais só podem ocorrer quando o ambiente é um elemento participante (...) valorizamos o espaço pelo seu poder para organizar e promover relações agradáveis entre as pessoas de diferentes idades, criar um ambiente atractivo, providenciar mudanças, promover escolhas e actividades e pelo seu potencial para desenvolver todo o tipo de aprendizagens, cognitiva, social e afectiva.

(Malaguzzi citado por Lino, 2007, p. 104)

Em suma podemos afirmar que as aulas correram, na grande maioria, de maneira positiva.

Esta aula iniciou-se com a visualização da letra da canção “ Postal dos Correios” do álbum “ Rio Grande”. Os alunos, escolhidos de forma aleatória, leram em voz alta. Alguns conheciam a canção e leram-na com o ritmo da música.

Questionados sobre: “ O que vos faz lembrar o texto?”

Foram dadas várias respostas:

“- O filho a falar com os pais”

“- O filho está a contar a vida dele aos pais”

“- O filho escreveu um postal dos correios aos pais”

“- O filho escreveu uma carta aos pais”.

No decorrer da exploração colocámos mais algumas questões que permitiram uma grande interacção professor/aluno, tendo em atenção o desenvolvimento da oralidade e a compreensão da mensagem.

Explorámos conhecimentos prévios que o aluno já tinha sobre este assunto, porque a carta e o postal faz parte do programa do primeiro ciclo.

Colocámos outra questão:

“ Então para além de um postal, também podemos escrever o quê?

Os alunos responderam: “ também podemos escrever uma carta”.

Os alunos quando ouviram falar em carta, começaram logo a dizer “ eu já recebi uma carta”, uns diziam dos primos, outro da mãe e alguns de amigos, posteriormente, dialogámos com os alunos se já tinham recebido alguma e, o que se escreve numa carta

Seguidamente, discutimos sobre formas antigas de enviar mensagens, os alunos referenciaram os fumos (que tinham visto nos filmes dos índios), comparando com as de hoje, que para além do postal e da carta, há outros meios de comunicação utilizados por eles como e-mail, telefone fixo, telemóvel, mensagens pelo telefone, redes sociais, blogues.

A partir daqui, explorámos o conteúdo de carta, como nos devemos dirigir dependendo do grau de confiança e de conhecimento, visualizámos outro diapositivo com estas informações, realçando que o que determina a abordagem, a linguagem e os aspectos formais de uma carta é o fim a que ela se destina: um amigo, um negócio, um namorado(a), um familiar.

Orientamos os alunos no sentido de perceber que a carta tem um formato próprio, pode seguir uma orientação temática e pode ser um instrumento muito útil em situações diversas. Relembrámos as inúmeras formas de se escrever uma carta e que tudo dependerá da situação e também para quem se está a escrever. Assim, transmitimos a informação que uma carta é dividida em três partes fundamentais:

- **Cabeçalho** - o início das cartas deve conter a identificação do destinatário e pode conter também o local e data de envio
- **Corpo da carta** - esta é a parte mais importante onde se escreve o conteúdo principal dependendo do tema. As frases devem ser claras e concisas para serem de fácil interpretação e compreensão;
- **Conclusão** - o final da carta deve incluir uma curta despedida. Finalmente assina-se a carta no canto inferior direito.

De seguida, foi entregue a cada aluno um envelope para endereçarem a alguém. Após acabarem a tarefa verificámos que alguns alunos confundiam remetente com destinatário e tentando retirar as dúvidas foi visualizado um diapositivo onde se explicava aos alunos quem é o remetente e quem é o destinatário o que resultou em pleno.

Foi pedido aos alunos que escrevessem uma carta a alguém de quem gostassem, seguindo as orientações apresentadas e todos eles planearam escrever ou à (ao) namorada(o) ou a alguém de quem gostavam utilizando um nome fictício, esta escolha da pessoa a quem escrever levantou um “burburinho” e muitos “risinhos”, que resolvemos sem qualquer constrangimento.

Solicitámos aos alunos a leitura das mesmas. Podemos afirmar que se ouviram cartas muito curiosas. Percebemos que de uma maneira geral os alunos entenderam e assimilaram o que pretendíamos transmitir.

Esta actividade foi bem recebida pelos alunos, que manifestaram os seus sentimentos e angústias sem vergonha, de forma natural, porque a aula era uma simulação da expressão de sentimentos subjectivos.

Articulando esta aula com o nosso tema de investigação - “Educação Sexual em Contexto Escolar”-, pretendemos tornar esta aula um espaço de reflexão e partilha de sentimentos para que todos se expressassem sem restrições, nem vergonha.

Sendo a sexualidade um aspecto inerente ao ser humano e pelo facto de estar sempre presente nos indivíduos, a aula é também um espaço privilegiado para aprofundar a reflexão sobre as questões com ela relacionada, para que os alunos, desde tenra idade (neste caso do 2º Ciclo), tenham a possibilidade de complementar os seus conhecimentos, de retirar as suas dúvidas e temores sobre o tema.

Neste caso, este tema foi desenvolvido através da escrita de uma carta a um amigo, tendo em conta que os alunos comunicam entre si os assuntos da sexualidade sem reservas, contribuindo para uma melhoria dos relacionamentos afectivo-sexuais entre os jovens, contrariamente à mesma comunicação com adultos.

A Educação sexual em meio escolar pretende ser um espaço para a reflexão. Segundo Suplicy (1998), a Educação Sexual:

[...] é uma proposta limitada, que visa preencher lacunas das informações que não foram obtidas em casa, erradicar preconceitos e possibilitar espaços para a discussão de emoções e de valores. [...] A orientação sexual, além de assegurar o conhecimento das informações biológicas, deve possibilitar, sobretudo, a conversa sobre sexo num sentido mais amplo, abrangendo as emoções e o amadurecimento que sua vivência traz. (p. 41 e 42).

A sexualidade vai-se construindo com a ajuda da escola, por isso professores e educadores têm um papel muito importante na interiorização, pela criança, de um conceito de sexualidade que englobe todas as dimensões de sexualidade: a biológica, a psicológica, emocional, afectiva e social, no intuito de um desenvolvimento da personalidade em todas as suas vertentes, desde a social até à emocional. Com a elaboração de uma carta a um

amigo, contribuímos para o aprofundamento do tratamento dos afectos, até pelo tom confessional de que é revestida a mesma.

Com este tipo de aula pretendemos contribuir para o desenvolvimento harmonioso do aluno em todas as suas componentes, valorizando o aspecto humano das questões a tratar. Claro que as mesmas foram por nós pedagogicamente abordadas de uma forma adequada, possibilitando ao aluno a assimilação de conhecimentos relativos ao tema, sem constrangimentos, para que realizem aprendizagens significativas.

Pensámos, com esta aula, ter contribuído para a formação pessoal e social dos alunos, uma vez que os levámos a reconhecer uma informação adequada, fundamental para a estruturação de atitudes e comportamentos, tanto no aspecto social como no aspecto sexual.

Contribuiu-se, com esta aula para o desenvolvimento de competências para expressar sentimentos e opiniões, para tomar decisões e aceitar as decisões dos outros, para reflectir e para comunicar acerca do tema da sexualidade.

Pensamos ter atingido os objectivos a que nos propusemos. Presumimos que as estratégias apresentadas foram adequadas, significativas e apelativas, pois os alunos mantiveram-se entusiasmados ao longo de toda a aula. Quanto à escrita da carta, ficamos bastante satisfeitos com a criatividade e entusiasmo que os alunos demonstraram, embora, pontualmente, alguns alunos tenham solicitado ajuda.

5.6 Experiência de Aprendizagem em Prática de Ensino Supervisionada de História e Geografia de Portugal (Anexo 6)

PLANO DE AULA



Professora Cooperante: Dr. Henrique Barreira Professora Supervisora da ESEB: Professora Dr. ^a Maria do Nascimento Mateus/ Dr. ^a Paula Martins	Estagiária: Ana Luísa Miranda Pombo
Disciplina: História e Geografia de Portugal Data: 18/05/10	Ano: 6º Turma: A
Tema: O Século XX – Ditadura Militar	Subtema: O golpe militar de 28 de Maio. Salazar e o Estado Novo.

Questões Orientadoras

- 1- Que motivos conduziram ao golpe militar de 28 de Maio de 1926?
- 2- Que consequência teve o golpe militar de 28 de Maio?
- 3- Qual a acção de Salazar enquanto Ministro das Finanças?
- 4- Quais as principais características da Constituição de 1933?

Conteúdos	Competências Específicas	Estratégias/Experiências de Aprendizagem	Recursos	Tempo
- A queda da 1ª República.	1-Tratamento da informação/utilização das fontes 1.1. Identificar e aplicar conceitos ou palavras-chave como: Ditadura, Censura, Liberdade de expressão, Constituição.	- Diálogo com os alunos sobre os principais factores que levaram à queda da 1ª República. - Leitura e análise de um texto “ A Revolta Militar”, referente à revolta militar e às consequências daí advindas, retirado do livro H.G.P. texto editores (pág. 25). - Apresentação de uma síntese da queda da 1ª República.	- Computador - Data Show - PowerPoint	90 Minutos

<p>- A ditadura militar.</p> <p>- Como Salazar se tornou chefe do governo.</p> <p>- A Constituição de 1933.</p>	<p>1.2. Interpretar informação histórica diversa: texto, imagens, friso cronológico, mapa, constituição/documento.</p> <p>2-Compreensão histórica e geográfica</p> <p>2.1-Temporalidade</p> <p>2.1.1- Registrar no friso cronológico, o golpe militar.</p> <p>2.1.2- Identificar no friso cronológico o período do início ditadura militar.</p> <p>2.1.3- Indicar no friso cronológico a data da aprovação da nova constituição.</p> <p>2.2-Espacialidade</p> <p>2.2.1- Localizar no mapa de Portugal a cidade onde ocorreu o Golpe militar de 28 de Maio.</p> <p>2.3-Contextualização</p> <p>2.3.1 – Compreender os motivos que</p>	<p>Início da Ditadura Militar.</p> <p>- Assinalar no friso cronológico o golpe militar e o período correspondente à Ditadura.</p> <p>- Localização, no mapa de Portugal, da cidade onde ocorreu o golpe militar de 1926.</p> <p>- Visualização e exploração de um excerto de um documentário “Salazar” referente à acção como Ministro das Finanças e Chefe de Governo.</p> <p>- Localização no friso da data da promulgação da Constituição de 1933.</p> <p>- Visualização e análise de um quadro referente aos órgãos de soberania.</p> <p>- Leitura e exploração de alguns artigos da nova Constituição.</p> <p>- Diálogo orientado sobre as semelhanças e diferenças da nova Constituição e a Constituição Republicana de 1911.</p>	<p>- Caderno diário.</p> <p>-Friso cronológico</p> <p>- Mapa de Portugal</p>	
---	---	---	--	--

	<p>conduziram ao golpe militar de 28 de Maio.</p> <p>2.3.2- Perceber as consequências resultantes do golpe militar.</p> <p>2.3.3- Identificar as principais características da Constituição.</p> <p>2.3.4- Comparar a Constituição de 1911 com a de 1933.</p>	<p>- Realização individual da Ficha de trabalho para consolidação dos conteúdos.</p> <p>- Correção da ficha de trabalho.</p>		
Avaliação				
<p>Observação directa: grelha de avaliação (Assiduidade e Pontualidade, Participação e empenho nas actividades, Atitudes e Valores)</p>				
Sumário				
<p>O golpe militar de 28 de Maio.</p> <p>Caracterização do Estado Novo.</p>				
Bibliografia				
<p>-Oliveira Ana, Cantanhede Francisco. (2005). <i>História e Geografia de Portugal</i>. 6º ano: Texto Editores,lda</p> <p>- Http://www.youtube.com/watch? V=jcVrPKmgET8</p>				

Reflexão

Em harmonia com alguns autores, pensamos que a reflexão na vida de um docente é de suma importância:

o professor, para além de mediador entre a cultura e as crianças e os jovens, é também um profissional que toma decisões sobre como ensinar, que meios é preciso mobilizar e como avaliar. Como um profissional que toma decisões, o professor precisa de reflectir sobre a sua prática. É, por isso, que alguns autores afirmam, com razão, que o professor é um prático reflexivo. (Marques, 2001, p. 11).

Na nossa opinião, as aulas foram dinâmicas, culminando numa motivação que levou a um clima agradável. Foram aulas produtivas, que nos permitiram conhecer melhor os alunos. Aplicámos métodos/estratégias diferenciadas de acordo com as necessidades da turma. No início, aquando da elaboração das primeiras planificações, reconhecemos que estávamos um pouco receosos. Porém, com a devida orientação por parte das professoras (supervisora e cooperante), fomos corrigindo alguns aspectos menos positivos, fomos sentindo que cada vez mais nos familiarizávamos com a planificação, que é parte indispensável das nossas aulas realizando, assim, planificações mais eficazes, pois:

A planificação do professor é a principal determinante daquilo que é ensinado nas escolas. O currículo, tal como é publicado, é transformado e adaptado pelo processo de planificação através de acrescentos, supressões e interpretações e pelas decisões do professor sobre o ritmo, a sequência e a ênfase. (Arends, 1995, p. 44).

A opinião deste autor elucida bem o que pensamos da realização e elaboração de planificações. Como tal, consultamos o programa e orientações curriculares da disciplina, para verificar os temas, as competências específicas e ajustar os conteúdos.

Em termos de prática de aula pensamos que não se escolhem práticas como quem escolhe um prato na ementa de um restaurante. Aquilo que cada um de nós faz “ resulta do que somos, do que sabemos fazer, do que queremos fazer, do que somos capazes de fazer e do que podemos fazer” (Benavente, 1993, p. 20).

No intuito de aprender a ensinar concordámos que:

Primeiro, aprender a ensinar é um processo de desenvolvimento que se desenrola ao longo de toda a vida, não se limitando ao período

compreendido entre a primeira aula de métodos e a aquisição do direito legal para ensinar. Ninguém nasce ensinado! Os professores tornam-se progressivamente mais competentes mediante a atenção prestada ao seu próprio processo de aprendizagem e ao desenvolvimento das suas características e competências específicas. (Arends, 1995, p. 19).

Pensamos que a motivação no início de cada aula é muito relevante e devemos procurar motivações ajustadas aos conteúdos da aula para cativar o interesse dos alunos, “pois o nível de interesse que os alunos têm por uma tarefa de aprendizagem em particular está certamente associado com a sua motivação para o sucesso”. (Arends, 1995, p. 126).

Obviamente que uma aula corre bem quando se consegue captar a atenção de todos os alunos. Para que isso aconteça, não basta apenas propor actividades interessantes e expor a matéria com vivacidade e entusiasmo, é necessário conhecer a turma e utilizar estratégias e recursos didácticos que vão ao encontro das necessidades e características da turma. De acordo com Marques (2001), o professor funciona como recurso e auxiliar da aprendizagem. Em casa, prepara os materiais. Na aula, coloca-se ao dispor dos alunos para os auxiliar na resolução de exercícios e problemas, tanto no lugar como no quadro. (p. 104).

É nossa opinião que ter uma boa relação pedagógica com os alunos (dentro e fora da sala de aula), é estar a dar o primeiro passo para que também exista um bom relacionamento com os pais. O envolvimento dos pais e encarregados de educação é fundamental para o sucesso do ensino/aprendizagem, como o atestado por vários autores:

As vantagens são, também, evidentes quando os pais se envolvem no processo de aprendizagem que ocorre em casa, dando boas condições de estudo aos filhos e fixando rotinas e horários adequados de trabalho. Os benefícios são, igualmente, evidentes quando os pais ajudam a escola na realização de actividades extralectivas. (Marques, 2001, p. 113).

Para que a boa relação pedagógica predomine e se fortaleça, tentamos promover nos alunos disciplina e respeito pelo próximo, pois ” na escola básica, é imperioso que o professor clarifique as regras com os alunos e os faça entender a importância de as respeitar” (Marques, 2001, p. 108). Com a avaliação da actividade e da participação dos alunos, verificámos ser relevante que:

os professores compreendam as vantagens e desvantagens de vários tipos de avaliação ao nível escolar e sejam capazes de os comunicar a

alunos e pais. O programa de avaliação do professor na sua própria sala de aula inclui a recolha de informação que pode ser utilizada para diagnosticar os conhecimentos e competências anteriores do aluno, para proporcionar aos alunos um feedback correctivo e para fazer julgamentos consistentes sobre o sucesso do aluno. (Arends, 1995, p. 256).

No sentido do atrás referido, pensamos que a planificação, a motivação, a relação pedagógica com os alunos e a avaliação são factores determinantes para o sucesso do processo de ensino/aprendizagem.

A aula iniciou-se com a discussão sobre os principais factores que levaram à queda da 1ª República. Estes conteúdos eram da aula anterior, mas, utilizámo-los para articular com o novo tema que iria ser tratado “Salazar e o Estado Novo”.

Solicitou-se aos alunos a leitura e análise de um texto “ A Revolta Militar”, referente à revolta militar e às consequências daí advindas.

Apresentámos uma síntese sobre a queda da 1ª República, pedindo aos alunos para passarem para o caderno, no sentido da sua retenção para uso posterior.

De seguida, houve uma discussão sobre o que iria acontecer em Portugal, levando os alunos a concluir que se iria iniciar uma Ditadura Militar, surgindo assim perguntas como por exemplo:

- Quando começa a Ditadura?
- O que é uma Ditadura?
- Quando inicia a governar Salazar?

Assinalaram no friso cronológico períodos e datas importantes de acontecimentos desta época. Esta actividade foi importante para que os alunos desta faixa etária se situem no tempo para acompanharem a evolução da história.

Quando lhe pedimos para localizarem no mapa, cidades onde ocorreram alguns dos acontecimentos que estávamos a trabalhar, houve alunos que tiveram alguma dificuldade para se situar. Visualizámos e explorámos um excerto do documentário “Salazar” referente à acção como Ministro das Finanças e Chefe de Governo. No final discutimos as ideias de Salazar assim como a sua postura enquanto discursava.

Neste momento os alunos referiram que Salazar era muito sério e gostava que fizessem o que ele queria, após esta troca de impressões, leram o guião do documentário e responderam a questões, concluindo que as principais ideias ficaram apreendidas.

As semelhanças e diferenças entre a da nova Constituição (1933) e a Constituição Republicana de 1911 foram abordadas em diálogo orientado. Nesta parte da aula os alunos discutiram a perda dos direitos e da liberdade de expressão e foi feita a comparação com os dias de hoje, concluindo eles que agora era melhor, já que podiam opinar sobre todos os assuntos.

Os alunos mostraram-se curiosos, o que deve ser considerado normal e que faz parte do desenvolvimento que qualquer ser humano. Foram questionando ao longo da aula sobre a censura e a falta de liberdade de expressão. Respondendo a essas questões, aproveitámos para referir que temas como a sexualidade eram reprimidos e censurados.

Notou-se nos alunos alguma admiração e até perplexidade pelo facto de alguns temas, na ditadura, estarem banidos da escola, de entre eles a sexualidade. Estabelecemos a relação entre aquele tempo e o de hoje, levando os alunos a concluir que o tema da sexualidade é hoje tratado de forma natural sem qualquer tipo de censura.

Pensamos que a aula decorreu num espírito aberto e colaborativo, em que todos expuseram os seus pontos de vista, defendendo a liberdade de expressão, que todos tinham como um dado adquirido. Nunca sequer tinham sonhado que ela tinha sido alcançada, no nosso país, havia tão pouco tempo.

Em termos de avaliação desta aula, pensamos que a mesma decorreu num ambiente democrático e cordial onde os alunos partilharam, sem censuras e sem julgamentos as suas opiniões pessoais.

A escolha desta aula foi feita de acordo com a transversalidade do nosso tema de investigação “ Educação Sexual em Contexto Escolar”, uma vez que podemos abordar os direitos e os comportamentos das pessoas e a falta de liberdade de expressão nos conteúdos da mesma.

Porque pensamos que o tema sexualidade deverá ser objecto de uma intervenção pedagógica estruturada e intencional nas diferentes áreas do saber, também a História e Geografia de Portugal pode e deve contribuir para a visão holística da sexualidade em meio escolar.

5.7 Experiência de Aprendizagem em Prática de Ensino Supervisionada de Ciências da Natureza (Anexo 7)

Escola Superior de Educação de Bragança		
Agrupamento de Escolas de Sendim		
Plano de Aula		
Área Curricular: Ciências da Natureza		
Unidade Didáctica: Reprodução Humana		
Ano: 6º	Turma: A	Data: 5/3/10
Tempo Lectivo: 90 minutos		
Professora Supervisora: Prof. Dra. Delmina Pires		
Professora Cooperante: Dra. Lúcia Pires		
Professora Estagiária: Ana Luísa Miranda Pombo		

Conteúdos:

- Reprodução humana e crescimento.
- Compreensão da fisiologia geral da reprodução humana.
- Aceitação das mudanças fisiológicas e emocionais próprias da sua idade.
- A importância dos sentimentos e da afectividade na vivência sexual.
- Prevenção face aos riscos para a saúde, nomeadamente na esfera sexual e reprodutiva.

Competências:

- Identificar características morfológicas que permitem a distinção entre rapaz e rapariga.
- Conhecer o corpo sexuado e os seus órgãos internos e externos.
- Conhecer os mecanismos da reprodução humana, a fecundação, a gestação e o nascimento.
- Referir características morfológicas e comportamentos característicos da puberdade.
- Explicar as modificações morfológicas e os comportamentos típicos da puberdade.
- Compreender informações e comportamentos responsáveis em assuntos como a contraceção e doenças sexualmente transmissíveis.
- Reflectir face aos papéis estereotipados atribuídos socialmente a homens e mulheres.
- Comunicar acerca do tema da sexualidade.
- Compreender a importância dos sentimentos na nossa sexualidade.
- Partilhar conhecimentos e experiências.

- Participar nas discussões da aula.
- Expressar os próprios sentimentos e opiniões e respeitar os dos outros.

Desenvolvimento da Aula:

A aula tem início com a escrita do sumário.

Informam-se os alunos sobre os conteúdos a tratar na aula – os sistemas reprodutores masculino/feminino e fomenta-se um debate com o objectivo de perceber as concepções alternativas dos alunos sobre este tema. Faz-se o registo das concepções alternativas dominantes para posterior confrontação/discussão.

De seguida, visualiza-se e explora-se um PowerPoint com os seguintes conteúdos:

- Distinção entre o rapaz e a rapariga, no aspecto exterior.
- Como é constituído o sistema reprodutor humano.
- A importância da reprodução humana para garantir a descendência.
- Comportamentos próprios dos adolescentes que não existiam na infância.

No final cada imagem do PowerPoint, colocam-se algumas questões aos alunos de forma a orientá-los no estabelecimento de relações, interpretações e conclusões, ajudando-os a “descobrir” o próprio conhecimento. À medida que o tema vai sendo discutido e o conhecimento vai sendo construído, confrontam-se os alunos com as suas concepções prévias, anteriormente apresentadas, no sentido de promover a mudança conceptual.

As dúvidas que vão surgindo durante a discussão vão sendo esclarecidas conforme são colocadas, e vão-se questionando os alunos de forma a perceber se estes entenderam o que está a ser discutido.

As discussões na aula são propostas para que os alunos desenvolvam uma visão crítica a respeito do seu próprio corpo e das relações e transformações que ocorrem na adolescência.

Pretendemos que os alunos compreendessem os conteúdos, na sala de aula, gerando discussões, expondo as suas opiniões e aprendessem a respeitar as ideias dos seus colegas.

Como forma de sintetizar os conteúdos abordados na aula, e para que os alunos retivessem o essencial, utilizamos o manual uma vez que este apresenta uma variedade de esquemas/textos fundamentais para a aquisição de conhecimentos.

Recursos: - Computador; - Data Show; - PowerPoint; - Manual do aluno; - Guião de Discussão.

Avaliação: -Observação directa do comportamento e participação dos alunos.

Reflexão

A aula foi orientada pela planificação, ainda que, por vezes, assuntos alheios à nossa vontade nos obriguem a improvisos. De uma maneira geral, cingimo-nos à planificação, conduzindo aulas dinâmicas, sem descurar a exemplificação e a clareza dos conteúdos abordados.

Como referimos no plano de aula, esta iniciou-se informando os alunos sobre os conteúdos a tratar: o sistema reprodutor humano. Os alunos falaram sobre o que pensavam e expuseram as suas ideias/conhecimentos sobre o tema, demonstrando conhecimentos acerca do mesmo afastando-se, alguns, claramente, dos conhecimentos cientificamente aceites sobre o assunto.

Ora, sendo a presença de conteúdos relativos ao corpo humano, em geral, e, em particular, ao sistema reprodutor, sobre os quais os alunos podem possuir determinadas concepções alternativas, devemos partir das mesmas uma vez que estas “vêm chamar a atenção para o facto de todos os alunos, ao chegarem à sala de aula de ciências, já possuírem ideias próprias sobre vários fenómenos, conceitos e processos científicos, devendo o ensino ser conduzido atendendo a essas ideias” (Pires, 2009).

As concepções alternativas não são mais do que explicações para uma grande variedade de fenómenos e situações sobre conteúdos que constituem parte integrante dos currículos escolares. São construções pessoais, fruto das tentativas feitas pelas crianças, desde uma idade precoce, através de informações do quotidiano para dar sentido ao mundo físico e social que as rodeia.

Posteriormente visualizaram-se e exploraram-se os diapositivos, que apresentavam os sistemas reprodutores, feminino e masculino, explicando as funções de cada órgão que os constitui. Os diapositivos foram explorados um a um. Cada aluno ia dizendo o que estava na imagem. Esta análise e exploração foram acompanhadas com questões feitas pelos alunos e utilizando o nosso guião de discussões (Anexo 7). Iam-se levantando problemáticas as quais foram debatidas de forma que nenhuma dúvida ficasse por esclarecer.

Os alunos interpretaram as imagens e estabeleceram relações entre algumas imagens e a transformação do próprio corpo, distinguindo entre o corpo de um adolescente e de um

adulto. Segundo Ausubel, uma aprendizagem é tanto mais significativa quanto maior for o número de relações com sentido que o aluno for capaz de estabelecer entre o que já conhece e o novo conteúdo que lhe é apresentado (Pires, 2009).

Dialogámos sobre as diferenças entre o corpo das meninas e dos meninos, manifestando os alunos as suas opiniões e conhecimentos, acerca das alterações que ocorrem no corpo durante a puberdade. A docente informou-os que essas alterações têm a designação de caracteres secundários. Após a descrição das alterações, chegaram à conclusão que são muito diferentes em ambos os géneros.

Debateu-se o comportamento dos adolescentes: como pensam, o que sentem, os interesses, as conversas que têm, as amizades que escolhem. Nesta fase da aula, todos os alunos colaboraram com as suas opiniões.

Estas e outras questões foram esclarecidas no decorrer da aula, confrontando opiniões, problematizando, mostrando-se os alunos muito interessados. Também concordamos que:

o papel do professor deve ser mais lato do que apresentar, simplesmente, a informação. Deve provocar insatisfação com as concepções prévias, estimular o confronto entre pontos de vista opostos e ser capaz de problematizar como forma de conseguir a mudança conceptual nos seus alunos. (Pires, 2009).

Abordar questões ligadas à sexualidade com os alunos não é tarefa fácil, devido aos preconceitos e tabus que este tema ainda acarreta, no entanto torna-se indispensável discutir estes assuntos para que a sexualidade seja desmistificada e vivida plenamente. Pode-se, então, afirmar que o grande objectivo da Educação Sexual escolar é “ (...) contribuir (ainda que parcialmente) para uma vivência mais informada, gratificante e autónoma, logo, mais responsável da sexualidade” (Frade, Marques, Alverca & Vilar, 1996, p. 19).

No decorrer da apresentação dos diapositivos, várias perguntas e dúvidas foram sendo colocadas pelos alunos, as quais esclarecemos com respostas simples e fáceis de compreender.

Este é um assunto que está na ordem do dia. Através da televisão, filmes, internet, revistas, os adolescentes estão desde cedo expostos e são constantemente “bombardeados” por vezes com inverdades sobre esta temática. O professor deve desmistificar alguma da informação recolhida desta forma pelos adolescentes e, de forma natural, explicar todas as dúvidas trazidas para a sala de aula, isto porque:

“O conhecimento científico não se adquire simplesmente pela vivência de situações quotidianas pelos alunos. Há necessidade de uma intervenção planeada do professor, a quem cabe a responsabilidade de sistematizar o conhecimento, de acordo com o nível etário dos alunos e dos contextos escolares.” (Ministério da Educação, 2001, p. 129)

Neste contexto, é importante que a informação científica seja simples, precisa e coerente para constituir o apoio necessário à interpretação de fenómenos ligados à reprodução humana.

Foram abordados os comportamentos de risco. Após a questão de um aluno. Respondemos apenas com a informação essencial à sua faixa etária, realçando a responsabilidade que cada um deve ter com o seu corpo e saúde. Visualizaram os diapositivos, as diferenças entre o corpo do homem e da mulher. Durante esta discussão, ouviram-se “risinhos”, aos quais respondemos que era natural reagirem deste modo, já que era um assunto do qual não falavam abertamente com todas as pessoas, informando-os que as próximas aulas iriam permitir que obtivesse uma imagem diferente não deformada da sexualidade humana, para isso deveriam expor dúvidas e opiniões acerca do assunto.

Abordou-se ainda o ciclo menstrual, gravidez, métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, todos estes temas iam surgindo com as perguntas dos alunos. E constatamos que se respondêssemos com naturalidade, seria mais fácil discutir e trocar ideias, para que existisse partilha, clarificação e aquisição de informação. Com esta abordagem os alunos aderem sem reservas e os temas são tratados de forma simples e compreensível mas com acuidade e rigor.

Pensamos, com esta aula, ter contribuído para a consolidação dos conhecimentos acerca da dimensão anatómica e fisiológica da sexualidade, do corpo sexuado e dos seus órgãos internos e externos, e das regras de higiene corporal.

Pretendemos desenvolver no aluno atitudes de aceitação das mudanças fisiológicas e emocionais próprias da sua idade, o que com este tipo de aula será mais facilmente alcançado.

Esta aula, tendo decorrido em ambiente colaborativo, veio contribuir, em nossa opinião, para retirar dúvidas, receios e alguns tabus relativamente à sexualidade. Contribuindo, desta forma, para a escolha informada e segura neste campo, como é preconizado no artigo 2º da Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto, que veio regulamentar a Educação Sexual em meio escolar. Os alunos colocaram as suas dúvidas espontaneamente no

decurso da aula, as mesmas foram sendo abordadas de forma natural e pedagogicamente assertiva.

O tema tratado nesta aula foi facilitador de aprendizagens essenciais relativas à distinção entre rapazes e raparigas e ao sistema reprodutor humano, o que por sua vez veio contribuir para um conhecimento mais concreto e eficaz no sentido de dar aos alunos ferramentas válidas para uma vivência saudável dos afectos e da sexualidade. Para que este objectivo seja alcançado, é necessário dotar os alunos dos devidos conceitos que incluem: “...a identidade sexual (masculino/feminino), o corpo, as expressões da sexualidade, os afectos, a reprodução e a promoção da saúde sexual e reprodutiva”(Frade, 1996, p. 15).

Foi nossa preocupação abordar com prudência os assuntos relacionados com este tema, tendo em conta os aspectos éticos e afectivos que com eles estão relacionados, pois a sexualidade é uma realidade global e multifacetada que envolve toda a personalidade humana ao longo da vida.

Trabalhar os assuntos da sexualidade com alunos desta idade levanta por vezes algumas dificuldades pelo facto dos mesmos utilizarem a ironia quando se referem à mesma. Este tipo de aula vem desmistificar o tema e ao mesmo tempo contribuir para que a educação sexual possa ser vista de forma natural e devidamente entendida.

Ao longo desta aula utilizámos a estratégia da discussão, possibilitando “concretizá-la com questões/solicitações que permitam descobrir...ou seja, que permitam quer a descoberta de conhecimentos relacionados com o tema, quer o desenvolvimento de processos científicos” Pires (2009). Assim é possível iniciar os alunos num processo de um pensamento crítico e de aquisição de competências não só na área da educação sexual, como também em outras áreas relativas ao desenvolvimento pessoal e social.

5.8 Conclusão

Ser professor não é parar, mas sim procurar ser bom naquilo que nos propusermos fazer. Este relatório foi constituído pela recolha de informação significativa de todo um trabalho desenvolvido, em diferentes momentos, sobre o processo de ensino/aprendizagem e a respectiva procura de objectivos. Pensamos que a actividade docente é uma “actividade intencional, que se desenvolve para contribuir para a profissionalização dos sujeitos encarregados de educar as novas gerações” (Marcelo-Garcia, 1999, p.22)

O estágio foi muito positivo na medida em que procuramos aprofundar, enriquecer e planear a nossa intervenção com maior rigor e tendo em conta as competências programadas.

A Prática de Ensino Supervisionada deu-nos uma maior abertura para a nossa futura leccionação, uma vez que contactámos com outras formas de ensinar. Pelo facto desta prática ter sido feita em quatro áreas distintas deu-nos uma visão holística da educação.

Aos discentes, foi possibilitada a análise das suas capacidades, empenho e domínio dos conceitos numa nova metodologia aplicada. O nível de aquisição e compreensão dos conhecimentos dependerá sempre da capacidade de oferta de oportunidades e da capacidade de resolução que cada aluno conseguiu desenvolver. Por isso, quanto mais diversificadas forem as técnicas e os métodos, maior será a possibilidade de corresponder, de uma forma mais correcta, àquilo que são os interesses dos alunos permitindo-lhes adquirir um maior número de competências.

As múltiplas dimensões, por si só, justificam a opção de caracterizar a educação para a saúde e a sexualidade como um tema transversal do currículo. Estes temas não vem substituir as disciplinas, antes complementá-las. O tratamento transversal do tema pode garantir que os alunos construam uma visão ampla do que é a sexualidade e a saúde.

Sendo um tema transversal em que os assuntos são vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e professores no seu quotidiano, pensámos que a abordagem mais adequada será esta inter-relação constante entre as diversas áreas curriculares disciplinares e não disciplinares.

Referências Bibliográficas

- Alcobia, H., Mendes, A. & Serôdio, H. (2004). *Educar para a sexualidade*. Porto: Porto Editora.
- Arends, R. I. (1995). *Aprender a Ensinar*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Associação para o Planeamento da Família (2008). *Educação Sexual em Rede*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- Barbeiro, L. F. & Vieira, R. (1996). *Percursos de Aprendizagem & Práticas Educativas*. Leiria: ESEL.
- Benavente, A. (1993). *Mudar a Escola Mudar as Práticas*. Lisboa: Escolar Editora.
- Biscaia, J. (2002). Sexualidade e afectos. *Cadernos de Bioética: Pensar o corpo, Educação em Bioética*, 28, 9-15.
- Cortesão, I., Silva, M. A. & Torres, M. A. (1989). *Educação para uma Sexualidade Humanizada*. Porto: Edições Afrontamento.
- Dárida, M. F. (2000). *Aprender a Matemática com Calculadora e Folha de Cálculo. Para a Educação Básica, com maior incidência no 1º Ciclo*. Porto: Porto Editora.
- Dias, A. Ramalheira, C., Marques, L., Seabra, M. & Antunes, M. (2002). *Educação da Sexualidade no dia-a-dia da prática educativa*. Braga: Edições da Casa do Professor.
- Fernandes, D. (1991). *Notas sobre os paradigmas de investigação em educação*. Revista Noesis(18), p.64.

- Ferreira, A. C. (1999). *Sexualidade na infância: os papéis da família, da escola e da sociedade. Sexualidade e Planeamento Familiar*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família, Direcção Geral de Saúde.
- Fortin, M. F. (1999). *Processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Sociência.
- Frade, A., Marques, A., Alverca, C. & Vilar, D. (1996). *Educação Sexual na escola: guia para professores, formadores e educadores*. Lisboa: Texto Editora.
- Frade, A., Marques, A., Alverca, C. & Vilar, D. (2001). *Educação Sexual na Escola*. Lisboa: Texto Editora.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas.
- Grupo de Trabalho em Educação Sexual (2005). Relatório Preliminar. Acedido em 03/01/2011 //sitio. Dgidec.min-edu.pt/saúde/Documents/GTES_RELATORIO_FINAL.pdf.
- Lima, H. (2001). *O papel de cada um na Orientação Sexual e os Diferentes Modelos de trabalho*, acedido em: <http://www.boasaude.com/lib/emailorprint.ctm?=3745&type=lib>, consultado a 11/03/2011
- Lino, D. (2007). Modelo Pedagógico de Reggio Emilia. In J. Oliveira-Formosinho (Org.), *Modelos Curriculares para a Educação de Infância* (pp. 93-122). Porto: Porto Editora.
- Marcelo-Garcia, C. (1999). *Formação de Professores: para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora.
- Marques, R. (1998). *A Arte de Ensinar*. Lisboa: Plátano Edições.
- Marques, R. (2001) *Saber Educar - Guia do Professor*. Lisboa: Editorial Presença.

- Ministério da Educação & Ministério da Saúde (2000). *Educação Sexual em meio escolar – Linhas orientadoras*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Ministério da Educação & Ministério da Saúde (2000). *O que é a Saúde na escola*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Ministério da Educação (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento da Educação Básica.
- Moraes, S. C. (2006), *As representações dos professores sobre a sexualidade dos alunos com Síndrome de Down*. Acedido em <http://www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=162329> e consultado a 20/02/2011
- Nóvoa, A. (1992). *Os Professores e a sua Formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Olshaker, B. (s.d.). *O que vamos dizer aos nossos filhos*. Lisboa: Edições 70.
- Organização Mundial de Saúde, UNESCO (2002). *Educação para a saúde na escola para a prevenção da SIDA e outras D.S.T. – Guia do Planificador*. Lisboa: Comissão Nacional de Luta contra a Sida.
- Padilha, R. (2001). *Planeamento dialógico: como construir o projecto-pedagógico da escola*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- Pardo De Velez, G. & Cedeño Collazos, M. (1997). *Investigación en Salud: Factores Sociales*. Santafé de Bogotá: McGraw Interamericana.
- Pereira, M. M. C. (2006), *Guia de educação sexual e prevenção do abuso*. Coimbra: Pé de Página Editores.

- Pires, D. M. (2009). *Didáctica das Ciências* [Colectânea de Textos não publicados]. Bragança: Escola Superior de Educação de Bragança.
- Precioso, J. A. (2001). *Promoção de estilos de vida saudáveis – Programa “Aprende a cuidar de ti”*. Braga: Copissaurio.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rey, Z.B, acedido em <http://www.alipso.com.ar/monografias/sexualidad/> consultado a 25/02/2011
- Ribeiro, L. (1991). *Avaliação da Aprendizagem*. Porto: Texto Editora.
- Rocha, F. (1996). *Educar em Valores*. Aveiro: Estante Editora.
- Rodrigues, M^a J. (2001). *Escolas e Centros de Saúde uma parceria possível. Contributo para a Construção de uma Escola Promotora de Saúde*. Dissertação de Mestrado (não publicada). Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Sá-Chaves, I. (1999). *Supervisão: concepções e Práticas*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Cifop.
- Sá-Chaves, I. (2007). *Formação, Conhecimento e Supervisão, Contributos nas áreas da formação de professores e de outros profissionais*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Salgueiro, E. (1996). *Crianças Irrequietas*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Sanders, P., Swinden, L. (1995). *Para me conhecer. Para te conhecer... estratégias de Educação Sexual para o 1º e 2º ciclos do ensino básico*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.

Santos, M. & Moita, M. (1993). *Falemos de Sexualidade – um guia para pais e educadores*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.

Suplicy, M. (1995). *Sexo para adolescentes*. Edições Afrontamento.

Tavares, J. & Alarcão, I. (2003). *Supervisão da Prática Pedagógica: Uma Perspectiva de Desenvolvimento e Aprendizagem*. Coimbra: Livraria Almedina.

Tracy, S. (2002). Modelo e Abordagens. In J. Oliveira-Formosinho (Org.), *A Supervisão na Formação de Professores* (pp.54-58). Porto: Porto Editora.

Vaz, J. (1996). *Educação sexual na escola*. Lisboa: Universidade Aberta.

Vieira, R. & Barbeiro, L. (1996). *A Criança, a Família e a Escola – Vamos Brincar? Vamos Aprender?* Leiria: Escola Superior de Educação de Leiria.

Vilar, D., Carriço E. C. (1999). *Orientações Técnicas sobre a Educação Sexual em Meio Escolar - Contributos das equipas de projecto*. Lisboa: Programa de Promoção e Educação para a Saúde/Associação para o Planeamento da Família/Direcção Geral da Saúde.

Legislação Consultada

Lei n.º 3/84, de 24 de Março - Educação Sexual e Planeamento Familiar (DR n.º71 – I Série de 24/03/1984).

Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto - Reforça as garantia do direito à Saúde Reprodutiva (DR n.º186 – I Série – A de 11/08/1999).

Decreto-lei n.º 259/00, de 17 de Outubro - Regulamenta a Promoção da Educação Sexual em Meio Escolar (DR n.º240 – I Série – A de 17/10/2000).

Decreto-lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro - Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do Ensino Básico (DR n.º 15— I Série - A de 18/01/2001).

Despacho n.º 19 737/2005, de 15 de Junho - Determina a criação de um grupo de trabalho incumbido de proceder ao estudo e de propor os parâmetros gerais dos programas de educação sexual em meio escolar, na perspectiva da promoção da saúde escolar (DR n.º 176— II Série de 13/09/2005).

Despacho n.º 25 995/2005, de 16 de Dezembro - Aprova e reafirma os princípios orientadores das conclusões dos relatórios no que se refere ao modelo de educação para a promoção da saúde. (DR n.º240 – II Série de 16/12/2005).

Despacho n.º 2506/2007, de 20 de Fevereiro - Define algumas linhas de orientação para o professor coordenador da área temática da saúde. (DR n.º 36— II Série de 20/02/2007).

Decreto-Lei n.º75/2008, de 22 de Abril - Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. (DR n.º79 – I Série de 22/04/2008).

Despacho n.º 19308/2008, de 21 de Julho - Determina, entre outros, que ao longo do ensino básico, em área de projecto e em formação cívica, sejam desenvolvidas competências no domínio da educação para a saúde e sexualidade. (DR n.º139 – II Série de 21/07/2008).

Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto - Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar. (DR n.º 151 – I Série de 06/08/2009).

Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de Abril - Proceda à regulamentação da Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto. (DR n.º 69 – I Série – de 09/04/2010).

Decreto-lei n.º 18/2011, de 2 de Fevereiro - O presente decreto -lei procede à alteração do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional (DR n.º 23 I Série de 2/02/ 2011).

Anexos

Anexo 1

Questionário a Pais

Este questionário constitui parte de uma investigação no âmbito do Mestrado em ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico, da Escola Superior de Educação de Bragança. Tem como finalidade compreender a importância da Educação Sexual em Contexto Escolar e o seu objectivo consiste em identificar as concepções familiares e sociais sobre esta temática.

Como tarefa a realizar, solicita-se que exprima a sua opinião assinalando com uma cruz a resposta que corresponde à sua própria concepção.

Assinale apenas uma alternativa em cada questão.

Todos os dados obtidos têm um carácter anónimo e confidencial.

Obrigada pela sua colaboração.

1. Caracterização pessoal - profissional

1.1 Sexo:

Feminino Masculino

1.2 Assinale o intervalo correspondente à sua idade

Menor de 26 anos
Entre 26 e 35 anos
Entre 36 e 45 anos
Entre 46 e 55 anos
Maior de 55 anos

1.3 Habilitações Literárias

1º Ciclo (4º classe)
2º Ciclo
3º Ciclo
Secundário
Bacharelato
Licenciatura

1.4 Profissão

Trabalhador rural
Tarefas domésticas
Profissional liberal (advogados, arquitectos, ...)
Funcionário público
Trabalhador por conta própria
Reformado
Desempregado
Outra. Qual?

2. Já ouviu falar de Educação Sexual

Sim

Não

Talvez

3. Acha que a Educação sexual nas escolas, contribuirá para uma vivência mais informada e responsável da sexualidade juvenil?

Sim

Não

Talvez

4. Acha que os agentes educativos têm informação para agir de forma adequada e coerente face às dúvidas e manifestações das crianças/adolescentes na área da sua evolução sexual?

Sim

Não

Talvez

5.

5.1 Com a Educação Sexual na escola, acredita que a taxa etária de iniciação sexual tende a baixar?

Sim

Não

Talvez

5.2 E a taxa de gravidez precoce?

Sim

Não

Talvez

6. Na sua opinião, acredita que a Educação Sexual na escola vai contribuir para a prevenção das DST (doenças sexualmente transmissíveis).

Sim

Não

Talvez

7. Para si, o tema da sexualidade deveria ser abordado pela:

Escola

Pais

Outros familiares

Médico

Amigos/ vizinhos

Outros. Quem? _____

8. Na sua opinião, no programa de Educação Sexual na escola, que temas deveriam ser abordados? (se necessário seleccione mais que uma opção)

Métodos contraceptivos

Doenças sexualmente transmissíveis.

- Afectividade na adolescência
- Sistema reprodutor feminino e masculino
- Reprodução
- Droga
- Sida
- Gravidez precoce
- Aborto
- Modificações na puberdade
- Higiene geral

9. Quanto à Educação Sexual em casa, pensa que:

- Aborda francamente as questões da sexualidade com os seus filhos
- Aborda de uma forma simples e passageira a questão da sexualidade
- Aborda apenas esta questão quando questionado pelos seus filhos
- Não aborda esta questão

10. Acha que o tema do aborto deve ser discutido no programa de Educação Sexual?

- Sim Não Talvez

11. A homossexualidade deve ser abordada neste programa?

- Sim Não Talvez

12. Na sua opinião, para a realização desse programa, as classes / turmas devem ser mistas?

- Sim Não Talvez

13.

13.1 Para si, a Educação Sexual deveria ser abordada:

- Pelos professores Por outros técnicos

13.2 Para si, a Educação Sexual deveria ser inserida:

- Num programa / disciplina específico
- Nas aulas regulares com as disciplinas já existentes

Veja se respondeu a todas as questões.

Mais uma vez, obrigada pela sua disponibilidade.

A Responsável: Ana Luísa Pombo

Anexo 2

Questionário a Professores

Este questionário constitui parte de uma investigação no âmbito do Mestrado em ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico, da Escola Superior de Educação de Bragança. Tem como finalidade compreender a importância da Educação Sexual em Contexto Escolar e o seu objectivo consiste em identificar as concepções familiares e sociais sobre esta temática.

Como tarefa a realizar, solicita-se que exprima a sua opinião assinalando com uma cruz a resposta que corresponde à sua própria concepção.

Assinale apenas uma alternativa em cada questão.

Todos os dados obtidos têm um carácter anónimo e confidencial.

Obrigada pela sua colaboração.

1.

1.1 Sexo

Feminino

Masculino

1.2 Idade

Menor 26 anos

Entre 26 e 35 anos

Entre 36 e 45 anos

Entre 46 e 55 anos

Maior 55 anos

1.3 Habilitações Literárias

Magistério Primário

Bacharel

Licenciado

Mestrado

Doutorado

Outro

1.4 Situação Contratual

Quadro de Escola

Quadro de Zona Pedagógica

Contratado

Outra.

a. Tempo de Serviço

- Menos de 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Entre 16 e 20 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Entre 26 e 30 anos
- Mais de 30 anos

1.6 Área geográfica de residência

- Sendim
- Miranda do Douro
- Mogadouro
- Macedo de Cavaleiros
- Bragança
- Vila Real

2. Já ouviu falar de Educação Sexual na escola?

Sim Não

3. Acha que a Educação Sexual nas escolas, contribuirá para uma vivência mais informada e responsável da sexualidade juvenil?

Sim Não Talvez

4. Acha que os agentes educativos têm informação para agir de forma adequada e coerente face às dúvidas e manifestações das crianças/adolescentes na área da sua evolução sexual?

Sim Não Talvez

5.

5.1 Com a Educação Sexual na escola, acredita que a taxa etária de iniciação sexual tende a baixar?

Sim Não Talvez

5.2 E a taxa de gravidez precoce?

Sim Não Talvez

6. Na sua opinião, acredita que a Educação Sexual na escola vai contribuir para a prevenção das DST (doenças sexualmente transmissíveis).

Sim Não Talvez

7. Para si, o tema da sexualidade deveria ser abordado pela:

- Escola
Pais/familiares
Médico
Amigos/ vizinhos
Outros. Quem? _____

8. Na sua opinião, no programa de Educação Sexual na escola, que temas deveriam ser abordados? (se necessário seleccione mais que uma opção)

- Métodos contraceptivos
Doenças sexualmente transmissíveis
Sistema reprodutor feminino e masculino
Reprodução
Afectividade na adolescência
Droga
Sida
Gravidez precoce
Aborto
Modificações na puberdade
Higiene geral

9. Quanto à Educação Sexual em casa, pensa que:

- Aborda francamente as questões da sexualidade com os seus filhos
Aborda de uma forma simples e passageira a questão da sexualidade
Aborda apenas esta questão quando questionado pelos seus filhos
Não aborda esta questão

10. Acha que o tema do aborto deve ser discutido no programa de Educação Sexual?

- Sim Não Talvez

11. A homossexualidade deve ser abordada neste programa?

- Sim Não Talvez

12. Na sua opinião, para a realização desse programa, as classes / turmas devem ser mistas?

- Sim Não Talvez

13.

13.1 Para si, a Educação Sexual deveria ser abordada:

Pelos professores

Por outros técnicos

13.2 Para si, a Educação Sexual deveria ser inserida:

Num programa / disciplina específico

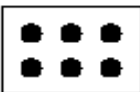
Nas aulas regulares com as disciplinas já existentes

Veja se respondeu a todas as questões.

Mais uma vez, obrigada pela sua disponibilidade.





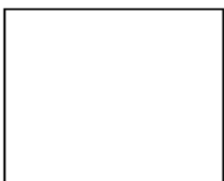

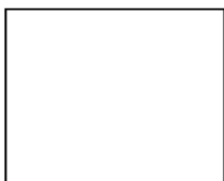





A Responsável: Ana Luísa Pombo

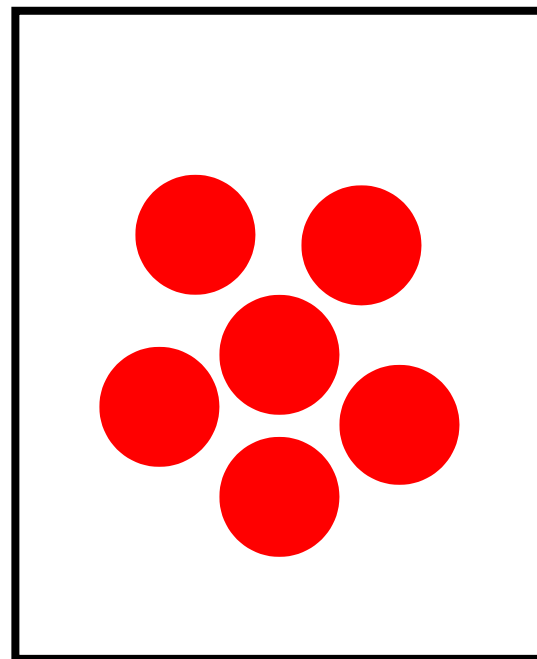
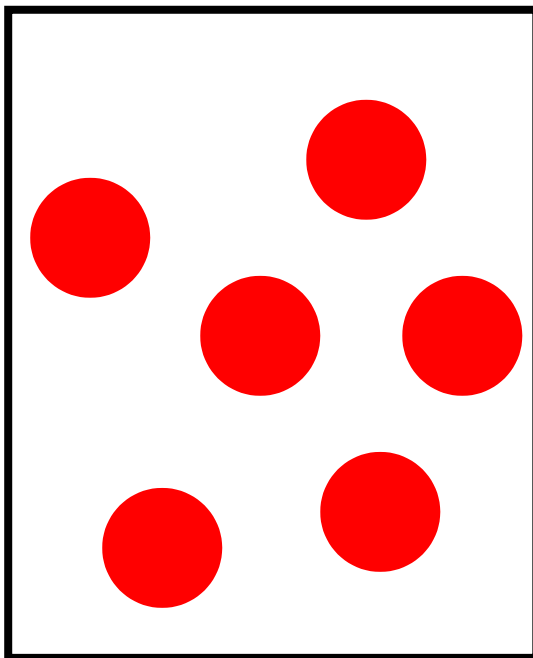
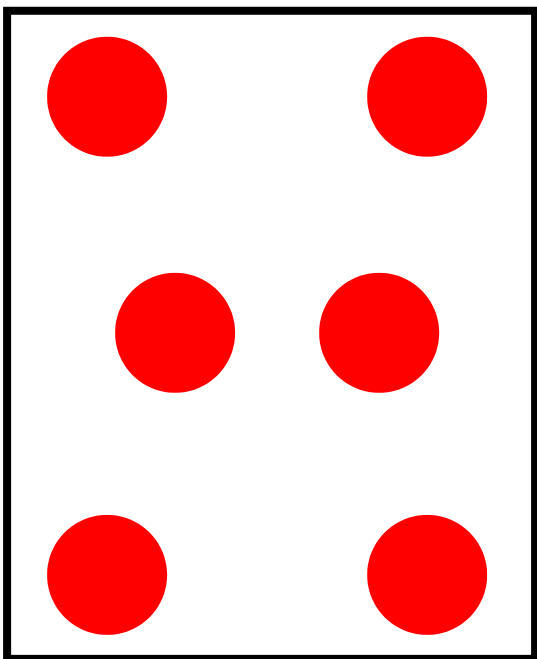
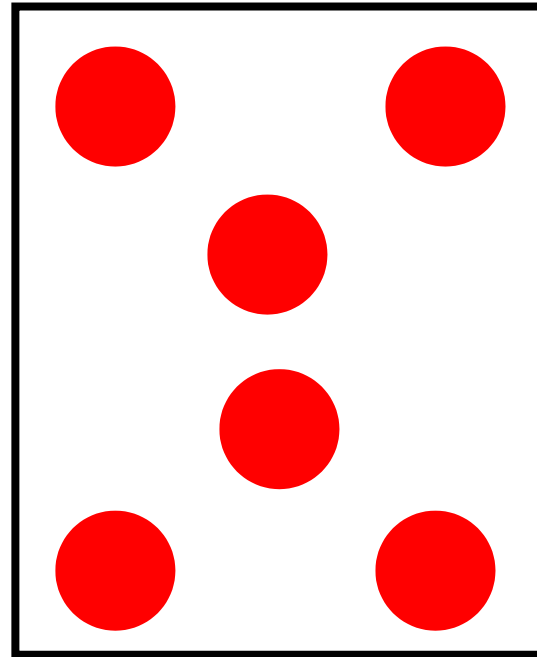
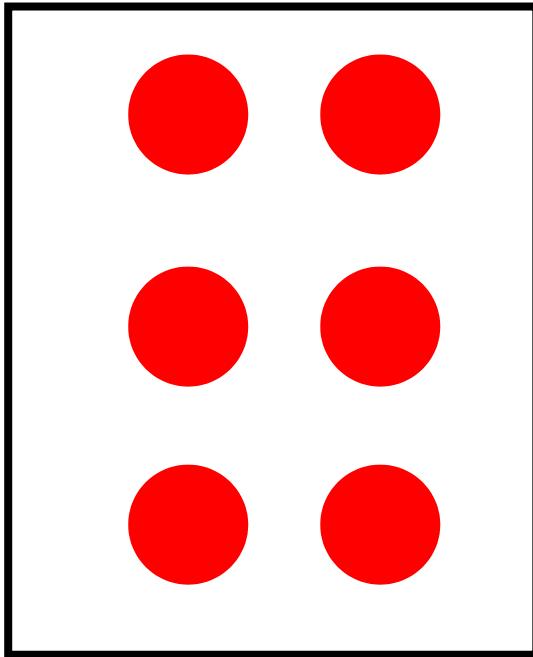
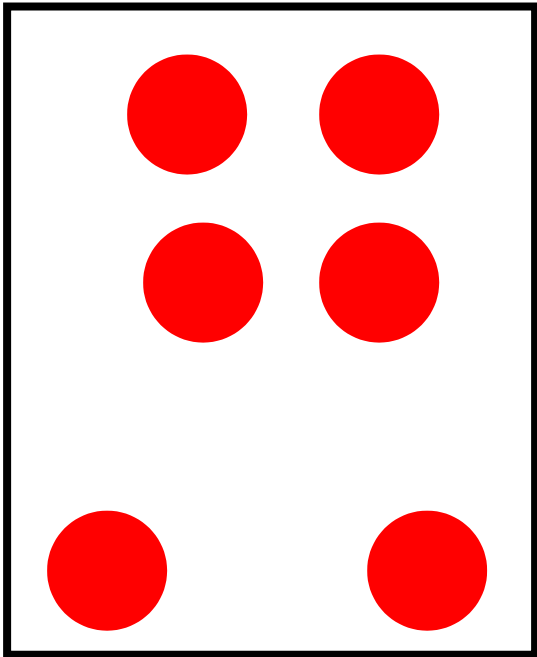
Anexo 3

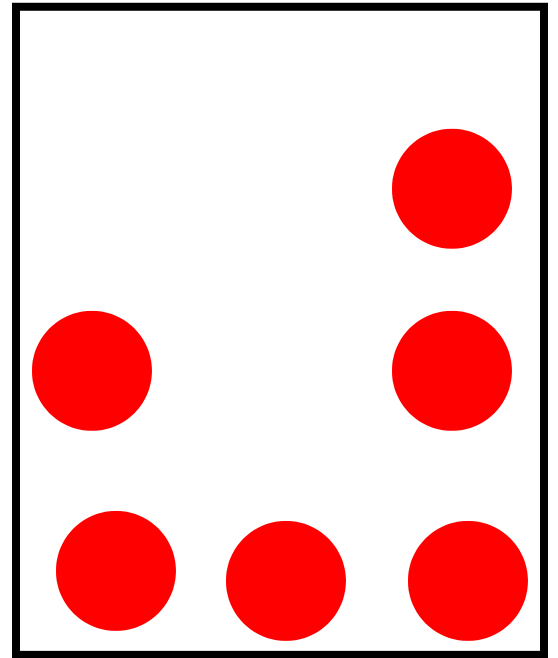
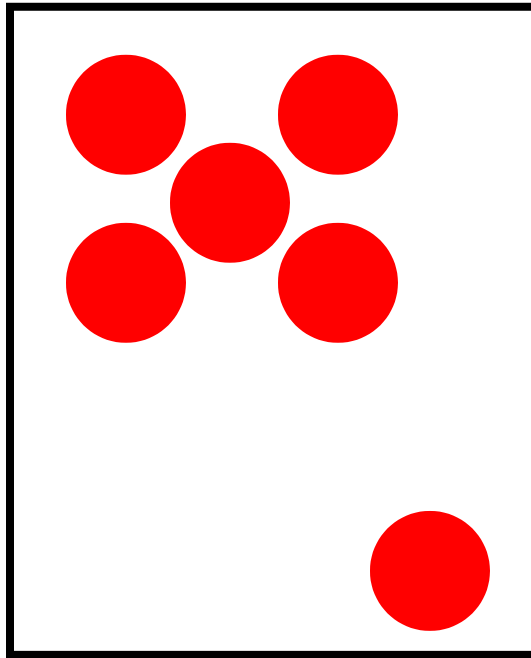
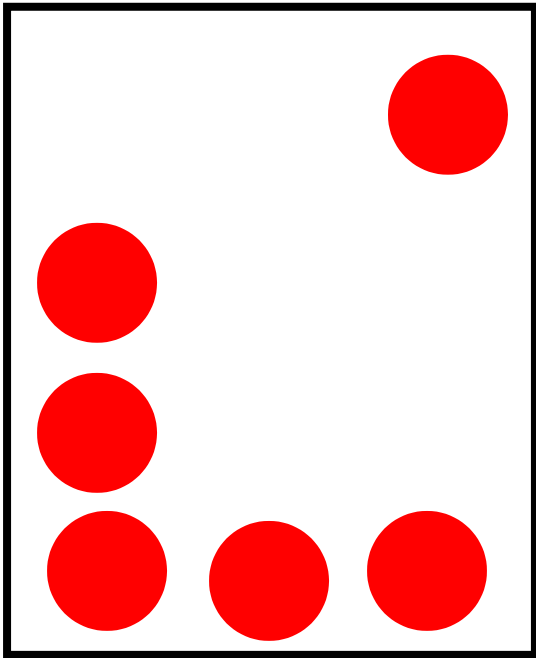
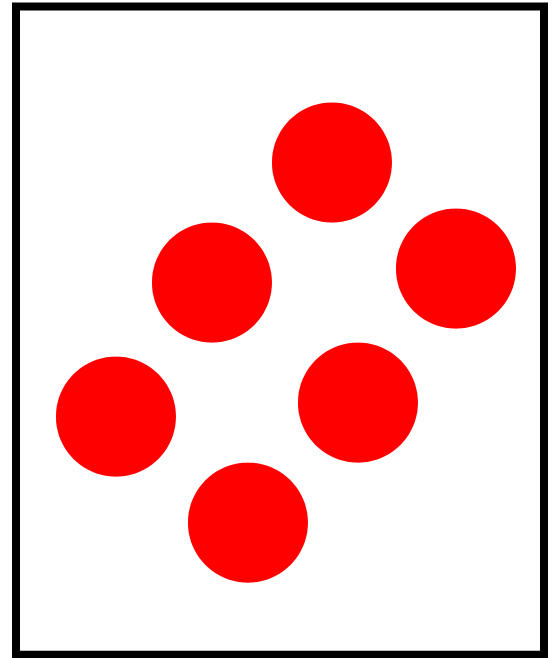
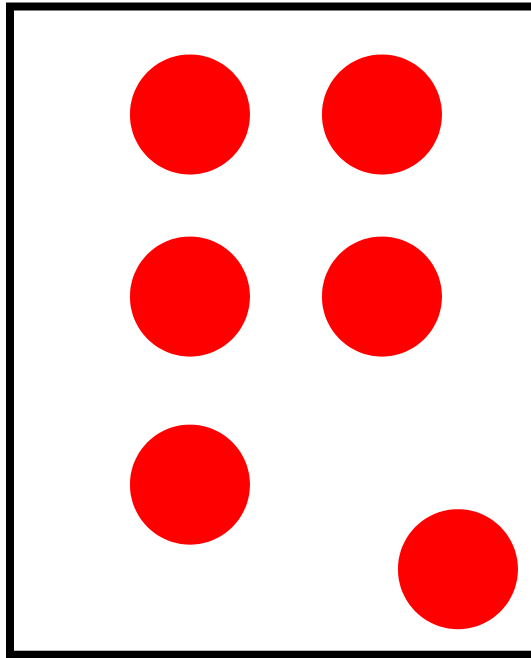
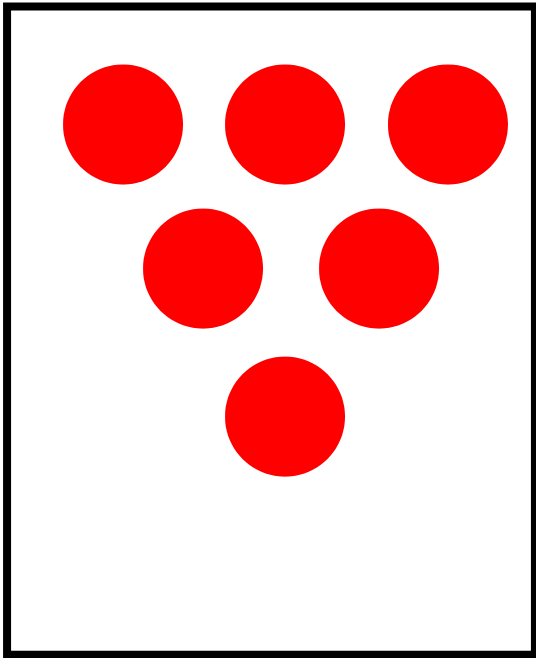
Matemática	
Elementos do grupo : _____	
Data: ____ / ____ / ____	

Números e Operações

Desenha os cartões do 6. Regista as diferentes formas de ver essa quantidade.





Anexo 4



Escola EBI de Sendim Ficha de Trabalho de Matemática

Ano Lectivo 2009/2010

6º Ano

Nome: _____ N.º _____ Turma: ____/____/____

MÉDIA ARITMÉTICA DE UM CONJUNTO DE DADOS ESTATÍSTICOS

1. A tabela refere-se ao número de livros que cinco alunos do 6º ano leram durante as férias.

Número de livros lidos nas férias	
Nome	Número de livros
Marcos	6
Hugo	4
Bárbara	2
Filipa	11
Nuno	12

- a) Qual dos 5 alunos leu mais livros durante as férias? _____
- b) Quantos livros leram ao todo os cinco alunos do 6º ano

- c) Se todos tivessem lido o mesmo número de livros, quantos teria lido cada um?
Explica por palavras ou cálculos como procedeste para chegar à tua resposta?

Então _____ é a _____

Síntese:

2. A Maria fez um estudo sobre o número de garrações de água (5 litros) consumidos em sua casa em cada mês do ano 2009. Os dados foram assim registados:



4 Garrações	Agosto
6 Garrações	Janeiro, Novembro, Dezembro
8 Garrações	Fevereiro, Março, Abril, Maio, Outubro
12 Garrações	Junho, Julho, Setembro

- a) Calcula o consumo médio mensal de água engarrafada, em litros, durante o ano 2009.
- b) Calcula o consumo médio diário de água engarrafada, em litros, durante o ano 2009.

2ª Parte

MODA DE UM CONJUNTO DE DADOS ESTATÍSTICOS

1. Na rádio local da cidade da Ana, fizeram uma sondagem pelo telefone para saber qual a música preferida. Os resultados estão registados na tabela.

Tipo de música	Número de ouvintes
Rap	12
Pop	80
Rock	53
Fado	15

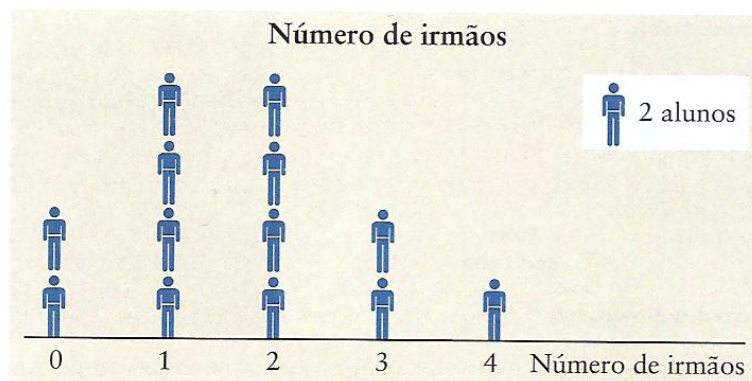


- a) Qual foi a Música preferida por maior número de alunos?

Então dizemos que _____

Síntese:

2. Na turma da Inês perguntou-se a cada aluno quantos irmãos tinha. O pictograma seguinte ilustra o número de irmãos de cada um dos alunos da turma da Inês.



- a) Quantos alunos são filhos únicos? _____
- b) Quantos alunos tem a turma da Inês? _____
- c) Qual é a moda deste conjunto de dados? _____

Então este conjunto de dados é _____





3. Poderá existir um conjunto de dados sem moda? _____
Tenta construir uma tabela de frequências que traduza esse conjunto de dados.

4. Observa a tabela:

a) Indica a moda deste conjunto de dados.

b) Poderás calcular a média? Justifica a resposta

Síntese:

Sabor		N.º de iogurtes vendidos
Morango		20
Chocolate		40
Banana		15
Alperce		12

Média, Moda

Média:



A **média aritmética** de um conjunto de valores é o número que se obtém dividindo a soma desses valores pelo número de elementos desse conjunto.

Moda:

A **moda** de um conjunto de dados é o que ocorre com mais frequência.



Se não existir moda, diz-se que o conjunto é **AMODAL**.

Se existirem duas modas, diz-se que o conjunto é **BIMODAL**.

Os dados estatísticos podem ser qualitativos ou quantitativos.

A média só pode ser calculada se os dados são quantitativos.

A moda pode ser indicada em dados qualitativos, e em dados quantitativos.

Resolve agora os exercícios da ficha do teu livro página 17.



Anexo 5

Canção: Postal dos Correios

Querida mãe, querido pai. Então que tal?
Nós andamos do jeito que Deus quer
Entre dias que passam menos mal
Em vem um que nos dá mais que fazer

Mas falemos de coisas bem melhores
A Laurinda faz vestidos por medida
O rapaz estuda nos computadores
Dizem que é um emprego com saída

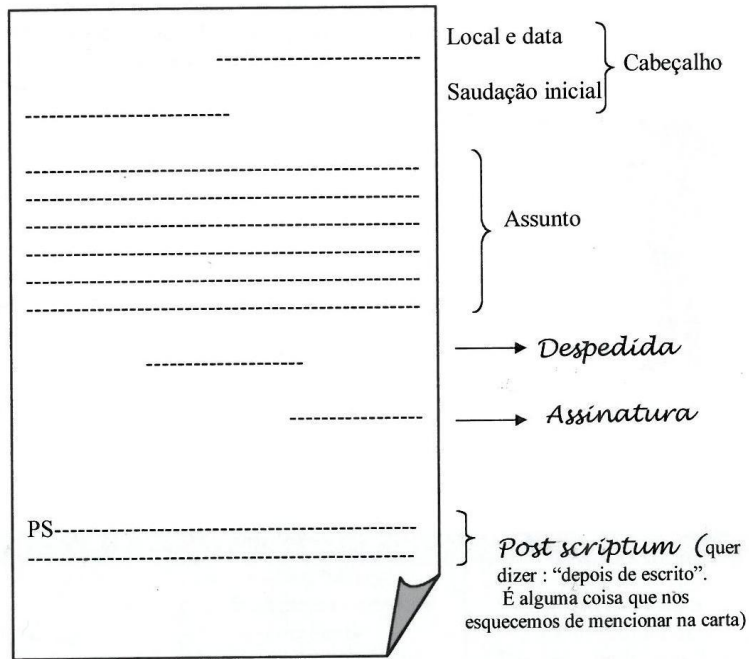
Cá chegou direitinha a encomenda
Pelo "expresso" que parou na Piedade
Pão de trigo e linguiça p'ra merenda
Sempre dá para enganar a saudade

Espero que não demorem a mandar
Novidade na volta do correio
A ribeira corre bem ou vai secar?
Como estão as oliveiras de "candeio"?

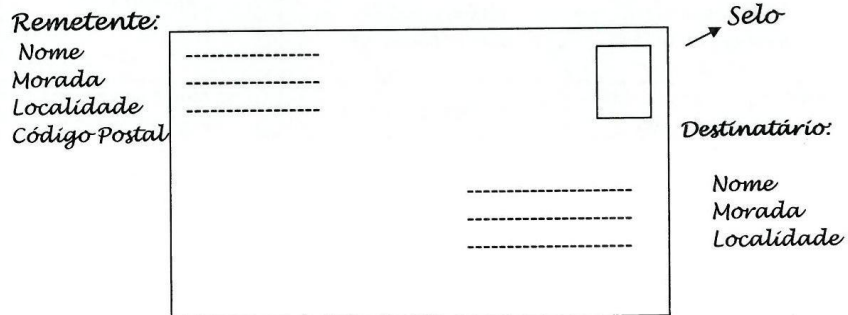
Já não tenho mais assunto p'ra escrever
Cumprimentos ao nosso pessoal
Um abraço deste que tanto vos quer
Sou capaz de ir aí pelo Natal

A CARTA

Uma carta é uma mensagem escrita que uma pessoa envia a outra.



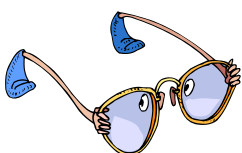
ENVELOPE



Escola _____

Nome: _____

nº _____ Turma: _____



A Carta

1 - No quadro seguinte, coloca os seguintes elementos no local correcto.

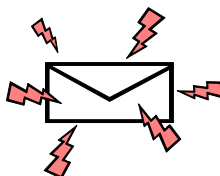
De: Luisa Pombo

Avenida Sá Carneiro, nº 111 5dtº

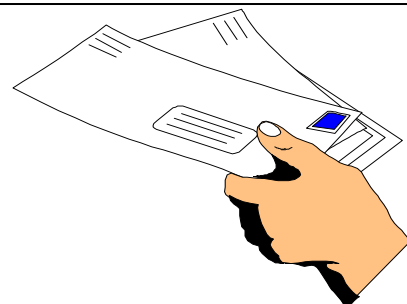
5300 - 225

Para: Tatiana Peres

Avenida do Ciclo
5225 - 120 Sendim



Envelope:



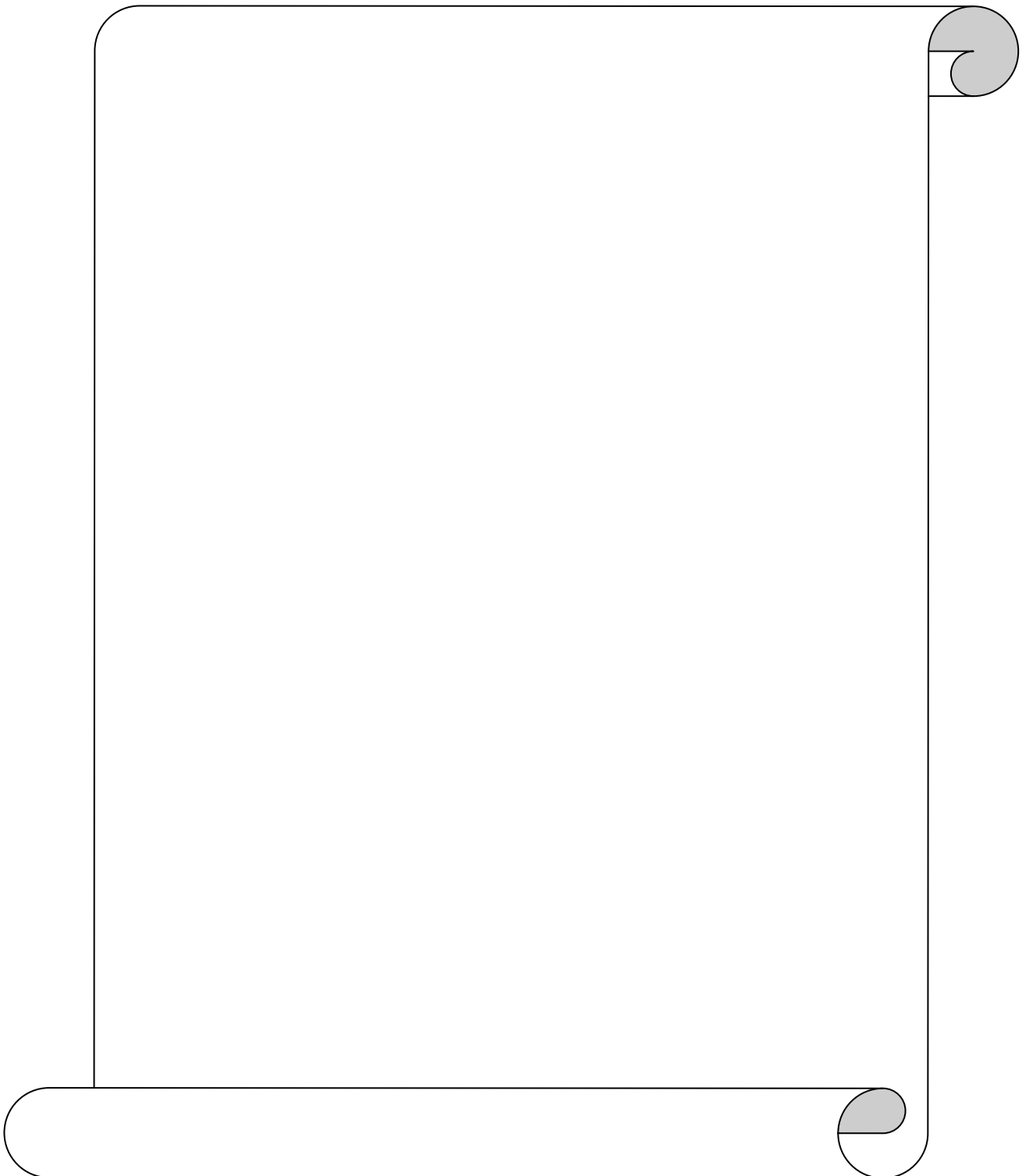
2 - Coloca os seguintes elementos na ordem certa. Agora elabora uma carta.

Queridos pais, amigo(a)...

Até à próxima!

Muitos abraços!

Sendim, 26 de Abril de 2010



Anexo 6

Agrupamento de Escolas de Sendim
HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PORTUGAL



A REVOLTA MILITAR

“Portugueses! Para homens de dignidade e honra, a situação do País é inadmissível. Vergada sob acção de uma minoria tirânica, a Nação envergonhada sente-se morrer. Eu, por mim, revolto-me abertamente! E os homens de valor, de coragem e de dignidade, venham ter comigo com as armas na mão (...).

Às armas, Portugal! Pela dignidade e pela honra da Nação!”

Proclamação do general Gomes da Costa aos militares, Braga, 28 de Maio de 1926 (adaptado).

Causas da queda da 1ª República

- Instabilidade política;
- Subida das preços das produtos alimentares;
- Redução do poder da compra;
- Revoltas e greves constantes.



Golpe militar de 28 de Maio

- 1926 – O General Gomes de Costa revoltou-se, em Braga, e daí marchou com o seu exército sobre Lisboa.
- O Presidente da República demitiu-se.
- Terminou a 1ª República.

Início da Ditadura Militar

- O Parlamento foi encerrado;
- Os governos e o Chefe de Estado passaram a ser escolhidos pelos militares;
- A imprensa passou a ser censurada;
- Foram proibidas greves e manifestações.

A Revolução Republicana e a queda da Monarquia

Segundo a Constituição republicana:

- Todos são iguais perante a lei;
- A expressão do pensamento é livre;
- Separação dos poderes: legislativo, executivo e judicial.

A Constituição de 1911



Art. 6.º - São órgãos de Soberania Nacional o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judicial, independentes e harmónicos entre si.
Art. 7.º - O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso da República (...)
Art. 26.º - Compete privativamente ao Congresso da República:
1.º Fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las (...)
19.º - Eleger o Presidente da República;
20.º - Destituir o Presidente da República nos termos desta Constituição. (...)

Art.36.º - O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelos Ministros. (...)
Art. 56.º - O Poder Judicial da República terá por órgãos um Supremo Tribunal de Justiça e tribunais (...)



Escola _____

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PORTUGAL

Nome: _____ Ano _____ Turma _____

Causas da queda da 1ª República

- Instabilidade política;
- Subida dos preços dos produtos alimentares;
- Redução do poder de compra;
- Revoltas e greves constantes.

Golpe militar de 28 de Maio

- 1926 - O General Gomes da Costa revoltou-se, em Braga, e daí marchou com o seu exército sobre Lisboa.
- O Presidente da República demitiu-se.
- Terminou a 1ª República.

Início da Ditadura Militar

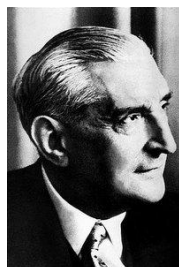
- O Parlamento foi encerrado;
- Os governos e o Chefe de Estado passaram a ser escolhidos pelos militares;
- A imprensa passou a ser censurada;
- Foram proibidas greves e manifestações.

Salazar e o Estado Novo

Com a Ditadura Militar os governos continuavam a mudar frequentemente.



■ António de



- Em 1928, Óscar Carmona, Chefe do Governo, e único candidato às eleições foi eleito Presidente da República.

Oliveira Salazar foi convidado para

Ministro das Finanças. Este aceitou, mas com a condição de controlar os outros ministérios.

- Reorganizou as finanças públicas recorrendo aumento dos impostos.
- Reduziu os gastos com a saúde, educação e os salários dos funcionários públicos.

Logo no primeiro ano as receitas do Estado foram superiores às despesas, não sendo necessário pedir dinheiro emprestado aos outros países.

Este êxito financeiro deu prestígio a Salazar e ele foi nomeado, em 1932, Presidente do Conselho de Ministros.

Constituição de 1933

- Esta constituição pôs fim à Ditadura Militar.
- Iniciou-se o período do "Estado Novo".



- O Presidente da República e os Deputados da Assembleia Nacional eram eleitos pelos cidadãos eleitores. Mas, como só era permitido a existência de uma única organização política, a União Nacional, apoiante de Salazar, não havia liberdade de escolha.
- A Assembleia Nacional limitava-se a aprovar as leis apresentadas pelo governo.
- Diminuem as liberdades e direitos dos cidadãos:
 - não podiam organizar-se livremente em partidos políticos;
 - não podiam escolher deputados;
 - não podiam associar-se em sindicatos;
 - não podiam escrever ou dizer o que pensavam. Por isso, dizemos que Salazar governava em ditadura, controlando tudo e todos.



([Http://www.youtube.com/watch? V=jcVrPKmgET8](http://www.youtube.com/watch?V=jcVrPKmgET8))

Agrupamento de Escolas de Sendim

História e Geografia de Portugal

FICHA DE TRABALHO

Data: ___/___/___

Nome: _____ Ano: ___ T^a ___ N^o ___

Guião do Documentário Salazar, o «homem forte do governo»

“ Foi a gravidade da questão financeira que levou a chamar ao governo um professor de Finanças da Universidade de Coimbra, António Oliveira Salazar, «Sei muito bem o que quero e para onde vou», disse ao tomar posse. Realmente, o orçamento foi equilibrado, o escudo estabilizado e a administração financeira disciplinada. Isso valeu-lhe um grande prestígio; em 1929, era considerado como a única cabeça pensante da equipa de governantes e como homem forte do Governo, pois nenhum ministro podia tomar medidas que representassem um aumento de despesa sem a sua aprovação. Em 1932, foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros (...)”

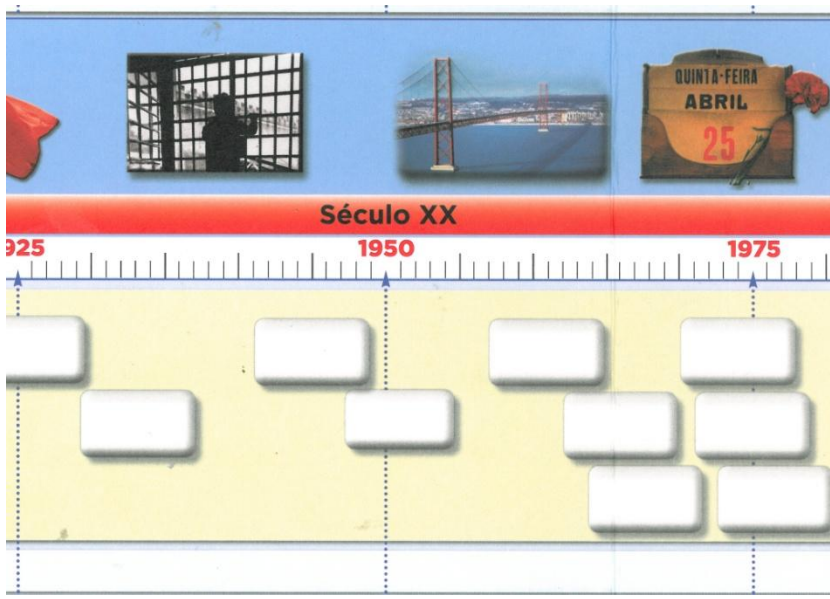
José Hermano de Saraiva, História Concisa de Portugal(adaptado)

Após visualizares o filme responde:

1. Escreve uma frase que comprove que Salazar era uma pessoa determinada.
2. Explica, por palavras tuas, o significado da frase: A administração financeira foi disciplinada.
3. Indica uma medida tomada por Salazar que tenha contribuído para o equilíbrio financeiro do país.



Friso cronológico



A Constituição de 1911 e a constituição de 1933

Constituição de 1911

Segundo a Constituição republicana:

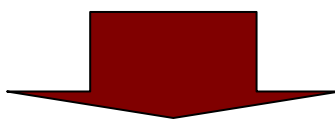
- Todos são iguais perante a lei;
- A expressão do pensamento é livre;
- Separação dos poderes: legislativo, executivo e judicial.



- Parlamento formado pelos deputados eleitos pela população que podia votar (maiores de 21 anos que soubessem ler e escreve ou fossem chefes de família);
- Poderes do Parlamento: - fazer as leis
- eleger ou demitir o presidente da República
- Presidente da República: - nomeava o governo de acordo com o partido que tivesse maior número de deputados no Parlamento;
- Parlamento: órgão de soberania mais importante

Constituição de 1933

- Esta constituição pôs fim à Ditadura Militar.
- Iniciou-se o período do "Estado Novo".



- O Presidente da República e os Deputados da Assembleia Nacional eram eleitos pelos cidadãos eleitores. Mas, como só era permitido a existência de

uma única organização política, a União Nacional, apoiante de Salazar, não havia liberdade de escolha.

- A Assembleia Nacional limitava-se a aprovar as leis apresentadas pelo governo.
- Diminuem as liberdades e direitos dos cidadãos:
 - não podiam organizar-se livremente em partidos políticos;
 - não podiam escolher deputados;
 - não podiam associar-se em sindicatos;
 - não podiam escrever ou dizer o que pensavam.

Por isso, dizemos que Salazar governava em ditadura, controlando tudo e todos.

CONSTITUIÇÃO DE 1933			
Orgãos de soberania			
Presidente da República	Governo	Assembleia Nacional (Parlamento)	Tribunais
<ul style="list-style-type: none">• O Presidente da República pouco interferia na política do País.	<ul style="list-style-type: none">• O Governo passou a ser o órgão de soberania com mais poder.• O Governo decretava a maioria das leis.	<ul style="list-style-type: none">• Diminuição dos poderes do Parlamento.• O Parlamento deixou de nomear e de demitir o Presidente da República.	<ul style="list-style-type: none">• Os Tribunais continuaram a ter como função julgar quem não cumpria a lei.

As liberdades individuais foram submetidas aos interesses da Nação.

Conclusão:

- O poder do Parlamento, segundo a Constituição de 1933, passou para o Governo;
- As leis passaram a ser feitas pelo Governo em vez de ser pelo Parlamento;
- O Parlamento deixou de nomear e demitir o Presidente da República;
- O órgão de soberania com mais poderes passou a ser o Governo, na pessoa do seu chefe.



Escola _____

História e Geografia de Portugal

Ficha de trabalho

Data: ___/___/___

Nome: _____ Ano: ___ Nº ___ Tª ___

Lê com atenção as perguntas e pensa antes de responderes.
Coloca um X à frente das respostas correctas (pode haver mais do que uma certa em cada questão).

O Estado Novo

1. Em que ano ocorreu o golpe militar de 28 de Maio?

1926	
1826	
1928	

2. Quem comandou o golpe militar de 28 de Maio?

Gomes Freire de Andrade	
General Gomes da Costa	

3. Após a ditadura militar:

O Parlamento foi encerrado e os governos e o Chefe de Estado passaram a ser escolhidos pelos militares.	
A imprensa passou a ser censurada.	
Foi novamente decretado o direito à greve.	

4. Durante a ditadura militar:

Houve estabilidade governativa.	
Houve instabilidade governativa.	

5. Em 1928, Óscar Carmona foi eleito:

Presidente da República	
Chefe do governo	

6. Em 1928, Salazar aceita ser Ministro das Finanças impondo como condição:

Controlar os outros ministérios.	
----------------------------------	--

Não aceitar ordens de ninguém.	
--------------------------------	--

7. Salazar conseguiu um milagre financeiro devido à:

Redução das despesas com a saúde, educação e construção de obras públicas.	
Reorganização das finanças públicas recorrendo ao aumento dos impostos.	
Redução das despesas com a função pública, educação e saúde.	

8. Salazar foi nomeado, em 1932:

Chefe do Conselho de Ministros	
Presidente da República	

9. A Constituição que pôs fim à Ditadura militar e instaurou o período do Estado Novo, ficou conhecida como:

Constituição de 1926	
Constituição de 1933	
Constituição de 1932	

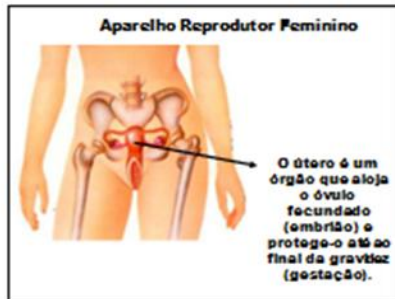
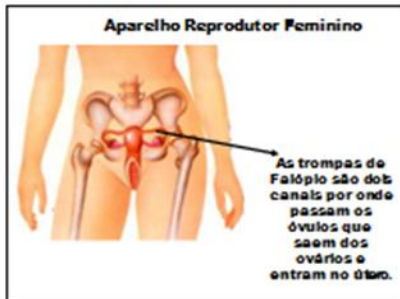
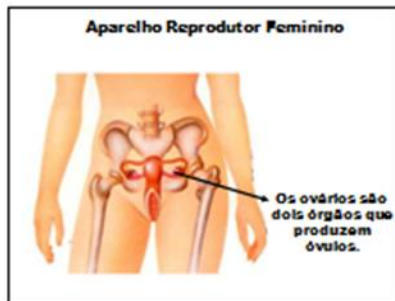
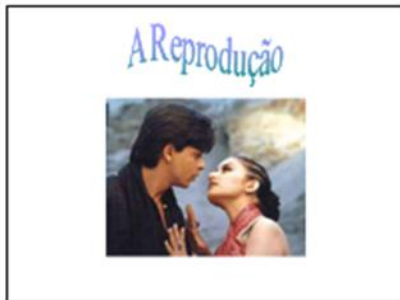
10. De acordo com esta constituição:

Os trabalhadores podiam organizar-se em sindicatos.	
As pessoas eram livres de expressar o pensamento.	
As pessoas podiam organizar-se livremente em partidos políticos.	

Bom trabalho

Luísa Pombo

Anexo 7

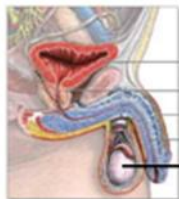


Aparelho Reprodutor Feminino



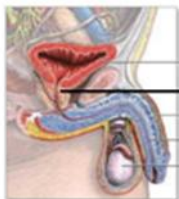
A vagina é o órgão por onde entra o espermatozoide, mais tarde, sai o feto (bebê).

Aparelho Reprodutor Masculino



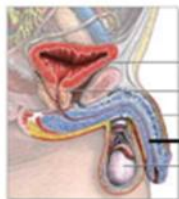
O escroto é uma bolsa onde se alojam os testículos. A função dos testículos é produzir espermatozoides.

Aparelho Reprodutor Masculino



A próstata tem a função de segregar um líquido que se chama sêmen, no qual flutuam os espermatozoides.

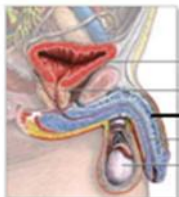
Aparelho Reprodutor Masculino



A uretra desempenha duas funções:

1. É um canal que conduz a urina desde a bexiga até ao exterior.
2. Permite a saída do sêmen.

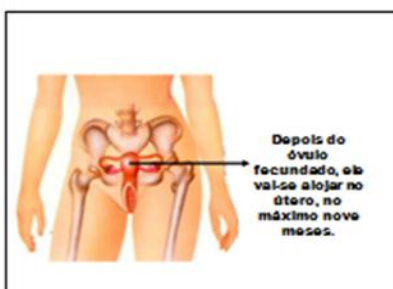
Aparelho Reprodutor Masculino



O pênis tem a função de depositar o sêmen juntamente com os espermatozoides, no interior da vagina da mulher.



O espermatozoide ao entrar na vagina da mulher prepara-se para se encontrar com o óvulo.



Agrupamento de Escolas de Sendim

Guião de Discussão

Sistema Reprodutor

Ano: 6º Turma: A

A reprodução é uma característica comum dos seres vivos e é através deste fenómeno que os seres vivos dão origem a seres semelhantes. As figuras representam os sistemas reprodutores feminino e masculino.

Guião de Discussão:

Quando vê-mos um bebé na rua é muito difícil sabermos se é menino ou menina. Comenta a afirmação.

Distingue entre caracteres sexuais masculinos e femininos

Identifica os órgãos constituintes do sistema reprodutor masculino e feminino

Explica a função dos órgãos constituintes do sistema reprodutor masculino e feminino

Descreve o processo de fecundação

Distingue ovulação, nidação e fecundação

Prevê a importância da mulher ter especiais cuidados de saúde durante a gravidez

Relaciona os cuidados de saúde da mãe com o bem-estar do feto